



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MATHEUS FIGUEIREDO PEREIRA

**DESENVOLVIMENTISMO NO SÉCULO XXI: ALCANCES E LIMITES DA
PRODUÇÃO BRASILEIRA SOBRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM
PERIÓDICOS (2011-2021)**

FORTALEZA

2022

MATHEUS FIGUEIREDO PEREIRA

DESENVOLVIMENTISMO NO SÉCULO XXI: ALCANCES E LIMITES DA
PRODUÇÃO BRASILEIRA SOBRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM
PERIÓDICOS (2011-2021)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Sociologia através do Mestrado
em Sociologia da Universidade Federal do
Ceará como requisito para obtenção do título de
mestre. Linha de pesquisa: Processos de
trabalho, Estado e Transformações Capitalistas.

Orientador: Prof. Dr. Clayton Mendonça Cunha
Filho

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- P493d Pereira, Matheus Figueiredo.
Desenvolvimentismo no século XXI: alcances e limites da produção brasileira sobre desenvolvimento econômico em periódicos (2011-2021) / Matheus Figueiredo Pereira. – 2022.
99 f.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2022.
Orientação: Prof. Dr. Clayton Mendonça Cunha Filho.
1. Desenvolvimentismo. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Sociologia econômica. I. Título.
CDD 301
-

MATHEUS FIGUEIREDO PEREIRA

DESENVOLVIMENTISMO NO SÉCULO XXI: ALCANCES E LIMITES DA
PRODUÇÃO BRASILEIRA SOBRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM
PERIÓDICOS (2011-2021)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Sociologia através do Mestrado
em Sociologia da Universidade Federal do
Ceará como requisito para obtenção do título de
mestre. Linha de pesquisa: Processos de
trabalho, Estado e Transformações Capitalistas.

Aprovada em: 15 / 02 / 2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Clayton Mendonça Cunha Filho (Orientador)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Edemilson Cruz Santana Júnior

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Rodrigo Santaella Gonçalves

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

AGRADECIMENTOS

O caminho da pesquisa acadêmica é uma escolha custosa no Brasil, sobretudo quando não se nasce em família de gente rica. O caminho de trabalhar junto com o estudar desestimulou e fez muitos de meus colegas desistirem da caminhada na pesquisa acadêmica. Eu mesmo deixei de lado por algum tempo. Pesquisar exige tempo, atenção, concentração e recursos que o país que corta investimentos da pesquisa por anos seguidos não oferece.

Porém, sou dos que teima em tentar produzir conhecimento em condições adversas. Permanecerei teimando até que as condições tenham mudado e me orgulho de fazer parte de um esforço coletivo para que as condições se alterem positivamente e as próximas gerações possam produzir conhecimento acadêmico com o justo e necessário apoio de sua pátria. Nessas condições futuras, teremos de agradecer apenas ao Brasil, Pindorama que é a terra mãe de milhões de periféricos pelo fato de oferecer condições dignas para produzir conhecimento através da ciência. Por enquanto esse mundo não existe e cabe agradecer àquelas e àqueles que contribuíram para que alguém que sonha pudesse concluir um mestrado e iniciar uma trajetória de formação de opinião na sociedade.

Agradeço a Antonieta, Deborah, Moacir, Mariana, Lourdette, Albertina, Regina, Isabel, Marcos Antônio, Marcello, Liana, Wallita, Pedro, Isa, Malu, Alberto, Ray, Stefany, Jane, Raino, Eliz, Iara, Mariane, Railon, Paulo Henrique, Luma, Victoria, Eduardo, Moisés, Mônica, Pimentel, Luzinete, Vera, Enedina, Rosi, José Airton, Jonas, Max, Juliana, Saul, Lara, Mário, Fábio, Marcelo, Estevão e tantos mais que de alguma forma, discreta ou evidente que seja, foram parte do caminho até aqui. É muito confortante andar neste mundo sabendo que não se está só.

O mais especial dos agradecimentos, porém, é ao meu filho Pedro Caetano, principal motivador e responsável por despertar meu interesse em voltar atenções para a pesquisa acadêmica quando nem ainda sabia falar uma palavra sequer. Que a geração dele possa ser capaz de produzir conhecimento científico e fazer seu trabalho ser valorizado pela sociedade por acrescentar algo de melhor a um mundo que parece dar espaço cada dia maior a quem combate o conhecimento científico.

RESUMO

A crise econômica de 2008 parece ter iniciado um conjunto de mudanças no padrão de acumulação capitalista que se desdobram em todas as nações. No Brasil, os ajustes neoliberais vigentes desde a redemocratização conviveram pacificamente com os governos, mas parecem ter encontrado nos governos petistas pontos de conflito. A crise política e econômica pós 2013 culminando com o golpe parlamentar de 2016 revelam elementos determinantes para a disputa sobre os rumos do desenvolvimento brasileiro. A partir desse cenário, o trabalho procura na academia, através dos artigos publicados nos periódicos A1 e A2 de sociologia e ciência política e relações internacionais entre 2011 e 2021, luzes sobre o processo de desenvolvimento econômico brasileiro. O trabalho se desenvolve através do resgate sobre o histórico do pensamento brasileiro sobre o desenvolvimento e sobre o resgate da produção acadêmica em artigos sobre o tema na última década. Os elementos centrais da análise são a industrialização, o mercado financeiro e o papel do Estado na condução da agenda para o desenvolvimento. A síntese entre esses dois levantamentos aponta para um campo aberto às ciências sociais, junto às ciências econômicas no sentido de formulações conjuntas para um desenvolvimento brasileiro no século XXI.

Palavras-chave: desenvolvimentismo; desenvolvimento econômico; sociologia econômica

ABSTRACT

The economic crisis of 2008 seems to have initiated a set of changes in the pattern of capitalist accumulation that unfold in all nations. In Brazil, the neoliberal adjustments in force since redemocratization coexisted peacefully with the governments, but they seem to have found points of conflict in the PT governments. The political and economic crisis after 2013, culminating in the 2016 parliamentary coup, reveal determining elements for the dispute over the directions of Brazilian development. From this scenario, the work seeks in the academy, through articles published in the journals A1 and A2 of sociology and political science and international relations between 2011 and 2021, insights into the process of Brazilian economic development. The work is developed through the review of the history of Brazilian thinking on development and the rescue of academic production in articles on the subject in the last decade. The central elements of the analysis are industrialization, the financial market and the role of the State in driving the development agenda. The synthesis between these two surveys points to a field open to social sciences, together with economic sciences in the sense of joint formulations for Brazilian development in the 21st century.

Keywords: developmentalism; economic development; economic sociology

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Periódicos selecionados por classificação CAPES	41
Tabela 2 – Número de artigos publicados por período com o termo desenvolvimento econômico constando no resumo e área de conhecimento do periódico	45
Tabela 3 – Número de artigos por ano no universo da pesquisa	49
Tabela 4 – Separação de artigos por grupos	50
Tabela 5 – Artigos e periódicos constantes no grupo 1	51
Tabela 6 – Detalhamento das características dos artigos constantes no grupo 1	54
Tabela 7 – Numeração dos artigos para avaliação	74

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	RESGATE DO PENSAMENTO BRASILEIRO SOBRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	15
3	O QUE ENTROU EM CENA PARA O FIM DA INTENÇÃO DESENVOLVIMENTISTA DOS GOVERNOS LULA E DILMA?	35
4	ANÁLISE EMPÍRICA DOS ARTIGOS SELECIONADOS	41
5	CONCLUSÃO	82
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85

1 INTRODUÇÃO

Os recentes processos de flexibilização nas regras trabalhistas (2017) e na previdência (2019), experimentados não apenas no Brasil, mas em diversos países do mundo no mesmo período, além de gerarem reações dos trabalhadores organizados parecem refletir um novo momento onde as conquistas de três séculos de lutas dos trabalhadores por direitos e condições dignas, se diluem em uma modernidade da textura que Bauman (2001) descreveu. A liquidez das relações sociais parece ser transferida até mesmo para os acordos trabalhistas. A rigor, aparentemente, vivemos tempos em que o processo de exploração do capital se adequa ao encurtamento do tempo e à liquidez das relações sociais. Nesse novo cenário as regras e acordos formalizados pela forma da lei, que garantiam direitos, frutos de pressões sociais – especialmente por parte dos movimentos de trabalhadores organizados a partir do período após a segunda revolução industrial – são abolidos em favor de um modelo flexível de contratação organizado e defendido pelos empregadores. O autor se refere aos atores do mercado financeiro como os agentes modelo da liquidez na economia.

Em torno do outro pólo da divisão social, no topo da pirâmide de poder do capitalismo leve, circulam aqueles para os quais o espaço tem pouca ou nenhuma importância - os que estão fora de lugar em qualquer lugar em que possam estar fisicamente presentes. São tão leves e voláteis quanto a nova economia capitalista que os gerou e dotou de poder. Na descrição de Jacques Attali: "Não possuem fábricas, terras, nem ocupam posições administrativas. Sua riqueza vem de um recurso portátil: seu conhecimento das leis do labirinto" Eles "adoram criar, jogar e estar em movimento" Vivem numa sociedade "de valores voláteis, despreocupada com o futuro, egoísta e hedonista" "Tomam a novidade como boas novas, a precariedade como valor, a instabilidade como imperativo, e a hibridez como riqueza (BAUMAN, 2001. p. 135)

A flexibilidade dos novos modelos de contratação vigentes no Brasil de 2021 deixam a cargo de um acordo entre empregador e empregado um conjunto de elementos nos quais o empregador apresenta maior poder de barganha representados na prevalência do negociado sobre o legislado sendo, portanto, um patente retrocesso na trajetória de lutas dos trabalhadores organizados e um destacado avanço dos empregadores em sua batalha por maior lucratividade. Em meio a este cenário, defensores de ambas as perspectivas reivindicam a bandeira do desenvolvimento econômico para justificar a natureza das propostas e ações tomadas no campo da política e da economia. Este, parece ser um elemento recorrente tanto nas reações sindicais e populares contra as reformas trabalhistas e da previdência, como entre os defensores e

articuladores das reformas nos termos do benefício aos empregadores, em detrimento dos empregados.

Para as organizações de trabalhadores, sindicatos, partidos de esquerda e movimentos sociais contrários às reformas que retiram direitos, a perspectiva de um desenvolvimento econômico nacional no Brasil parece estar a cada dia mais distante, tendo em vista que o processo de desigualdade e de pobreza tem aumentado na contramão do que preconiza a agenda desenvolvimentista, ao passo que para as entidades representantes do comércio, da indústria e dos setores produtivos, a narrativa que norteia as decisões é que o desenvolvimento é fruto de investimentos que só se tornam possíveis com a agenda de desoneração dos empregadores sobre seus empregados que, evidentemente, vai para além da simples desoneração.

Há, portanto, uma possível disputa de narrativas sobre a questão do desenvolvimento econômico no Brasil, polarizada pelas organizações de representação dos dois principais atores do processo de produção capitalista em sua versão contemporânea: o empregador e o empregado. Há muito Marx alertava para a impossibilidade de conciliação de interesses entre burguesia e proletariado e na história recente do Brasil há indícios de que, especialmente com relação à questão do desenvolvimento econômico, parece não haver acordo algum entre as perspectivas. De um lado, acompanhamos a narrativa do desenvolvimento como fruto do estímulo à competitividade desenfreada e baseada no menor custo de trabalho, de outro lado a defesa de uma agenda referenciada em Keynes de promoção do bem estar, baseada na garantia, por ação do Estado, do emprego. Em ambas as perspectivas – é importante que se note – a questão do desemprego aparece como central, onde é apontado como um dos elementos protagonistas da crise que vivemos.

Em meio ao cenário de disputas sobre a perspectiva de desenvolvimento econômico parece caber também às ciências sociais apontar os paradigmas, observar as perspectivas e revelar os alcances e limites de um tema que, em outras oportunidades históricas, se revelou muito presente nos debates da área. Esta pesquisa busca lançar um olhar sociológico a um conceito amplamente discutido nas ciências econômicas, mas especialmente de buscar um caminho de encontro entre a sociologia e as ciências econômicas. As ciências econômicas têm parecido campo excessivamente resistente a abordagens sociológicas, especialmente com o avanço do capitalismo e do aprofundamento de sua face desumana. Se faz necessário, portanto, resgatar a perspectiva acadêmica brasileira a respeito do tema desenvolvimento econômico, com fins de compreender os elementos que se colocam à prova na disputa de narrativas estabelecida no Brasil.

O objetivo central desta pesquisa é mapear a produção acadêmica brasileira sobre desenvolvimento econômico na década compreendida entre os anos de 2011 e 2021 nos periódicos brasileiros classificados com A1 e A2 nas áreas de Sociologia e Ciência Política e Relações Internacionais, da plataforma Sucupira-CAPES. Compreendendo que a definição de conceitos e a identificação de paradigmas não se estabelecem em poucos meses ou anos, procuramos elementos na produção acadêmica brasileira da última década que lancem as luzes do rigor científico sobre a referida disputa de narrativas.

Definido o objeto da pesquisa, cabe justificar alguns elementos. O primeiro deles é a escolha dos periódicos A1 e A2, que se constituíram pela relevância da produção acadêmica nos referidos periódicos. Evidentemente que toda produção acadêmica balizada pelos preceitos científicos e que lance luz sobre fenômenos sociais é de grande relevância, porém os critérios e o rigor que qualificam os referidos periódicos como A1 e A2, resgatam a conveniência de trabalhar com material produzido com o objetivo de efetivamente influenciar o ambiente científico através dos periódicos mais procurados, com critérios mais específicos e portanto melhor qualificados para abrigar estudos sobre determinadas áreas. O segundo elemento passível de justificação é a escolha das áreas Sociologia e Ciência Política e Relações Internacionais, que se estabelece pelo recorte sociológico da pesquisa, mas com abordagem também relacionada à ciência política, bem como à sociologia econômica. Se trata, portanto de duas áreas de classificação da CAPES, apesar de o nome sugerir a um leitor desavisado que se tratam de três. As duas áreas são a) Sociologia e b) Ciência Política e Relações Internacionais. Evidentemente que quantas áreas a mais pudéssemos incluir, maior a abrangência do estudo e mais elementos seriam acessados no sentido de localizar a produção acadêmica sobre desenvolvimento econômico. Esta possibilidade mais ampla de pesquisa é um cenário desejado, porém não para fins da presente dissertação.

O terceiro elemento que define o objeto desta pesquisa é a década compreendida entre os anos de 2011 e 2021. Qual a razão que levou à escolha deste recorte temporal? Duas reflexões principais levaram a esta escolha. Inicialmente, a percepção de uma ruptura no cenário de condução das políticas de Estado no Brasil a partir do golpe parlamentar consumado em 2016, derrubando Dilma Rousseff e empossando Michel Temer, em um cenário de profundas crises na condução da agenda econômica brasileira. A mudança nos rumos das políticas econômicas e sociais no Brasil após o golpe de 2016 foi evidente. Poderíamos citar desde o desalinhamento com os BRICS, passando pelas iniciativas no sentido de garantir os juros da dívida pública em detrimento das políticas anticíclicas, chegando até o caráter das já citadas reformas da

previdência e trabalhista. Longe de qualquer perspectiva anticapitalista ou que buscasse enfrentar o capital financeiro e seus interesses, evidentemente, a agenda política e econômica dos governos de Dilma Rousseff estava orientada, mesmo que moderadamente, por uma perspectiva desenvolvimentista, no que André Singer (2015) chamou de ensaio desenvolvimentista.

A orientação do programa Ponte para o Futuro, do PMDB de Michel Temer, foi um claro aceno ao mercado financeiro e anunciou uma agenda de retomada neoliberal na economia brasileira. Esta ruptura simbolizada pelo golpe parlamentar em 2016 se constituiu como marco histórico determinante para a perspectiva de Estado no Brasil sobre a questão do desenvolvimento. Por esta razão, surgiu o interesse em pesquisar a produção anterior e a posterior ao ano de 2016, tomando-o como referência central. A outra razão para o estudo com recorte temporal de uma década, se refere ao tempo que um conceito ou abordagem sobre um conceito se estabelece e cria condições para exercer influência sobre a realidade social, bem como o tempo necessário para ser possível, através de pesquisas bibliográficas, identificar a orientação das tomadas de decisão. No caso do desenvolvimento econômico, trata-se de assunto intimamente ligado ao Estado e à orientação do governo que não refletem, projetam, executam e administram resultados de políticas para o desenvolvimento em curto prazo.

Finalmente, chegamos à escolha do termo desenvolvimento econômico que foi escolhido por sintetizar um amplo conjunto de iniciativas orientadas pelo Estado, mas das quais fazem parte e influenciam nelas, amplos setores sociais. Apesar de Furtado (1965) definir desenvolvimento como “aumento do fluxo de renda disponível à coletividade”, evidentemente que o desenvolvimento econômico, abordado a partir da perspectiva do conjunto da obra do autor se constitui, para além da síntese apresentada, como paradigma determinado por um conjunto de fatores e elementos, dentre os quais o fomento e estímulo à indústria nacional, à geração de empregos, diminuição de desigualdades sociais e regionais, manutenção de mercado interno consumidor, bem estar social e capacidade de gestão, por parte do Estado, dos esforços de investimentos públicos e privados nas áreas de interesse do desenvolvimento nacional.

Uma geração de estudiosos brasileiros posteriores a Furtado que formularam o que conhecemos como Teoria da Dependência apresentavam, em meio à crise do modelo desenvolvimentista, um olhar cético sobre a questão do desenvolvimento, confirmando o resgate cepalino e furtadiano sobre o subdesenvolvimento, mas refletindo criticamente sobre o significado do desenvolvimento em uma nação submetida à condição de subdesenvolvimento e rejeitando uma perspectiva em dada medida etapista, proposta pelos desenvolvimentistas

clássicos, de que com o investimento em uma agenda desenvolvimentista se superaria a condição de subdesenvolvimento e entraria o Brasil em uma fase de desenvolvimento, conforme Marini (1992) desenvolve ao avaliar criticamente o etapismo da perspectiva desenvolvimentista clássica.

O debate sobre a questão do desenvolvimento econômico no Brasil atravessa um conjunto de outras produções e linhas de pesquisa para além da teoria da dependência e do desenvolvimentismo clássico. Ao traçar paralelos cronológicos, percebe-se que a própria ditadura militar lançou mão de diversas iniciativas de cunho desenvolvimentista, bem como governos seguintes, até a hegemonia neoliberal se constituir no Brasil a partir do final dos anos 1980. Durante esse período e nos anos 1990 a própria CEPAL produziu sobre desenvolvimento econômico a partir de uma perspectiva distinta, levando em conta a percepção da transformação produtiva com equidade social. Nos interessa também resgatar a produção social desenvolvimentista dos anos 2000 e 2010. O resgate de uma cronologia do pensamento brasileiro sobre o desenvolvimento econômico pode auxiliar diretamente no esforço de compreender os elementos que permeiam a questão do desenvolvimento econômico em nossos tempos.

Para além de resgatar a produção sobre o desenvolvimento econômico no Brasil, se faz necessário aprofundar a busca pelos elementos que explicam as mudanças no sistema capitalista e as relações entre mercado e sociedade, especialmente se considerarmos, como Bresser-Pereira, que o desenvolvimento econômico está intimamente relacionado com os processos de “acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de consumo de uma determinada sociedade.” (BRESSER-PEREIRA, 2006. P. 2). É também nos artigos analisados, que procuraremos elementos dessas transformações.

O percurso apresentado para a revisão bibliográfica da pesquisa abre caminho para a segunda parte da dissertação, que constitui a pesquisa propriamente dita deste trabalho, sobre os periódicos classificados como Qualis A1 e A2 e que tragam consigo a questão do desenvolvimento econômico. A rigor, o levantamento bibliográfico tem a função de orientar o recorte e a classificação dos materiais analisados na segunda parte do trabalho.

A pesquisa propriamente dita desta dissertação iniciou com a definição do tema a ser pesquisado. Havia dúvidas sobre o conceito a ser pesquisado, se desemprego ou desenvolvimento econômico. Ambos intimamente ligados com a questão inicial que

movimentou o interesse pela pesquisa. Porém, a escolha pelo termo desenvolvimento econômico se deu por se tratar de uma questão mais ampla, capaz de mobilizar uma diversidade de conceitos e pela conexão com a pesquisa anterior, que resultou em monografia apresentada por mim ao departamento de Ciências Sociais da UFC. Há, portanto, interesse em continuar a pesquisa para além da dissertação, incluindo o tema do desemprego e ampliando as áreas de conhecimento para que desta forma a pesquisa possa acessar de maneira mais aprofundada conceitos centrais para a questão do desenvolvimento capitalista no Brasil.

O processo de análise nos artigos dos quais trata o objeto desta pesquisa se divide em cinco fases: mapeamento dos periódicos, classificação dos artigos, seleção dos artigos por tema, avaliação dos artigos selecionados e síntese. Todas as fases obedecem aos critérios que serão descritos a seguir. Para o mapeamento dos periódicos, foi acessada a plataforma Sucupira¹, e através da modalidade busca avançada e utilizando a classificação mais recente disponível, selecionou-se os filtros para a disponibilização dos periódicos A1 e A2 nas áreas de avaliação Sociologia e Ciência Política e Relações Internacionais. Os dados acessados foram transferidos para planilha, onde puderam ser organizados de acordo com a área e a qualificação do periódico. Alguns periódicos, estão classificados na plataforma Sucupira em suas versões online e impressas, enquanto outros, apenas uma das versões. Outra característica identificada nesta fase da pesquisa, foi o fato de alguns periódicos estarem presentes em qualificação A1 ou A2 em ambas as áreas. Após o devido tratamento dos dados, obtivemos que dezesseis periódicos constavam presentes em ambas as áreas e quarenta e quatro em apenas uma das áreas, dentre estes últimos que constam em apenas uma das áreas, dez são classificados como A1 na área Sociologia, quatro como A1 na área Ciência Política e Relações Internacionais, vinte como A2 na área Sociologia e dez como A2 na área Ciência Política e Relações Internacionais. No total foram mapeados 60 periódicos nas áreas de Sociologia e Ciência Política e Relações Internacionais.

Após o mapeamento dos periódicos, seguiu-se com a classificação dos artigos. Esta fase consistiu em analisar todos os volumes dos periódicos e suas edições publicadas entre os anos de 2011 e 2021 de acordo com o tema que interessa para a presente pesquisa. Para dar plena consecução a esta fase, foi utilizada a plataforma Scielo, que reúne 296 periódicos brasileiros, dentre os quais os periódicos utilizados para esta pesquisa. À exceção de quatro periódicos, cuja pesquisa foi realizada no próprio site do periódico em questão, por não constar na plataforma

1

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>

Scielo. Os periódicos que não foram pesquisados na plataforma Scielo são: “Ciências Sociais – Unisinos”, “Contemporânea – Ufscar”, “Revista Brasileira de Sociologia – SBS” e “Revista Psicologia: organizações e trabalho – ABPOT”. Todos os demais 56 periódicos foram localizados e pesquisados a partir da plataforma Scielo.

Antes de seguirmos com a descrição da classificação dos artigos, cabe destacar um critério central para a realização da referida classificação. A plataforma Scielo não permite a pesquisa por palavras chave, que consistia na preferência para a localização e classificação dos artigos com a temática “desenvolvimento econômico”. A rigor, o termo desenvolvimento econômico constar nas palavras chave do artigo, deveria apontar de maneira contundente sobre a temática do artigo e orientar nossa busca de maneira mais precisa. Cabe reforçar que diante da impossibilidade cronológica de analisar individualmente cerca de 2.500 volumes de periódicos que compõem, aproximadamente, o universo da produção da última década de todos os 60 periódicos analisados, e por se tratar de uma dissertação de mestrado com cronograma determinado para sua conclusão, optou-se por utilizar a plataforma Scielo, capaz de garantir agilidade no referido processo. O processo de mapeamento de artigos pela plataforma Scielo e exceções ocorreu entre os dias 17 de julho e 7 de agosto de 2021.

Portanto, diante da impossibilidade da classificação de artigos através da plataforma Scielo se dar pelas palavras chave, a opção escolhida para o seguimento desta fase da pesquisa foi que as palavras desenvolvimento e econômico constem no resumo do artigo a ser pesquisado. Não foi utilizado o filtro específico para o termo “desenvolvimento econômico” por entender que poderia haver uma restrição excessiva do termo pesquisado, diminuindo o número final de artigos a ser analisados. O processo de classificação, portanto, se deu adicionando dois filtros simultâneos para a pesquisa avançada na plataforma Scielo: o primeiro filtro continha o termo desenvolvimento econômico – sem aspas – a ser localizado no resumo do artigo. O segundo filtro continha o nome do periódico a ser mapeado, selecionada a aba periódico. Após isso, a plataforma revelou que artigos de cada um dos periódicos continham as palavras “desenvolvimento” e “econômico” em seus resumos. Através desse método, foram classificados 318 artigos publicados entre os anos de 2011 e 2021 nos periódicos do universo analisado.

Evidentemente que o filtro utilizado tornou ampla a coleta de artigos, onde alguns, pela leitura do resumo não se relacionam necessariamente com o tema do desenvolvimento econômico. Foram selecionados através da filtragem conforme descrito acima, 318 artigos acadêmicos. Desses, 77 constituíram o grupo de trabalho da pesquisa e destes, 21 que tratam

diretamente sobre a questão do desenvolvimento econômico envolvendo as questões da industrialização, do mercado financeiro e do papel do Estado como indutor do desenvolvimento, conforme delimitamos como foco após os elementos da revisão bibliográfica, foram compartilhados no presente trabalho. Os demais, fora do foco central da presente pesquisa poderão ser utilizados em trabalhos futuros.

Após a análise dos artigos, o esforço dessa pesquisa concentrou-se na construção de sínteses entre as perspectivas já produzidas e até mesmo clássicas do desenvolvimento econômico brasileiro e as produções dos periódicos brasileiros do recorte da presente pesquisa. O objetivo foi localizar os principais elementos que estão presentes nas formulações sobre desenvolvimento brasileiro na década de 2011 a 2021, fazendo a identificação dos limites da referida produção, revelando os seus alcances e apontando perspectivas para a produção acadêmica sobre desenvolvimento econômico brasileiro.

2 RESGATE DO PENSAMENTO BRASILEIRO SOBRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A questão do desenvolvimento econômico adquire centralidade nas ciências sociais e econômicas a partir do período pós guerra, sendo uma decorrência direta do processo de fortalecimento do Estado na condução das ações na economia, materializada pela lógica keynesiana pós crise de 1929.

Segundo a nova ótica keynesiana, as forças de mercado, deixadas a si mesmas, estariam longe de promover a alocação ótima de recursos, causando capacidade ociosa, desperdício e desemprego. Nesse contexto, fazia-se necessária a intervenção mais decidida do Estado na economia, não mais apenas enquanto administrador da coisa pública ou mero regulador das atividades privadas, mas também enquanto agente direto da produção. (...) Estavam lançadas as sementes do intervencionismo ou dirigismo econômico que iriam frutificar nos vários países capitalistas, inclusive nos mais atrasados, cindindo a economia política burguesa em pelo menos duas grandes correntes relativamente antagônicas: o intervencionismo e o liberalismo econômico (MANTEGA, 1984. p. 25-26)

Portanto, não seria exagerado afirmar que as raízes do acúmulo sobre desenvolvimento no Brasil, assim como no mundo, estão concentradas nesse período e possuem forte inspiração keynesiana.

A inspiração keynesiana aparece no papel de destaque que Furtado dedica à demanda e ao mercado interno como fator dinâmico do crescimento e do desenvolvimento econômico. Manifesta-se também no reconhecimento do papel relevante que cabe ao Estado na condução do crescimento e do desenvolvimento. (GENNARI, 2009. p.341)

A chegada da agenda de intervenção estatal para o desenvolvimento econômico ocorreu, no Brasil, em meio ao cenário de transição demográfica dos anos 1930 e 1940, que se constituiu como um dos elementos impulsionadores de uma modernização na economia brasileira, dominada até então hegemonicamente pelos cafeicultores. A transição demográfica implicou no aumento da população urbana e em um processo de industrialização a relação de causalidade entre ambos os processos resultou na orientação de ações do Estado, diante da situação. A partir dessas condições conjunturais e de uma agenda econômica fortemente alinhada com os Estados Unidos, especialmente após a virada da guerra em 1941, culminando com a entrada do Brasil no conflito ao lado das forças aliadas e o estabelecimento de bases militares estadunidenses no território brasileiro, o processo de industrialização – que se constituiu como principal paradigma do desenvolvimento no período – seguiu avançando. O estabelecimento da Companhia Siderúrgica Nacional já sinalizava o alinhamento brasileiro com a agenda da industrialização.

A partir de 1937, com a instituição do Estado Novo, Vargas assume deliberadamente o projeto industrializante, baseado na proteção à indústria nacional e na realização de investimentos públicos. A criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1941 é um símbolo deste projeto. (CURADO, 2013. p.618)

O desenvolvimento industrializante efetivamente protagonizou as ações do Estado brasileiro durante os anos 1940, porém na medida em que os investimentos e as iniciativas se acumulavam, acumulavam também críticas a respeito do endividamento do Estado e contradições concernentes ao recente processo de urbanização, além de processos intimamente ligados à condição periférica do país no capitalismo mundial, como o processo de financiamento da industrialização a partir das divisas obtidas da exportação agrária:

Nos anos 40 a substituição de importações se orienta para os bens de consumo durável e somente numa última etapa, já na década de 60, começa uma substituição no setor de maquinárias. Essa característica do processo de industrialização baseado na substituição de importações fez com que o crescimento industrial dependesse enormemente das divisas obtidas com as exportações. Estas foram, em alguns casos, radicalmente apropriadas ou mesmo expropriadas pelo Estado, para servir ao processo de industrialização. É o caso típico do Brasil, onde a estatização do comércio exterior se afirmou definitivamente na década de 30, apossando-se o Estado das divisas obtidas com as exportações e pagando aos exportadores em moeda nacional. (SANTOS, 2015. p.70)

Portanto, o processo de inserção da agenda desenvolvimentista, tendo como estratégia central a industrialização, não se deu de maneira pacífica e sem conflitos, nem entre elites rurais e urbanas, nem com os liberais, nem mesmo entre os próprios desenvolvimentistas. E implicou, para além das consequências diretas da industrialização, em um rearranjo político das elites. Elites que entraram no jogo da industrialização em parte defendendo a agenda do desenvolvimento, mas buscando atender seus interesses. A teoria das vantagens comparativas que sedimentou espaço para a expansão liberal, havia sido desmontada com os estudos de Prebisch e Furtado. Não havia, portanto, espaço satisfatório para promover esse impulso industrializante na periferia que não pela ação direta e planejada do Estado. Os liberais, apesar de fortes, estavam isolados no debate. Em sua obra *A Dialética do Desenvolvimento* (1964), Furtado constrói um diálogo com as construções de Estado elaboradas por Hegel, Engels e Marx. Uma síntese revela o caráter central à atuação do ente estatal junto ao desenvolvimento das sociedades, quando Furtado apresenta que:

Como a mais poderosa organização dentro de uma sociedade, é perfeitamente natural que o Estado venha a desempenhar em muitas oportunidades um papel autônomo nos

conflitos que caracterizam o desenvolvimento dessa sociedade. (FURTADO, 1964. p. 40)

O Estado, portanto, é o agente que concebe a linha do desenvolvimento nacional, planeja e executa as ações, coordenando todos os processos através de seus aparatos, resguardado pela legitimidade junto à sociedade. Esta é a síntese do papel do Estado não apenas no pensamento de Celso Furtado, mas em toda a teoria desenvolvimentista clássica. Esta se constitui como a grande novidade e herança do desenvolvimentismo clássico. Novidade por representar a quebra na conduta liberal ortodoxa no Brasil e herança por trazer essa percepção de Keynes (1936).

A desigualdade e a pobreza tanto no campo, como na cidade, pareciam para parte significativa dos desenvolvimentistas não fazer parte da agenda de um país industrializado e desenvolvido. Como parte da convivência com essas contradições, e como fruto desse processo histórico, pesquisadores, mais destacadamente economistas, passaram a produzir sobre esse fenômeno. O fruto disso foram ricas contribuições a respeito da questão do desenvolvimento nacional brasileiro, mas também reflexões sobre as condições impostas desigualmente pelo capitalismo às nações do mundo inteiro.

Os imensos benefícios do desenvolvimento da produtividade não chegaram à periferia numa medida comparável àquela de que logrou desfrutar a população desses grandes países. Daí as acentuadíssimas diferenças nos padrões de vida das massas destes e daquela, assim como as notórias discrepâncias entre as suas respectivas forças de capitalização. (PREBISCH, 1950. p. 72)

A reflexão sobre a condição do subdesenvolvimento e a caracterização do sistema centro-periferia formulada só foi possível a partir do olhar de dentro das contradições da América Latina, proporcionado a partir dos trabalhos de Raúl Prebisch, Celso Furtado e outros. A perspectiva que vamos tratar nesse trabalho como desenvolvimentismo clássico surgiu em meio aos grandes debates acerca do capitalismo e seu futuro. Na América Latina, a inquietação sobre os “gargalos” notados durante a transição demográfica e impostos pelo sistema da divisão internacional do trabalho à industrialização da região constituía, aparentemente, o reflexo local das questões globais do capitalismo. Uma das grandes novidades nessa nova corrente de pensamento trazida por Furtado (1961), como fruto da análise histórica e estrutural da economia brasileira desde a sua formação, é o conceito de subdesenvolvimento:

Podemos definir uma estrutura subdesenvolvida como aquela em que a plena utilização do capital disponível não é suficiente para a completa absorção da força de

trabalho, ao nível de produtividade correspondente à tecnologia que prevalece no setor dinâmico do sistema. É a heterogeneidade tecnológica entre setores ou departamentos de uma mesma economia que caracteriza o subdesenvolvimento (FURTADO, 1961. p. 195).

A questão do desenvolvimento foi tratada de maneira aprofundada através da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL, da ONU. A fundação da Comissão, em 1948, e a reunião de diversos estudiosos nos trabalhos da CEPAL, ajudou no processo de alçar seus componentes a funções determinantes em seus países. A esta altura, a agenda do desenvolvimento nacional brasileiro seguia a orientação do Estado em constante diálogo e, portanto, em muitas situações, conflitos, com as elites industriais e rurais do país. Em síntese, a agenda desenvolvimentista difundida por Furtado como agenda de Estado – não sem reações, contradições e embates, conforme veremos adiante – trazia consigo dois eixos estruturantes: o primeiro referente à concepção do Estado como planejador e protagonista do processo de desenvolvimento.

A CEPAL sugere a decidida participação do Estado na economia enquanto principal promotor do desenvolvimento e responsável pelo planejamento das modificações que se faziam necessárias. Assim, o Estado é tido como o centro racionalizador da economia, com a incumbência de intervir até mesmo como agente econômico direto, promovendo a necessária infra-estrutura para a expansão industrial e a canalização de recursos nacionais para as novas atividades prioritárias. (MANTEGA, 1984. p.39)

O segundo eixo referente às políticas econômicas voltadas para o estabelecimento de um mercado consumidor interno, inclusive lançando mão de iniciativas para a distribuição das riquezas como meio para garantir as condições de consumo e a absorção da produção resultante do processo de industrialização, além da superação das desigualdades regionais e sociais, bem como a superação da lógica agrária secular promotora e sustentadora da lógica da desigualdade até o momento, como meio para sedimentar o processo de industrialização.

E não somente no que respeita à concentração de renda o desenvolvimento vem apresentando aspectos sociais extremamente negativos. (...) Por outro lado, na ausência de uma política consciente que preservasse à ação do Estado o caráter social, improvisou-se, em nome do desenvolvimento, uma estrutura de subsídios que muitas vezes premiou de preferência os investimentos supérfluos, ou aqueles que vinham permitir, dada a sua tendência monopolística, uma concentração ainda maior da riqueza em mão de grupos privilegiados. (FURTADO, 1962. p. 14-15).

O caminho a abrir será na direção de um uso mais racional dos fatores e de uma distribuição menos desigual da renda social. O desenvolvimento no futuro e, em particular, o seu custo social, estarão na dependência de uma justa apreciação desses problemas. (...) Mas, desde já, podemos estar seguros de que o desenvolvimento somente se realizará se se criarem condições para uma participação mais ampla em seus frutos das massas urbanas e rurais. (FURTADO, 1965. p. 256).

Poderíamos sintetizar o primeiro eixo como intervenção estatal como instrumento de garantia da soberania do desenvolvimento e o segundo como estratégias de enfrentamento aos fatores impostos pela condição do subdesenvolvimento. Ambos os eixos seguem para um horizonte de desenvolvimento que é balizado pelo paradigma da industrialização. Para efeito de utilização neste trabalho, me referirei a essa tradição calcada nesses três eixos e ligada diretamente a Celso Furtado e aos Cepalinos da primeira geração, de Desenvolvimentismo Clássico Cepalino.

Paralelamente à atuação dos Cepalinos e, em diversas ocasiões em contato, seja conflituoso ou pacífico com os teóricos da CEPAL, havia industriais e estudiosos ligados de maneira mais direta às novas elites industriais que surgiam no momento e aos interesses por elas representados. Além dos economistas liberais de destaque que pregavam a ortodoxia neoclássica frente à então novidade keynesiana. Cabe destacar que todo o arcabouço desenvolvimentista ou keynesiano é enquadrado no campo das ciências econômicas como heterodoxo. A respeito dessas classificações nas ciências econômicas e suas implicações nas ciências sociais, bem como a possível estruturação de sínteses categóricas, aprofundaremos adiante em capítulos seguintes.

Voltando ao cenário brasileiro de desenvolvimentismo, os desenvolvimentistas mais diretamente ligados ao capital industrial são divididos por Bielschowsky (2004) em dois grupos. Para esses, a agenda da industrialização brasileira deveria concentrar a gerência e o controle estatal em áreas específicas, bem como atrair investimentos estrangeiros em áreas onde ainda não houvesse desenvolvimento suficiente capaz de suportar a produção industrial. Além dessas iniciativas, parcelas do campo defendiam o protecionismo à indústria nacional. Antes de seguir na descrição do pensamento de cada grupo, cabe destacar que optei por reunir os dois grupos apontados por Bielschowsky (2004), por considerar, a grosso modo, que os expoentes dessa vertente, como Roberto Campos e Simonsen – cujos debates com o economista liberal Eugênio Gudin fizeram revelar o desejo dos industriais brasileiros pelo planejamento estatal – objetivamente reconheciam o processo de industrialização e admitiam a intervenção estatal, mesmo que em grau diferente do proposto pelos cepalinos.

Além disso, claramente, exercitavam a mescla de interesses industrializantes de substituição de importações com as contradições dos interesses das elites novas e antigas. Representantes desse campo ocuparam posições no governo, especialmente após 1964, e levaram a cabo ações de forte inspiração desenvolvimentista, mesmo que não necessariamente na perspectiva Cepalina. Para efeitos do presente trabalho, reunirei os grupos classificados por

Bielschowsky (2004) como Desenvolvimentismo do “setor privado” e Desenvolvimentismo “não nacionalista” eu um único agrupamento, em função do fato de que, apesar de haver diferenças de abordagens e limites teóricos muito evidentes, especialmente no grupo do setor privado, ambos representam um esforço das elites de tomarem as rédeas, no Brasil, da agenda desenvolvimentista. Sobre esse grupo, que irei sintetizar como Desenvolvimentismo Conservador, Mantega (1984) nem sequer os incluiu na lógica do pensamento desenvolvimentista.

Esta tradição do desenvolvimentismo conservador divergia da tradição cepalina em diversos aspectos, inclusive sobre a intervenção estatal, sua intensidade e extensão, assim como sobre investimentos estrangeiros, que segundo a tradição mais ligada a Roberto Campos seriam necessários para o desenvolvimento brasileiro, especialmente pelo fato de a industrialização e suas especificidades serem uma novidade histórica para o país à época.

A insuficiência de capitais, de know-how e da capacidade para importar faziam com que os interesses da nação envolvessem uma política de atração de capitais externos. A participação do Estado em empreendimentos produtivos deveria ser tolerada, mas apenas naqueles projetos indispensáveis, em relação aos quais, momentaneamente, não houvesse interesse privado nacional ou estrangeiro em investir (BIELSCHOWSKY, 2004. p.122).

Portanto há limites em caracterizar o campo como eminentemente liberal ou não desenvolvimentista. A mim parece que o esforço de síntese entre interesses industriais, oligárquicos, nacionais e internacionais com o desenvolvimento brasileiro mais parece trazer esse grupo de desenvolvimentistas para próximos da agenda ortodoxa, através de concessões. Portanto, o nome de Desenvolvimentismo Conservador parece adequado para se referir ao pensamento de Roberto Campos e daqueles que também buscaram promover alguma mediação de interesses entre as perspectivas desenvolvimentista e liberal durante esse período. Cabe destacar que na disputa entre as perspectivas do desenvolvimento brasileiro, esta foi a vencedora. Atuando ao lado dos militares após o golpe de 1964 e gerenciando através do Estado brasileiro as políticas para industrialização e desenvolvimento que resultaram no “milagre econômico”, seus bônus e seus ônus.

O golpe de 1964 também encerrou uma experiência interessante de relacionamento entre as ciências humanas em geral no sentido de buscar aprofundar as reflexões sobre o Brasil como nação dentro da perspectiva de contribuição na lógica do desenvolvimento. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) reuniu um conjunto diverso de pensadores e partia da mesma

premissa dos cepalinos² para explicar a questão do subdesenvolvimento. Assim como para os componentes da CEPAL e os próprios desenvolvimentistas conservadores, a saída vislumbrada pelo ISEB era a industrialização.

Esses autores [da CEPAL] partem de um pressuposto semelhante ao do ISEB: o desenvolvimento devia ser o produto de uma estratégia nacional de industrialização. Para legitimá-lo, porém, seria necessário fazer a crítica da lei das vantagens comparativas, demonstrando que, ao contrário do que pressupunha essa lei ou a teoria econômica ortodoxa, sua aplicação não permitia que os ganhos de produtividades que ocorriam com a industrialização nos países centrais se transformassem em baixa dos preços, beneficiando os países em desenvolvimento. (BRESSER-PEREIRA, 2005. p.205)

Seguindo na cronologia, quase dez anos depois da formação do ISEB e vinte da CEPAL, a produção desse órgão foi profundamente analisada por diversos economistas, sociólogos, historiadores e representantes de diversas áreas das ciências humanas. O contexto do início dos anos 1970 era da constatação de limites da agenda desenvolvimentista. Não apenas pela prática na gestão da economia estatal, seja no período pré ou pós golpe de 1964, mas pela abordagem sobre a questão do desenvolvimento. A teoria da dependência foi uma das maiores experiências no sentido de compreender a realidade brasileira no século XX. Evidentemente não foi a pioneira, como vimos, porém foi a que trouxe para o centro do debate sobre o desenvolvimento um conceito determinante para a condução política do processo de desenvolvimento em uma nação da periferia do sistema capitalista internacional: a luta de classes.

Ao propor o capitalismo, o desenvolvimentismo tinha de passar para segundo plano a contradição capital-trabalho, escamoteando a situação das classes sociais para enaltecer a luta entre nações. Para tanto, não se podia ir a fundo na análise das relações de produção e de seus antagonismos, ficando-se na superfície das generalizações ideológicas que louvam a nação. (MANTEGA, 1984. p.63)

Com parcelas de seus autores decididamente marxistas³, os dependentistas perceberam um conjunto de elementos sobre as condições de desenvolvimento e subdesenvolvimento

² O desenvolvimentismo clássico parte da profunda análise sobre as raízes da economia brasileira, desenvolvida em *Formação Econômica do Brasil* de Celso Furtado (1961), e aprofundada por diversos economistas, com destaque para Maria da Conceição Tavares em *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro* (1972). Essas abordagens identificam o processo de substituição de importações como motor da industrialização brasileira entre os anos 1940 e 1960 e dele elaboram um conjunto de reflexões sobre suas dificuldades e características disputadas de concretização, bem como suas consequências. Além dos clássicos já citados, cabe destacar o modo como em *A Economia Política Brasileira*, Guido Mantega (1984) sistematiza didaticamente os principais elementos trazidos pelos cepalinos clássicos sobre o processo de substituição de importações.

³ A teoria da dependência foi um movimento que iniciou na segunda metade dos anos 1960, atingiu seu auge nos anos 1970 e influencia diretamente até hoje, como veremos adiante, as formulações sobre desenvolvimento. Uma característica dessa corrente é o elevado grau de heterogeneidade. Vários esforços foram realizados no sentido de classificar as diversas correntes de pensamento da teoria da dependência. André Gunder Frank em *Nueva visita a*

como características que incidiam diretamente sobre as mesmas nações como fruto do sistema de acumulação internacional. Uma das características desse processo se referia diretamente ao principal paradigma das décadas anteriores para o desenvolvimento: a industrialização. Diferentemente do que apresentavam os cepalinos e o ISEB, a teoria da dependência percebeu que o processo de industrialização nas periferias não era necessariamente algo combatido pelo centro. Ao contrário, as multinacionais comprovaram um interesse do sistema de acumulação em estabelecer indústrias nas periferias.

Implantada elementarmente nos anos 30 e 40, a indústria nos principais países dependentes e coloniais serviu de base para o novo desenvolvimento industrial do pós-guerra e terminou se articulando com o movimento de expansão do capital internacional, cujo núcleo eram as empresas multinacionais criadas nas décadas de 40 a 60. Esta nova realidade contestava a noção de que o subdesenvolvimento significava a falta de desenvolvimento. Abria-se o caminho para compreender o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como o resultado histórico do desenvolvimento do capitalismo, como um sistema mundial que produzia ao mesmo tempo desenvolvimento e subdesenvolvimento. (SANTOS, 2000. p. 17-18)

Para além da identificação da convivência entre a característica do subdesenvolvimento e o processo de industrialização, os dependentistas também trouxeram à cena do debate a perspectiva de que a dependência como processo característico do desenvolvimento social e econômico da América Latina tinha como característica o fato de não ser apenas uma questão externa, como apontavam os cepalinos e o ISEB, mas também fruto dos conflitos de interesses internos às nações dependentes. Esses conflitos atingem dimensões não apenas econômicas, mas sociais, políticas e ideológicas. Tudo isso constitui a dependência. Conforme traz Cardoso (1976), citado em artigo de Bresser-Pereira (2005), “O que interessava era o ‘movimento’, as lutas de classe, as redefinições de interesses, as alianças que, ao mesmo tempo em que mantêm as estruturas, abrem perspectivas para sua transformação”. Para além disso, Cardoso e Faletto (1981) descrevem amiúde o significado de dependência no trabalho clássico. Esta definição auxiliará na compreensão da diversidade do pensamento da teoria da dependência.

O conceito de dependência pretende outorgar significado a uma série de fatos e situações que aparecem conjuntamente num dado momento e se busca estabelecer por seu intermédio as relações que fazem inteligíveis as situações empíricas em função do modo de conexão entre os componentes estruturais interno e externos. Mas o externo, nessa perspectiva, se expressa também como um modo particular de relação entre grupos e classes sociais no âmbito das nações subdesenvolvidas. Por isso

las teorías latinoamericanas del desarrollo: un ensayo de reseña participativo (1991), faz um esforço positivo no sentido de desde sua experiência de protagonista do pensamento da teoria da dependência, classificar as correntes internas. Após isso, vasta produção acadêmica no Brasil trata sobre o tema. Para fins desse trabalho nos interessam as características mais gerais da teoria da dependência.

precisamente tem validade centrar a análise da dependência em sua manifestação interna. (CARDOSO, FALETTO, 1977. p.15)

A presença de sociólogos, em parte estimulada por Florestan Fernandes na USP quando do surgimento do CEBRAP, além dos sociólogos na UnB e de outros centros universitários, se revela claramente determinante para o processo de análise desenvolvido por grande parcela daqueles que contribuíram para a teoria da dependência.

Para as três vertentes da teoria da dependência, a tendência das elites locais a se associarem ao imperialismo estava presente, mas enquanto, no caso da versão da superexploração imperialista, o desenvolvimento é impossível e, na vertente da dependência associada, só é possível de forma subordinada ou associada, na perspectiva nacional-dependente o desenvolvimento é possível porque existe sempre a possibilidade de os empresários e os intelectuais voltarem a se associar aos trabalhadores e aos técnicos do governo em torno de questões e de uma estratégia nacional. As pressões ideológicas internacionais que promovem sua alienação são poderosas. Em certos casos, como no tempo da Guerra Fria, além dessas pressões, havia uma solidariedade capitalista básica diante da ameaça do estatismo soviético, mas, em compensação, existia uma identificação real dos interesses de empresários e das classes médias profissionais, particularmente as situadas no aparelho do Estado, com o mercado nacional e com a própria ideia de nação. Assim, há uma ambiguidade essencial não apenas na burguesia, mas em todas as elites nacionais. Elas são ao mesmo tempo nacionais e alienadas, comprometidas com uma ideia de nação e cosmopolitas. (BRESSER-PEREIRA, 2005. p. 224-225)

Assim como Bresser-Pereira define o pensamento em correntes, sem minimizar as características de cada tradição, o esforço desse trabalho é de viabilizar sínteses gerais que permitam utilização para a pesquisa proposta. Em síntese, o papel da luta de classes é determinante para as análises dos teóricos da dependência, seja por suas percepções decididamente marxistas ou não, entretanto o conceito-base de classe de Marx possui relevada expressão para a construção de uma síntese mais geral dessa tradição. Confirmando essa perspectiva, Mantega (1984) sintetiza a análise das produções de Gunder Frank. Trago para exemplificar a diversidade de abordagens, mas para reforçar as características centrais sobre o capitalismo dependente levantadas por essa geração.

Em síntese, as principais teses da teoria do desenvolvimento do subdesenvolvimento são as seguintes:

- a) O subdesenvolvimento, que caracteriza os países da periferia, é uma criação e constante recriação do sistema capitalista mundial, e não de um estágio pré-capitalista pelo qual já passaram os países capitalistas avançados da atualidade;
- b) A divisão internacional do trabalho do mundo capitalista, prescrita pelos países imperialistas, atribui aos satélites subdesenvolvidos a qualidade de fornecedores de excedente para alimentar o desenvolvimento das metrópoles. Portanto, desenvolvimento e subdesenvolvimento são duas faces da mesma moeda;
- c) A produção de excedente da periferia adquire a forma de produção primário-exportadora e é transferida para as metrópoles via comércio, vale dizer, sob a égide do capital comercial;

d) O sistema capitalista mundial estabelece uma hierarquia de expropriação do excedente, onde os países ou as regiões mais avançadas exploram o excedente dos países ou regiões mais atrasadas. Portanto, o atraso de uma região conectada ao sistema capitalista indica o grau de exploração a que é submetida;

e) O subdesenvolvimento é um processo que tende a se reproduzir enquanto o satélite permanecer sob a égide do sistema capitalista. Portanto, não pode haver desenvolvimento capitalista na periferia, mas apenas subdesenvolvimento capitalista, porque esses países adquiriram a mesma estrutura e contradições do capitalismo, ao mesmo tempo em que fornecem todo ou quase todo o seu potencial de acumulação (o excedente) para as metrópoles;

f) O excedente é obtido pela superexploração da força de trabalho, que é tanto maior quanto mais subdesenvolvida for a região. O excedente provém das massas trabalhadoras depauperadas, com baixa produtividade, e obtém-se pois, sob a forma de mais-valia absoluta;

g) As transformações sociais verificadas na periferia resumem-se à formação de núcleos industriais, que ocorrem devido a fatores externos, isto é, ao afrouxamento dos laços imperialistas (quando o centro estiver ocupado com guerras e depressões). Essa industrialização regride tão logo a metrópole se recupera, portanto as economias periféricas (inclusive o Brasil, México e Argentina) tiveram apenas uma tênue industrialização, continuando baseadas essencialmente nas atividades agroexportadoras voltadas para o mercado externo.

Diante desse quadro fornecido por Frank, não haveria possibilidade de transformações sociais profundas na periferia como, por exemplo, um desenvolvimento capitalista centrado no mercado interno e com capacidade autopropulsora de acumulação, enquanto esta permanecer no marco do sistema capitalista mundial. Somente a revolução socialista poderia franquear as portas para o desenvolvimento dos satélites. (MANTEGA, 1984, p. 219-220)

Se a diversidade de correntes na teoria da dependência pode conviver com análises generalizantes sobre características básicas do pensamento da tradição, o mesmo não pode se dizer sobre as soluções para uma possível superação da condição de dependência. Uma das contribuições relevantes da teoria da dependência foi revelar, como vimos, que o processo de industrialização – diferentemente do que pregava a tradição clássica cepalina – já havia acontecido fortemente nos anos 1950 e que ele era sim de interesse externo.

Acreditamos que a compreensão da situação atual dos países industrializados e dependentes da América Latina, requer a análise dos efeitos que chamamos de ‘internacionalização do mercado interno’, expressão que caracteriza a situação que responde a um controle crescente do sistema econômico das nações dependentes pelas grandes unidades produtivas monopolistas internacionais. A novidade da hipótese não está no reconhecimento da existência de uma dominação externa – processo óbvio – mas na caracterização da forma que ela assume e dos efeitos distintos, com referência às situações passadas, desse tipo de relação de dependência sobre as classes e o Estado. Salientamos que a situação atual do desenvolvimento dependente não só supera a oposição tradicional entre os termos desenvolvimento e dependência, permitindo incrementar o desenvolvimento e manter, redefinindo-os, os laços de dependência, como se apoia politicamente em um sistema de alianças distinto daquele que no passado assegurava a hegemonia externa. (CARDOSO, FALETTTO, 1977. p.141)

Caminhos distintos eram propostos, apesar de a percepção de uma aliança de classes tal qual inspiravam os cepalinos, calcada em uma nova burguesia nacionalista, ser absolutamente

contestada. Seja através do desenvolvimento dependente associado, agitado por Cardoso e Faletto, seja através da saída revolucionária e insurgente destacada por Marini, Santos e outros, a teoria da dependência se constituiu como um divisor de águas nas leituras sobre o processo de desenvolvimento econômico e social – não mais apenas econômico – nas nações da periferia, especificamente na América Latina⁴.

A partir dos anos 1990, a elaboração da CEPAL, influenciada diretamente pelas críticas da teoria da dependência nas décadas anteriores, concentrou-se na chamada Transformação Produtiva com Equidade Social, a chamada TPES, avaliou a ortodoxia dos modelos dos anos 1950 e propôs, claramente, uma alternativa ao curso neoliberal de Estado mínimo em vigor no período. Para os teóricos dos anos 1990, o modelo da década de 1950 seria descontextualizado para aplicação no Estado neoliberal dos anos 1990.

A respeito da ortodoxia cepalina dos anos 1950, Helmut Schwarzer (1993), avalia que havia um “elevado grau de protecionismo sem limitações claras e/ou prazos, participação do Estado como produtor em um sem-número de segmentos e insuficiente coordenação e hierarquização de metas sociais” (SCHWARZER, 1993. P. 73). Neste mesmo ano, o autor escreveu sua dissertação de mestrado sobre este período de produção da CEPAL. Três anos após, Arcanjo (1996), analisa as características da autocrítica cepalina dos anos 1980. Utilizaremos os textos de Schwarzer e Arcanjo, bem como as cartilhas da própria CEPAL, à época, como referencial teórico para balizarmos as reflexões sobre essa tradição de modo a sintetizar as saídas propostas no período, que parecem ter mais coesão do que as apresentadas pelos teóricos da dependência. No modelo desenvolvido durante a década de 1980 pela Comissão, couberam críticas ao neoliberalismo voltadas, especialmente, ao rigor com que os

⁴ A percepção da teoria da dependência, conforme lembra Theotônio dos Santos (2000), a partir dos anos 1990 foi questionada diretamente a respeito do caráter global de suas abordagens, uma vez que o processo de industrialização e fortalecimento das economias asiáticas a partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990 parecia contestar a característica fortemente dependente do desenvolvimento dos periféricos. Elementos questionados por Santos (2000) ao afirmar as particularidades do processo na região. “O que mais surpreendeu aos teóricos não dependentistas foi o crescimento dos países do sudeste asiático. Muitos autores apresentaram a consolidação do crescimento desses países como evidência do fracasso da teoria da dependência. São vários os estudos sobre estes processos e são unânimes em reivindicar as especificidades da situação regional. As economias da região não fizeram uma grande dívida externa na década de 70, como os latino-americanos e os países do leste europeu. Elas passaram por reformas agrárias radicais nos anos 40 e 50, para o que tiveram especial apoio norte-americano, devido sua proximidade com os inimigos da guerra fria. Elas contaram com a acumulação de capitais japonesa e a política do MITI de exportar as indústrias de tecnologia em processo de obsolescência para os seus países vizinhos. Elas tiveram condições especiais de penetração no mercado norte-americano pelas razões geopolíticas já mencionadas. Mas, sobretudo, elas praticaram uma forte intervenção estatal e protecionismo que lhes permitiu sustentar suas políticas econômicas e desenvolver, ao mesmo tempo, uma base tecnológica própria, apesar de modesta.” (SANTOS, 2000. P. 33)

Estados e o sistema internacional voltavam sua concentração para questões como o pagamento das dívidas externas.

O problema avaliado pela CEPAL nos anos 1990 não era simplesmente o pagamento da dívida externa, mas o que os países latino-americanos realizavam como meios para viabilizar os pagamentos, que se davam à custa das exportações de commodities e baixos salários às camadas trabalhadoras. Outros fatores também foram destacados na crítica cepalina dos anos 1990 ao modelo neoliberal.

Mantenimiento de los equilibrios macroeconómicos como indicadores suficientes a la eficiencia de las firmas y de la política pública, desregulación generalizada, disminución del estado y cuestionamiento de los programas sectoriales de eficiencia de la industria latino-americana. (CEPAL, 1992. p. 118)

A crítica interna à CEPAL, na ocasião, compreende que a produção dos períodos anteriores não foi eficaz pois, na prática, não conseguiu reduzir as desigualdades, revelando a clara influência dos teóricos da dependência sobre esta produção. Há uma reflexão de que dos anos 1950 a 1980 houve uma “*combinación de evolución dinámica y desigualdad en América Latina.*” (CEPAL, 1992. P. 29), ou, como sintetiza Arcanjo (1996. P. 18), “em todas as experiências de desenvolvimento latino-americanas nenhuma conseguiu combinar crescimento econômico com razoável nível de equidade social.” O panorama identificado pela comissão a partir dos anos 1990, mostrava que, no mesmo período histórico – de 1950 a 1980 – outros países do mundo, como no leste asiático, conseguiram alcançar, simultaneamente, crescimento econômico e a melhoria dos indicadores de equidade social, especialmente durante o final da década de 1980.

A partir dessas constatações, a CEPAL ocupou o espaço de formulação de linhas gerais de uma nova tendência econômica na América Latina, nos anos 1990: a Transformação Produtiva com Equidade Social – TPES, cujos objetivos básicos consistiam na realização simultânea de um desenvolvimento econômico com equidade social:

Crear nuevas fuentes de dinamismo que permitan cumplir algunos de los objetivos propios de una concepción actualizada del desarrollo: crecer, mejorar la distribución del ingreso, consolidar los procesos democratizadores, adquirir mayor autonomía, crear condiciones que detengan el deterioro ambiental y mejorar la calidad de vida de toda la población. (CEPAL, 1990. p. 7)

Sobre a TPES e suas características, Arcanjo apresenta uma distinção importante do modelo ortodoxo cepalino dos anos 1950 a 1980 na nova produção sobre o desenvolvimento econômico para a América Latina, com novos fatores que iriam dialogar com uma nova

abordagem para a região: A TPES é bem mais ampla, pois persegue uma abordagem integrada onde uma série de fatores concorrem mutuamente para o desenvolvimento e o bem-estar. Nesta combinação os fatores mais importantes são a ação estatal, o planejamento democrático, educação e progresso técnico e sustentabilidade ambiental (ARCANJO, 1996. P. 18).

É razoável especificarmos a definição do conceito de equidade empregado pela CEPAL nos anos 1990, em função de sua amplitude definidora das características de desenvolvimento para a região, após as autocríticas desenvolvidas pela comissão ao período anterior.

Equidad significa igualdad de oportunidades para participar em la procura del bienestar y de las posiciones sociales. La igualdad de oportunidades requiere la eliminación de los privilegios y discriminaciones establecidos jurídicamente, tales como los que persisten entre los sexos y entre los grupos étnicos (...) Si hay una diferencia de niveles demasiado aguda, existirá también una marcada desigualdad de oportunidades. La igualdad jurídica asegura que todos puedan participar em la carrera; la equidad económica, social y política permiten que todos puedan partir del mismo punto. (CEPAL, 1992. p. 19-20)

Com a clareza do desenvolvimento aliado e simultâneo à equidade e à sustentabilidade, o pensamento cepalino dos anos 1990 vai além, e destaca o papel relevante dos investimentos em infraestrutura social e da difusão do progresso técnico em áreas sociais, a fim de ampliar a cobertura dos serviços à população. As áreas da educação, saúde e habitação tornaram-se, portanto, basilares nas discussões sobre desenvolvimento nos anos noventa. No que se refere às produções voltadas ao crescimento, a CEPAL defendia, à época, que se iniciasse um novo ciclo regional na América Latina, para que gerasse um desenvolvimento “com base em um sólido eixo exportador que garanta integração com competitividade e, portanto, diferente de uma integração passiva à economia mundial, baseada em recursos naturais” (SCHWARZER, 1993. p. 75).

Podemos dizer que a síntese da tradição da TPES como produto do amadurecimento das reflexões em fluxos e contrafluxos desde os anos 1940, como uma ferramenta para o processo de enfrentamento ao neoliberalismo do período, e de apontamento de um novo modelo regionalizado de desenvolvimento. O paradigma da industrialização, protagonista dos anos 1930-1960 não mais se constituía como o principal eixo estruturante de um desenvolvimento para a América latina e conseqüentemente, para o Brasil, apesar de ainda se manter como parte da miríade de iniciativas a ser executadas pelo Estado.

Após os anos 1990 com a novidade da “onda rosa” na América do Sul, e, a partir de 2002 com as experiências dos governos do PT, as bases que foram lançadas durante os anos noventa no sentido de reverter os retrocessos sociais da agenda neoliberal pareciam ganhar

espaço na complicada aliança que resultou na vitória de Lula em 2002. Mas durante as eleições se revelavam os elementos que determinariam que o caminho não seria fácil para aqueles defensores da intervenção estatal para o desenvolvimento, especialmente após a “Carta ao povo brasileiro”, clara sinalização de continuidade às políticas neoliberais. Apesar disso, há um entendimento até determinado grau pacífico nas ciências sociais e econômicas de que o primeiro governo Lula teve um perfil mais aproximado com o neoliberalismo, enquanto o segundo aproximou mais o governo de uma intenção desenvolvimentista⁵. As características principais do governo de Lula, especialmente do segundo governo, quando as condições políticas do presidencialismo de coalizão eram favoráveis ao governo, são o fortalecimento do Estado como agente organizador das ações para o desenvolvimento, e o foco nas políticas de “distribuição de renda, políticas sociais e redução da pobreza para a ampliação do mercado de consumo de massas” (BASTOS, 2012, p. 794).

Uma grande questão dos anos 2000 foi, portanto, a adequação, atualização ou mesmo a superação da agenda desenvolvimentista. Nesse aspecto, um conjunto de autores – de maneira não necessariamente coordenada ou colaborada entre si – debruçou-se sobre essas questões. João Sicsú, Ricardo Bielschowsky, Luis Carlos Bresser-Pereira, Márcio Pochmann, Armando Boito Junior e José Luís Fiori nos auxiliarão a localizar, nos próximos parágrafos, qual a forma que o pensamento novo desenvolvimentista tomou no Brasil durante os anos 2000. Estes são alguns autores com os quais tive contato desde o início da pesquisa. Os cito individualmente por não ser evidente necessariamente uma tradição de desenvolvimentismo no século XXI, creio que por diversos aspectos, mas principalmente pela proximidade histórica que só hoje, passados os governos petistas nos permite a oportunidade de olhar de fora e com certo distanciamento os processos históricos e sociais já relativamente amadurecidos. Portanto, devo destacar que o esforço de classificação do pensamento desenvolvimentista no século XXI do qual este trabalho se arvora está acontecendo – ou não, pois as conclusões da parte empírica do presente trabalho tendem a nos dar pistas sobre essas respostas – exatamente no tempo histórico que vivemos. Uma hipótese é de que a identificação dessas características que formam o novo ideário desenvolvimentista brasileiro do século XXI nos auxiliará no processo de identificar o

⁵ Trato sobre o tema do desenvolvimentismo do segundo governo Lula em trabalho apresentado como monografia ao curso graduação em Ciências Sociais da UFC de 2017 e que é a gênese da presente pesquisa. Uma boa recomendação sobre o tema é o livro de André Singer (2012) *Os Sentidos do Lulismo*, onde se desenvolve aprofundada reflexão sobre as relações dos governos Lula com a questão do desenvolvimento a partir da tese do reformismo fraco, bem como o contraponto à perspectiva de Singer trazido no livro de Laura Carvalho (2018) *Valsa Brasileira*, que concentra reflexões sobre as consequências das decisões no campo da economia através dos governos petistas.

papel da teoria desenvolvimentista no Brasil pós-governos progressistas e é um dos pontos de partida dessa dissertação.

Ricardo Bielschowsky aponta que o que há de comum entre o desenvolvimentismo clássico e as teorias desenvolvimentistas do século XXI é a centralidade do Estado como planejador.

Primeiro, defendia-se o princípio de que o Estado é necessário para dar eficiência à economia de mercado e para viabilizar uma estratégia de transformação estrutural. De forma simplificada, pode-se dizer que esse princípio é, de um modo geral, compartilhado pelo desenvolvimentismo na etapa atual. (BIELSCHOWSKY, 2012. p. 1)

O autor ainda aponta caminhos para a estratégia de atuação desenvolvimentista quando se refere às três frentes de expansão da economia brasileira. O autor sugere que os esforços estatais sejam direcionados para: mercado interno de produção e consumo de massas, infraestrutura produtiva e social e para os recursos naturais. Os dois primeiros eixos trazem semelhança com as formulações da CEPAL dos anos 1950 e 1990, respectivamente, enquanto o terceiro eixo de investimentos estratégicos do Estado para o desenvolvimento se apresenta como principal novidade.

Bresser-Pereira apresenta uma perspectiva mais economicista da concepção de desenvolvimentismo, mas fundamentada em três eixos distintos: crescimento puxado pelas demandas, tendência à sobreapreciação da taxa de câmbio e a concepção de desenvolvimento como uma alteração estrutural, conforme apresentam os desenvolvimentistas clássicos. Sobre o caráter estrutural apresentado por Bresser-Pereira, cabe destacar o papel do Estado e a definição de desenvolvimento econômico:

O desenvolvimento humano ou progresso é o processo histórico por meio do qual cada estado-nação avança na direção desses quatro grandes objetivos políticos [Liberdade individual, desenvolvimento econômico, justiça social e proteção à natureza]. Para alcançá-los o instrumento de ação coletiva por excelência de cada nação é o Estado, e a ação humana correspondente, a ação política. (BRESSER-PEREIRA, 2016, p.2)

O desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou estados-nação que realizam sua revolução capitalista, e se caracteriza pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico. Uma vez iniciado, o desenvolvimento econômico tende a ser relativamente automático ou auto-sustentado na medida em que no sistema capitalista os mecanismos de mercado envolvem incentivos para o continuado aumento do estoque de capital e de conhecimentos técnicos. (BRESSER-PEREIRA, 2006. p.1)

Bresser-Pereira (2016) caracteriza de maneira ampla o ideário novo desenvolvimentista, deixando evidente que não há em sua avaliação uma longa cartilha que o caracterize e sim, conceitos elementares que são capazes de promover confluências entre a diversidade das formulações novo desenvolvimentistas. Caracterizar essas formulações através dos autores citados acima é parte do processo de identificação das formulações, bem como a parte empírica desta pesquisa.

Em 2007, o economista e então ministro da Fazenda do governo Lula, Guido Mantega, afirmou que o programa executado pelo Estado brasileiro para o desenvolvimento poderia ser classificado como social-desenvolvimentismo.⁶ O professor da Unicamp e também componente do governo Lula no ministério do planejamento e no IPEA, Márcio Pochmann (2013) também aponta para a caracterização dos desafios do Estado desenvolvimentista no século XXI, após os anos 1950 e 1960 e também pós crise neoliberal dos anos 1990 e 2000. Após reflexão sobre as frentes de expansão do sistema capitalista no contexto pós crise econômica de 2008, Pochmann sintetiza três eixos estruturantes de ação direta do Estado no sentido de garantir o desenvolvimento econômico.

O primeiro consiste na reorganização administrativa e institucional, que viabilize a reprogramação de todas as políticas públicas a partir da matricialidade e integração setorial de suas especialidades. [...] O segundo eixo concentra-se na necessária ampliação das políticas distributivas para as redistributivas. [...] O terceiro eixo refere-se à reinvenção do mercado, tendo em vista o poder dos grandes grupos econômicos sobre o Estado. Ademais das exigências da transparência e crescente participação social, o Estado precisa reconstituir-se fundamentalmente para o verdadeiro mar que organiza os micro e pequenos negócios no país, com políticas de organização e valorização do setor por meio da criação de bancos públicos de financiamento da produção e comercialização, fundos de produção e difusão tecnológica, de assistência técnica e de compras públicas. (POCHMANN, 2013. p.16)

Ainda na mesma linha de raciocínio proposta por Pochmann sobre o sistema capitalista, Pedro Rossi apresenta como desafios do Estado social desenvolvimentista as tarefas de “i) orientar a política macro para uma atuação anticíclica; e ii) criar um ambiente macroeconômico favorável ao investimento produtivo.” (ROSSI, 2015, p.35). Caracterizando, portanto, avaliações que apontam para mais do que apenas o indicativo de áreas de investimento estatal para alcançar o desenvolvimento econômico, as duas últimas avaliações aprofundam a reflexão sobre os desafios do sistema capitalista pós crise de 2008 e apontam para eixos de atuação do

⁶ Entrevista disponível em <https://oglobo.globo.com/economia/brasil-entrou-no-novo-ciclo-economico-do-social-desenvolvimentismo-avalia-mantega-4156829>

Estado nacional. Pedro Paulo Zahlut Bastos (2012) caracteriza o pensamento desenvolvimentista após a crise do neoliberalismo a partir da percepção de duas perspectivas que abordam de modo distinto os caminhos para o desenvolvimento: o desenvolvimento exportador do setor privado, sintetizado pelo autor com o termo “novo-desenvolvimentismo”, e o desenvolvimento distributivo orientado pelo Estado, sintetizado com o termo “social-desenvolvimentismo”⁷.

Assim, a ação fundamental do Estado seria a de assegurar preços macroeconômicos corretos (juros e câmbio, sobretudo). Pode-se afirmar que essa corrente desenvolvimentista partilha com o neoliberalismo, em tom menor, a valorização do setor privado e das exportações como motores do crescimento e a desvalorização do papel do Estado como banqueiro e investidor, embora não desvalorize o papel do Estado como condutor da estratégia de desenvolvimento. Aliás, parecem ser essas características mesmo que justificam a autoatribuição do epíteto “novo-desenvolvimentismo” à corrente, em oposição à caracterização feita do velho desenvolvimentismo. (BASTOS, 2012. p.789)

A plena realização de qualquer uma das fronteiras de expansão exige uma ampliação do planejamento estatal, mas também o aporte de recursos fiscais. Assim, as necessidades de financiamento das exigências do desenvolvimento econômico e social não são tão facilmente conciliáveis como o uso do termo social-desenvolvimentismo parece insinuar. Então, prefiro um termo que sugere uma harmonia ou uma unidade menos rigorosas, como desenvolvimentismo distributivo orientado pelo Estado. (BASTOS, 2012. p.796)

Cabe destacar que as duas correntes apresentadas por Bastos não necessariamente se referem apenas à produção acadêmica ou a órgãos internacionais, regionais ou nacionais ligados ao Estado. O autor caracteriza campos no universo da disputa política do Brasil o chamado novo desenvolvimentismo, mais ligado a setores não tão alinhados aos governos petistas e que em certo momento até mesmo fizeram oposição e o social desenvolvimentismo, mais ligado ao governo. Nesse cenário, os instrumentos de governo – especialmente o IPEA – estiveram a serviço de formulações no campo do desenvolvimento econômico relacionadas com as questões sociais dentro de um cenário onde a financeirização⁸ da economia, já lembrada pelos teóricos

⁷ Termo questionado por Bastos (2012), concordando com os argumentos de Bielschowsky (2012).

⁸ Uma síntese possível, destacada em publicação da CEPAL de 2019 e trazida por Leite (2019), ao citar Abeles, Pérez e Valdecantos (2018): “não há uma única definição na literatura sobre o conceito da “financeirização”, crescentemente utilizado por distintos autores e que poderia ser organizado em quatro grandes linhas: i) a ascendência de uma forma de governança corporativa enfocada na valorização dos ativos das empresas; ii) o crescente poder econômico e político da classe rentista e do capital financeiro; iii) uma mudança na lógica de valorização do capital, em que o padrão de acumulação é dominado pelos canais financeiros; iv) o auge da comercialização financeira (trading), refletido em uma infinidade de novos instrumentos e produtos financeiros, incluídos os múltiplos derivativos.” (LEITE, 2019. p.16)

da dependência, se aprofundava e ganhava influência sobre a condição social e econômica nacional brasileira.

O IPEA que abrigou, durante os governos Lula e Dilma, um conjunto amplo de economistas e pesquisadores na área do desenvolvimento, pode ser considerado, para efeitos deste trabalho, como um centro aglutinador de esforços no sentido de identificar alternativas ao desenvolvimento brasileiro durante o século XXI e todas as condições concernentes a esse tempo. As produções do Instituto que acessamos para fins dessa pesquisa parecem partir da identificação de um protagonismo do mercado financeiro sobre a economia brasileira: “A partir do início da década de 1980, o desempenho do sistema econômico mundial tem sido condicionado pela dinâmica dos sistemas financeiros nacionais e internacionais, conformando o *finance led*.⁹” (IPEA, 2010. p.112). A produção do Instituto segue na categorização sobre a possibilidade de planejamento estatal no ambiente contemporâneo:

No presente artigo não cabe comentar cada decênio após 1970, nem com o esforço sintético adotado. Conclui-se este capítulo com três grupos de considerações, raras nas avaliações dos planejamentos subsequentes, executados ou não. Um, que ao elaborá-los faltou – quase sempre – uma percepção precisa de que a história humana mudava de curso e se acelerava. Sem este sentido prospectivo, cada plano, com foco no passado, desconsiderava requerimentos do desenvolvimento futuro. Dois, que a doutrina que predominaria depois pregava – e prega – uma reforma do Estado oposta à necessária. E três, que “planejar” implica hoje enfrentar um mix de incertezas sem paralelo em momentos históricos anteriores. (IPEA, 2010. p. 250)

As abordagens do IPEA chegam a tatear apontamentos, mas não necessariamente definindo uma saída única e consensual para a questão do desenvolvimento brasileiro no século XXI, o que se constitui como limite à constituição de uma síntese do pensamento do governo sobre políticas integradas e coordenadas para o desenvolvimento. As abordagens do Instituto revelam com muita nitidez a profunda dificuldade em resgatar nos tempos atuais o papel planejador do Estado nacional, diferentemente do que se observou nos anos 1950, tendo em vista a diversidade de fatores voláteis e rapidamente modificáveis que influenciam no ambiente social e econômico. Seriam os tempos atuais anunciadores do fim do estado planejador? Essa é uma pergunta polêmica e sobre a qual este trabalho fatalmente terá de busca lançar luzes.

⁹ Paula, Santos e Moura (2019), ao citar Epstein (2005), caracterizam o *finance led capitalism* como “a prevalência do processo conhecido como “financeirização” – entendida como “o aumento do papel dos motivos financeiros, mercados financeiros, atores financeiros e instituições financeiras nas operações de economias nacionais e internacionais” (PAULA, SANTOS, MOURA, 2019. p.10)

Além das abordagens descritas até agora sobre o desenvolvimentismo no século XXI, há também críticas. Utilizaremos também dois autores que definem o processo de caracterização e construção de políticas desenvolvimentistas pós crise do neoliberalismo em uma perspectiva crítica, analisando as relações de poder e de classe nos grupos desenvolvimentistas da sociedade brasileira. Boito Jr.(2012), analisa a composição do que ele chama de campo neodesenvolvimentista, composto por uma aliança frágil, porém possível e real quando da publicação de seu trabalho, avaliando suas contradições, potencialidades e fragilidades, adicionando à amálgama das produções novo desenvolvimentistas as organizações populares. O autor analisa as relações de poder estabelecidas entre os grupos que se constituíram como desenvolvimentistas por interesses distintos e avaliando, em uma perspectiva marxista que “a grande burguesia interna é a força que mais ganha com a política neodesenvolvimentista” (BOITO, 2012. p.6).

A partir de 2016, as críticas do autor se acentuam quando da constatação do fim da aliança que tornava possível um campo desenvolvimentista composto pelos interesses, além da grande burguesia interna, de setores populares, dispostos de maneira ampla, heterogênea e contraditória. Na análise do autor, essa frente atuava em combate a uma frente mais alinhada com a ortodoxia neoliberal, e aliada dos interesses das grandes corporações internacionais (BOITO, 2017).

Outra crítica de abordagem marxista parte de José Luís Fiori, ao apontar um excessivo deslocamento dos debates sobre desenvolvimento – especialmente pós anos 1990 – para a área da macroeconomia, comprometendo a percepção sobre as relações de poder que transcendem o simples economicismo. Além desse caráter o autor apresenta reflexões sobre a finalidade das políticas desenvolvimentistas.

E, finalmente, com relação ao papel do estado, o “neo-desenvolvimentismo” propõe que ele seja recuperado e fortalecido mas não esclarece em nome de quem, para quem e para quê, deixando de lado a questão central do poder, e dos interesses contraditórios das classes e das nações. (FIORI, 2014. P. 6)

A síntese da crítica de Fiori (2014) não chega a nos oferecer um contorno exato da caracterização de um pensamento desenvolvimentista brasileiro após os anos 1990, porém aponta algumas saídas para a exploração desse debate no campo das ciências sociais. O debate, portanto, sobre a definição das características do desenvolvimentismo no século XXI não pode, e não deve ser restrito às ciências econômicas. Eis mais um dos objetivos dessa pesquisa ao

procurar, a partir das Ciências Sociais, lançar olhares sobre a questão do desenvolvimento econômico.

3 O QUE ENTROU EM CENA PARA O FIM DA INTENÇÃO DESENVOLVIMENTISTA DOS GOVERNOS LULA E DILMA?

Nos interessa para fins do presente estudo, lançar luzes sobre como as e os autores têm tratado sobre a questão do desenvolvimento econômico brasileiro diante dos elementos mais recentes apresentados pela conjuntura. A esse respeito, consideramos elementos recentes, especialmente os que ocorreram após a vitória eleitoral de Lula em 2002. Consideramos que os últimos vinte anos, bem como os elementos que desenvolveram na realidade social e econômica brasileira possuem capacidade de influenciar sobre a percepção atual do estado das coisas, para tanto, iniciaremos com análises sobre o modo como os governos petistas lançaram mão das políticas do Estado brasileiro no sentido, ou não, de construir uma estratégia nacional de desenvolvimento.

O modo como as políticas de Estado para o desenvolvimento foram executadas durante os governos petistas ainda é, como veremos adiante, objeto de intensa discussão no meio acadêmico. Bastos (2012), apresenta as características principais da intencionalidade desenvolvimentista dos governos de Lula e Dilma, como o fortalecimento do Estado como agente organizador das ações para o desenvolvimento, e o foco nas políticas de “distribuição de renda, políticas sociais e redução da pobreza para a ampliação do mercado de consumo de massas” (BASTOS, 2012, p. 794). Cabe destacar que o modelo descrito por Bastos é especialmente condizente com o que foi apresentado no plano de governo de Lula, em 2002, sobre a estratégia de desenvolvimento econômico brasileiro e seus motores, e que pode ser sintetizado com o seguinte trecho:

A partir desses ganhos de produtividade poderá se estabelecer o seguinte círculo virtuoso: aumento de rendimentos das famílias trabalhadoras, levando à ampliação do consumo popular, que reforça, por sua vez, os investimentos, com aumento de produtividade, fechando-se o ciclo com a elevação do rendimento das famílias trabalhadoras (PROGRAMA DE GOVERNO 2002, 2002. p. 34-35)

Esta é a síntese possível do processo de regulação econômica pelo estado apresentado pelo primeiro plano de governo de Lula, e apenas efetivada em partes a partir de seu segundo governo. O centro do processo de crescimento e desenvolvimento econômico, portanto, estava no mercado interno aliado às políticas de valorização do salário mínimo e de distribuição de renda. Este foi, para a intenção petista de desenvolvimento econômico, o principal motor da economia nacional, sem prejuízo, evidentemente, da influência de diversos outros fatores no

processo de desenvolvimento. Tudo isso em intenção, no primeiro durante o primeiro governo de Lula. O segundo governo, entretanto, foi o que na prática parece reunir condições para explorar uma identificação mais aproximada com a agenda desenvolvimentista, característica trazida no programa de governo vitorioso nas eleições de 2006.

A luta pela inclusão social e o combate à pobreza exigem um crescimento mais acelerado da economia – bem acima dos níveis atuais – com preços estabilizados, equilíbrio fiscal e redução da vulnerabilidade externa. A continuidade da redução das taxas reais de juros ajudará a diminuir mais ainda a dívida pública, ampliará o crédito às empresas produtivas e aos trabalhadores. Nosso Governo continuará em sua tarefa de constituir um grande mercado de bens de consumo de massas, o que vincula de maneira indissociável crescimento com distribuição de renda. Esse propósito requer prioritária diretriz governamental voltada para a elevação substancial dos investimentos, especialmente públicos e nacionais, bem como privados e estrangeiros. Pressupõe ainda o fortalecimento da iniciativa do Estado, das empresas estatais e do sistema financeiro público, por sua capacidade indutora do desenvolvimento (LULA PRESIDENTE – PLANO DE GOVERNO (2007-2010), 2006. p. 10)

Estava anunciada, antes da vitória eleitoral, uma mudança da trajetória macroeconômica do governo de Lula no sentido do desenvolvimentismo, representado pela atuação protagonista do estado como indutor do desenvolvimento econômico. Cabe trazer um resgate sobre o conceito de desenvolvimentismo que pode nos ser útil nesse e nos próximos momentos desta pesquisa. Fonseca (2015) – que também fez parte do esforço de produção no sentido de caracterizar o desenvolvimento brasileiro, suas características e desafios – nos traz uma síntese do que significa o termo desenvolvimentismo. Utilizaremos esse conceito no seguimento de nossos estudos.

Entende-se por desenvolvimentismo a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista. (FONSECA, 2015. p. 40)

Sobre a relação dos governos do PT com a questão do desenvolvimentismo, apesar de destacar neste trabalho que há uma clara orientação neste sentido, não é necessariamente pacífico o entendimento de classificar de maneira definitiva e circunscrita às experiências petistas como desenvolvimentistas.

A avaliação das políticas adotadas no período de governos liderados pela PT no Brasil – de 2003 até meados de 2016 – revelou que, ao usar essa ampla definição, não é possível classificar esse período como desenvolvimentista, na medida em que as políticas macroeconômicas foram, predominantemente, ortodoxas. (PRATES, FRITZ e PAULA, 2017. p. 211)

Entretanto, apesar da observação a respeito da perspectiva macroeconômica, seguiremos utilizando o termo para a referência aos governos petistas por compreender que identificamos uma intencionalidade desenvolvimentista nesses governos, mesmo que reconheçamos a ambiguidade de diversas políticas econômicas. Um termo realmente adequado seria período de intencionalidade desenvolvimentista. Como vimos anteriormente, a própria posição do governo era de se classificar no espectro desenvolvimentista e, evidentemente, a literatura nos traz amplas contribuições no sentido de, além da macroeconomia, aproximar as experiências petistas do desenvolvimentismo, onde nitidamente se percebe uma intenção no sentido da industrialização.

Poderíamos até mesmo indicar que um dos problemas enfrentados pelos governos do PT foi justamente a intenção de industrialização em um cenário de contínua desindustrialização. Mesmo com todas as iniciativas no sentido de fortalecer a indústria, estimular setores – como no caso da relação entre a construção civil e execução de políticas como o PAC e o Minha Casa Minha Vida – o ritmo de desindustrialização, especialmente após a crise econômica de 2008 seguiu.

No caso brasileiro, o gargalo mais visível é a queda absoluta e/ou relativa do valor agregado da indústria no PIB, na geração de emprego e nas exportações, fato que vem sendo nomeado pelos neologismos desindustrialização e reprimarização. O problema torna-se mais complexo, porque, se, por um lado, industrialização faz parte do core, por outro lado, vários autores têm advogado com veemência que tal reversão é tendência internacional, decorrente do atual padrão tecnológico, e a exigência de constar do núcleo prendia-se à lógica da substituição de importações, portanto, historicamente superada. (FONSECA, 2015. p. 40)

Portanto, como industrializar em um cenário de desindustrialização? Parece ter sido esse um dos problemas dos governos petistas, especialmente do governo de Dilma, que finalizou o ciclo de governos petistas ao ser destituída através do golpe parlamentar de 2016. O próprio golpe de 2016 parece, dentre vários fatores geradores, ser resultado de um esgotamento da agenda de intenção desenvolvimentista proposta pelos governos Lula e Dilma, revelada por exemplo no não sucesso da chamada Nova Matriz Econômica (NME). Para Paula, Santos e Moura (2019), o processo de financeirização da economia brasileira impõe frequentemente que o Estado adote medidas que favoreçam o capital especulativo. Entra em cena, nas nossas análises, um ator protagonista na disputa pelas maiores fatias de investimento do Estado: o

mercado financeiro. Diante dessa disputa, não há garantia de sucesso na industrialização, mesmo que houvesse esforços nesse sentido, como os representados pela NME.

Nova Matriz Econômica (NME): redução na taxa Selic pelo Banco Central (de 12,5% em julho de 2011 para 7,5% em agosto de 2012), desvalorização do real (de 25% entre agosto de 2011 a maio de 2012), uso intensivo do BNDES com linha de crédito subsidiado para financiar investimentos, aposta na reindustrialização com o Plano Brasil Maior, desonerações fiscais (em particular da folha de pagamentos), plano para infraestrutura (Programa de Investimentos em Logística – PIL), reforma do setor elétrico, adoção de controles de capitais, represamento de preços monitorados (energia e petróleo), e protecionismos. (PAULA, SANTOS e MOURA, 2019. p.7).

Os desafios, portanto, para a inclusão de uma agenda desenvolvimentista convergiram, em parte, para um conflito com os interesses do mercado financeiro na realidade vivida pelo Brasil durante a segunda metade do primeiro governo de Dilma. Durante o segundo governo, a guinada no sentido da ortodoxia em contraste com o programa apresentado nas eleições do ano anterior revela sem muitos esforços a falta de condições políticas em dar seguimento com uma agenda industrializante nos moldes da NME.

O cenário brasileiro entre as eleições de 2014 e o golpe de 2016 – evidentemente que os períodos anteriores também contribuem para o que vamos tratar, porém proponho nos atermos a este período mais imediatamente anterior – revela um conjunto de elementos, para além da simples pressão do mercado financeiro sobre a economia, que desencadeiam o processo de impeachment da presidente Dilma e consequente alteração no grupo político exercendo a gestão da máquina estatal brasileira.

Na transição do primeiro para o segundo mandato, Dilma inverteu radicalmente a orientação das políticas, partindo para um forte ajuste fiscal e a ortodoxia monetária, o que acabou minando os poucos focos de sustentação política com os quais contava na sociedade. A conspiração política que redundou no impeachment acaba ocorrendo com surpreendente facilidade, alimentada pelos efeitos da Operação Lava Jato e pela trajetória errática das políticas econômicas a partir da constatação das dificuldades de continuação com a NME. A crise econômica a partir do segundo semestre de 2014 sem dúvida contribuiu para dar origem à crise política, e esta por sua vez inviabilizou qualquer tentativa de implementação de políticas para reverter o quadro. O impeachment de Dilma, por fim, interrompe o projeto desenvolvimentista do PT, com seus erros e acertos, permitindo a emergência de novos atores políticos. (PAULA, SANTOS e MOURA, 2019. p.20)

A crise econômica a partir de 2014 a que os autores se referem tem como uma das razões a diminuição dos preços internacionais de commodities, fazendo com que a balança comercial brasileira se posicionasse desfavoravelmente. Paralelamente a esse processo, as políticas sociais, eixo central e contínuo dos governos petistas, seguiam em execução sob fortes críticas dos setores liberais. Outro fator determinante apontado pelos autores para a crise de 2014

remonta aos efeitos econômicos da operação Lava-Jato¹⁰, que para além dos efeitos políticos sobre o governo, interferiu negativamente sobre a economia brasileira.

Em síntese, o segmento de petróleo e gás foi a ponta de lança do processo de desestruturação econômica e desmonte da engenharia e infraestrutura do Brasil, acentuando inclusive uma tendência grave de desnacionalização das atividades produtivas do país em curso desde o pós-Plano Real com impactos graves sobre emprego e renda. A desestruturação desses dois setores – construção civil e petróleo e gás – contribuíram sobremaneira, por um lado, para o aprofundamento da crise econômica a partir de 2015; de outro, para a desestruturação de alguns dos poucos setores em que o capital nacional era forte e competitivo a nível internacional. (PAULA, SANTOS e MOURA, 2019. p.19)

Alguns dos principais elementos que resultaram na crise econômica, social e política que culminou com o impeachment de Dilma e o fim do ciclo de governos petistas foram expostos e trabalhados, mas qual a alternativa a essa agenda? Ao que parece, a NME, ao atacar diretamente a política de juros altos, desfez uma relação entre governo e capital financeiro que vinha dando sinais de coexistência – com concessões por parte dos governos, naturalmente – desde os governos Lula. Esta última reflexão, que pode ser considerada uma síntese da perspectiva de Singer (2015), é contraposta por outra abordagem trazida pela economista Laura Carvalho (2018).

A opção por não realizar uma reforma tributária, e por abandonar os investimentos públicos em prol da implementação de políticas recessivas e excludentes – no governo Dilma Rousseff e, mais ainda, em um governo Temer sem legitimidade – parece, no caso brasileiro, nos tirar do caminho da exceção à regra e nos colocar na espiral descendente do aumento da intolerância e do enfraquecimento da democracia (CARVALHO, 2018. p.185)

Carvalho (2018) argumenta, portanto, que não foi a distância entre os interesses do mercado financeiro e as ações do governo Dilma que contribuíram para o fim do ciclo de governos petistas através do golpe de 2016, mas sim, a aproximação indevida entre esses interesses, através das ações do estado comandado por um partido que havia apresentado agenda de proteção a direitos sociais. Esses últimos elementos não constam nas prioridades do mercado financeiro e tendem, aparentemente, a permanecer distantes das prioridades.

¹⁰ O DIEESE, em estudo de 2021 apontou que os impactos da Operação Lava-Jato na economia brasileira remontam ao número de 4,4 milhões de desempregados, além de apontar que o Brasil, como efeito da operação, deixou de arrecadar R\$ 47,4 bilhões de impostos e R\$ 20,3 bilhões em contribuições sobre a folha, além de ter reduzido a massa salarial do país em R\$ 85,8 bilhões. Estudo disponível em <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/impactosLavaJatoEconomia.html>

Um diagnóstico primeiro da agenda em curso no Brasil após o golpe de 2016 parece apontar para uma retomada neoliberal nos marcos da estruturação de novas condições de acúmulo do capital internacional pós anos 1980, em meio à dinâmica da financeirização, atendendo aos interesses prioritariamente do setor financeiro. A expectativa é que a leitura e análise dos artigos selecionados possa lançar luzes sobre essa e outras questões que influenciam diretamente sobre o tema do desenvolvimento econômico brasileiro em nossos tempos.

4 O QUE A PRODUÇÃO ACADÊMICA NOS PERIÓDICOS ENTRE 2011 E 2021 TEM A APONTAR SOBRE A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL

A questão central deste trabalho é investigar à luz do que as autoras e autores citados anteriormente nos apresentam como elementos, quais as características da produção sobre desenvolvimento econômico em periódicos brasileiros de Sociologia e Ciência Política e Relações Internacionais, classificados como A1 e A2. A busca consiste em identificar quais as características das abordagens dos textos sobre a questão do estado planejador na atual conjuntura. Compreendendo que o golpe de 2016 reflete um marco determinante para o direcionamento do estado brasileiro a respeito da relação entre mercado e estado, investigaremos as publicações que antecedem em 5 anos o ano de 2016, bem como as que sucedem pelo mesmo período de tempo o golpe. Para fins de definição sobre o tema investigado, um critério delimitador para a seleção dos artigos foi o de conter as palavras “desenvolvimento” e “econômico”, ou o termo “desenvolvimento econômico” em seus respectivos resumos.

Para proceder com a primeira seleção de artigos foram cumpridas as seguintes etapas: primeiro a identificação dos periódicos brasileiros classificados como A1 e A2 nas duas áreas a serem investigadas – Sociologia e Ciência Política e Relações Internacionais – através de consulta à plataforma Sucupira da CAPES. Cabe destacar que a classificação atualmente válida de periódicos da CAPES é de 2016. Através do mapeamento na plataforma Sucupira, foram identificados, conforme apresentado na tabela 1, 60 periódicos brasileiros classificados como A1 ou A2 nas áreas de conhecimento que interessam a esta pesquisa.

TABELA 1 – PERIÓDICOS SELECIONADOS POR CLASSIFICAÇÃO CAPES

PERIÓDICO	INSTITUIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
RAE. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	FVG	CIÊNCIA POLÍTICA E RI (A1)
REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	FGV	
REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA	CENTRO DE ECONOMIA POLÍTICA	
REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA	UFPR	
CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA	FIOCRUZ	CIÊNCIA POLÍTICA E RI (A1) SOCIOLOGIA (A1)

DADOS	IESP-UERJ	CIÊNCIA POLÍTICA E RI (A1) SOCIOLOGIA (A1)
CADERNOS DE PESQUISA	F CARLOS CHAGAS	CIÊNCIA POLÍTICA E RI (A1) SOCIOLOGIA (A2)
OPINIÃO PÚBLICA	UNICAMP	CIÊNCIA POLÍTICA E RI (A1) SOCIOLOGIA (A2)
REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO	REBEP	CIÊNCIA POLÍTICA E RI (A1) SOCIOLOGIA (A2)
REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL	UNB	CIÊNCIA POLÍTICA E RI (A1) SOCIOLOGIA (A2)
SAÚDE E SOCIEDADE	USP	CIÊNCIA POLÍTICA E RI (A1) SOCIOLOGIA (A2)
AMBIENTE E SOCIEDADE	UNICAMP	CIÊNCIA POLÍTICA E RI (A2)
BRAZILIAN JOURNAL OF OCEANOGRAPHY	USP	
BRAZILIAN POLITICAL SCIENCE REVIEW	ABCP	
CONTEXTO INTERNACIONAL	PUC-RIO	
EDUCAÇÃO E PESQUISA	USP	
ENSAIO - AVALIAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO	CESGRANRIO	
GESTÃO & PRODUÇÃO	UFSCAR	
JORNAL BRASILEIRO DE PSIQUIATRIA	UFRJ	
REVISTA BRASILEIRA DE ENGENHARIA BIOMÉDICA	SBEB	
REVISTA BRASILEIRA DE EPIDEMIOLOGIA	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA	
CADERNO CRH	UFBA	
CADERNOS PAGU	UNICAMP	CIÊNCIA POLÍTICA E RI (A2) SOCIOLOGIA (A1)
EDUCAÇÃO & SOCIEDADE	UNICAMP	CIÊNCIA POLÍTICA E RI (A2) SOCIOLOGIA (A1)
HISTÓRIA, CIÊNCIAS, SAÚDE	FIOCRUZ	CIÊNCIA POLÍTICA E RI (A2) SOCIOLOGIA (A1)
LUA NOVA	CEDEC	CIÊNCIA POLÍTICA E RI (A2) SOCIOLOGIA (A1)
REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS	ANPOCS	CIÊNCIA POLÍTICA E RI (A2) SOCIOLOGIA (A1)
REVISTA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL	SOBER	CIÊNCIA POLÍTICA E RI (A2) SOCIOLOGIA (A1)

NOVOS ESTUDOS	CEBRAP	CIÊNCIA POLÍTICA E RI (A2) SOCIOLOGIA (A2)
PSICOLOGIA E SOCIEDADE	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL	CIÊNCIA POLÍTICA E RI (A2) SOCIOLOGIA (A2)
CADERNOS METRÓPOLE	PUC-SP	SOCIOLOGIA (A1)
CIÊNCIA & SAÚDE COLETIVA	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA	
CIVITAS - REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS	PUC-RS	
HORIZONTES ANTROPOLÓGICOS	UFRGS	
MANA	UFRJ	
REVISTA DE ANTROPOLOGIA	USP	
SOCIEDADE E ESTADO	UNB	
SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA	UFRJ	
SOCIOLOGIAS	UFRGS	
TEMPO SOCIAL	USP	
CADERNOS CEDES	UNICAMP	
CIÊNCIAS SOCIAIS	UNISINOS	
CONTEMPORÂNEA	UFSCAR	
DILEMAS	UFRJ	
EDUCAÇÃO E REALIDADE	UFRGS	
ESTUDOS FEMINISTAS	UFSC	
ORGANIZAÇÕES & SOCIEDADE	UFBA	
PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO	CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA	
PSICOLOGIA: TEORIA E PESQUISA	UNB	
RAC. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO CONTEMPORÂNEA	ANPAD	
RELIGIÃO E SOCIEDADE	INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO	
REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO	ANPED	
REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA	SBS	
REVISTA DE HISTÓRIA	USP	
REVISTA DE SAÚDE PÚBLICA	USP	
REVISTA DIREITO	FGV	
REVISTA PHYSIS	INSTITUTO DE FILOSOFIA	
REVISTA PSICOLOGIA: ORGANIZAÇÕES E TRABALHO	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO	

TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE	FIOCRUZ	
TRANS/Form/AÇÃO	UNESP	
<i>Fonte:</i> Elaboração própria com dados da Plataforma Sucupira. Acesso em 14 de julho de 2021.		

A segunda etapa do processo de mapeamento de artigos, consistiu na coleta dos artigos publicados nos periódicos selecionados e nos quais constasse em seu resumo o termo “desenvolvimento econômico” ou separadamente as palavras “desenvolvimento” e “econômico” e que tenham sido publicados entre os anos de 2011 e 2021, anos que constituem o período cronológico analisado na pesquisa. Para esta etapa do processo, foi utilizada a ferramenta de filtros da plataforma Scielo¹¹. Primeiramente informando o termo “desenvolvimento econômico” no campo de procura e especificando a procura pelo termo nos resumos, depois adicionando um segundo filtro simultâneo com o nome do periódico a ser pesquisado. Este processo foi repetido para cada um dos 60 periódicos, em cada um deles, os resultados da busca indicavam os artigos referentes àquele periódico cujos resumos constasse o termo “desenvolvimento econômico” ou as palavras “desenvolvimento” e “econômico” separadamente em todo o período de existência do respectivo periódico¹². Foram selecionados, de cada periódico, apenas os artigos publicados entre 2011 e 2021. Os resultados por ano e periódico de maneira detalhada constam na tabela 2, onde podemos identificar o número de artigos publicados com o perfil delimitado por essa pesquisa através do número entre parênteses ao lado do ano em que houveram publicações no respectivo periódico nos termos da presente pesquisa. Além disso, reunimos na tabela a área de conhecimento de cada periódico determinada pelo sítio dos próprios periódicos. Na tabela 3 consta a indicação do número de artigos publicados nos respectivos periódicos, aplicados os filtros que interessam a essa pesquisa por ano, de maneira a oferecer uma percepção inicial sobre o número de artigos publicados por ano, com o perfil delimitado para a pesquisa.

¹¹ <https://www.scielo.br/>

¹² Há quatro periódicos que não constam na plataforma Scielo.com, são eles: Ciências Sociais (Unisinos), Contemporânea (UFSCAR), Revista Brasileira de Sociologia (SBS) e Revista Physis (Instituto de Filosofia). A solução encontrada para esses casos para não haver prejuízo de não utilização de bibliografia produzida e publicada foi consultar diretamente os sites dos respectivos periódicos. Apenas a Revista Physis não possui site, por essa razão não foi possível acessar os artigos deste periódico, as demais revistas possuem site ativo e a consulta ocorreu diretamente nos respectivos sites utilizando a mesma metodologia de filtragem da plataforma Scielo.com.

TABELA 2 – NÚMERO DE ARTIGOS PUBLICADOS POR PERIÓDICO COM O TERMO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO CONSTANDO NO RESUMO E ÁREA DE CONHECIMENTO DO PERIÓDICO.

PERIÓDICO	ARTIGOS POR ANO	NÚMERO TOTAL DE ARTIGOS	ÁREA DE CONHECIMENTO DO PERIÓDICO
AMBIENTE E SOCIEDADE	2013(1), 2014(3), 2015(3), 2016(4), 2017(3), 2018(1), 2019(1), 2021(2)	18	Ciências Ambientais Ciências Sociais
BRAZILIAN JOURNAL OF OCEANOGRAPHY	NENHUM	0	Oceanografia
BRAZILIAN POLITICAL SCIENCE REVIEW	2017(1)	1	Ciência Política Relações Internacionais
CADERNO CRH	2012(2), 2014(1), 2016(3), 2018(3)	9	Ciências Sociais
CADERNOS CEDES	NENHUM	0	Educação
CADERNOS DE PESQUISA	2014(1), 2017(2)	3	Educação
CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA	2015(1), 2016(1), 2017(1), 2019(2), 2021(1)	6	Saúde Coletiva
CADERNOS METRÓPOLE	2013(2), 2016(1), 2017(1), 2019(2), 2020(3)	9	Urbanidade e cidades
CADERNOS PAGU	NENHUM	0	Gênero, feminismo e sexualidade
CIÊNCIA & SAÚDE COLETIVA	2012(5), 2013(1), 2014(1), 2015(3), 2016(1), 2017(3), 2018(4), 2019(1), 2020(1), 2021(2)	22	Medicina e Saúde Pública
CIÊNCIAS SOCIAIS	2020(1)	1	Ciências Sociais
CIVITAS - REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS	2012(1), 2014(1), 2016(1), 2020(2)	5	Ciências Sociais
CONTEMPORÂNEA	2019(1)	1	Sociologia

CONTEXTO INTERNACIONAL	2011(1), 2013(1), 2015(2)	4	Relações Internacionais
DADOS	2015(1), 2019(1)	2	Ciências Sociais
DILEMAS	NENHUM	0	Sociologia e Antropologia
EDUCAÇÃO & SOCIEDADE	2013(1), 2016(5), 2018(1), 2019(1)	8	Educação
EDUCAÇÃO E PESQUISA	2012(1), 2014(1), 2015(1), 2018(1)	4	Educação
EDUCAÇÃO E REALIDADE	NENHUM	0	Educação
ENSAIO - AVALIAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO	2011(1), 2013(1), 2014(3), 2015(1), 2016(2), 2017(1), 2018(2), 2020(1), 2021(1)	13	Educação
ESTUDOS FEMINISTAS	NENHUM	0	Gênero, feminismos e sexualidade
GESTÃO & PRODUÇÃO	2012(1), 2013(1), 2014(1), 2016(4), 2017(3), 2018(3), 2019(4), 2020(1), 2021(1)	19	Administração e Engenharia de Produção
HISTÓRIA, CIÊNCIAS, SAÚDE	2017(2), 2020(1)	3	Saúde
HORIZONTES ANTROPOLÓGICOS	NENHUM	0	Antropologia
JORNAL BRASILEIRO DE PSIQUIATRIA	2020(1)	1	Psiquiatria
LUA NOVA	2011(1), 2014(1), 2018(1), 2019(1), 2020(1)	5	Ciências humanas
MANA	NENHUM	0	Antropologia
NOVOS ESTUDOS	2012(1), 2019(1)	2	Ciências Humanas, Literatura, Direito e Artes
OPINIÃO PÚBLICA	2011(1), 2018(1)	2	Ciência Política
ORGANIZAÇÕES & SOCIEDADE	2012(1), 2015(2), 2018(2), 2020(1)	6	Administração
PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO	NENHUM	0	Psicologia
PSICOLOGIA E SOCIEDADE	2012(1), 2013(1), 2014(1), 2016(1), 2017(1)	5	Psicologia

PSICOLOGIA: TEORIA E PESQUISA	NENHUM	0	Psicologia
RAC. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO CONTEMPORÂNEA	2012(1), 2013(1), 2017(1), 2019(1)	4	Administração
RAE. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	2015(1), 2020(1), 2021(1)	3	Administração
RELIGIÃO E SOCIEDADE	NENHUM	0	Ciências Sociais
REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS	2016(1), 2018(1), 2021(1)	3	Ciências Sociais
REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO	2011(1), 2014(2), 2016(3), 2020(1)	7	Educação
REVISTA BRASILEIRA DE ENGENHARIA BIOMÉDICA	NENHUM	0	Biomedicina
REVISTA BRASILEIRA DE EPIDEMIOLOGIA	2011(1), 2013(1), 2014(1)	3	Saúde
REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO	2012(2), 2015(2), 2016(2), 2019(2), 2020(1), 2021(1)	10	Demografia
REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL	2013(1), 2014(3)	4	Relações Internacionais
REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA	2015(1)	1	Sociologia
REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2011(3), 2012(3), 2013(3), 2014(4), 2015(1), 2016(3), 2018(3), 2019(1), 2020(3), 2021(2)	26	Administração Pública
REVISTA DE ANTROPOLOGIA	NENHUM	0	Antropologia
REVISTA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL	2012(3), 2014(2), 2015(3), 2017(2), 2018(1), 2019(1), 2020(3), 2021(1)	16	Agricultura, Agroindústria e Questões Rurais

REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA	2015(3), 2016(5), 2017(7), 2018(8), 2019(3), 2020(2), 2021(2)	30	Economia Política
REVISTA DE HISTORIA	2016(1)	1	História
REVISTA DE SAÚDE PÚBLICA	2011(1), 2012(4), 2013(1), 2016(1)	7	Saúde Pública
REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA	2011(2), 2012(2), 2013(1), 2014(3), 2015(2), 2017(1), 2018(1), 2020(1)	13	Sociologia e Ciência Política
REVISTA DIREITO	2012(1), 2013(1), 2014(2), 2015(2), 2017(1), 2018(1), 2019(1), 2021(1)	10	Direito
REVISTA PHYSIS	PERIÓDICO NÃO ENCONTRADO	0	-
REVISTA PSICOLOGIA: ORGANIZAÇÕES E TRABALHO	PERIÓDICO NÃO ENCONTRADO	0	-
SAÚDE E SOCIEDADE	2013(1), 2014(3), 2015(3), 2016(1), 2017(1), 2018(3), 2020(1), 2021(1)	14	Saúde Pública
SOCIEDADE E ESTADO	2011(1), 2012(1), 2015(1), 2016(1)	4	Ciências Sociais
SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA	2012(1), 2014(1), 2021(1)	3	Sociologia e Antropologia
SOCIOLOGIAS	2011(1), 2012(1), 2019(1)	3	Ciências Sociais
TEMPO SOCIAL	2015(1), 2016(1), 2017(1)	3	Antropologia, Ciência Política, Filosofia e História
TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE	2013(1), 2016(1), 2017(1)	3	Educação e Saúde
TRANS/Form/AÇÃO	NENHUM	0	Filosofia

TOTAL: 317

Fonte: Elaboração própria com dados do scielo.com e dos sites dos periódicos acessados entre 14 e 17 de julho de 2021

TABELA 3 – NÚMERO DE ARTIGOS POR ANO NO UNIVERSO DA PESQUISA.

ANO	Nº DE ARTIGOS
2011	13
2012	32
2013	20
2014	36
2015	35
2016	42
2017	33
2018	37
2019	25
2020	26
2021	18

Fonte: Elaboração própria com dados do scielo.com e dos sites dos periódicos acessados entre 14 e 17 de julho de 2021.

Seguindo o processo de mapeamento, a próxima fase na seleção dos artigos utilizados para a presente pesquisa consistiu na leitura dos resumos dos artigos para separação em três grupos. No primeiro grupo de artigos foram reunidos aqueles que serão utilizados diretamente na pesquisa por tratarem diretamente sobre o tema do papel do estado na promoção do desenvolvimento econômico em qualquer das perspectivas apresentadas anteriormente. Neste grupo, portanto, foram incluídos os artigos que tratam de maneira central sobre as relações que envolvem o desenvolvimento econômico brasileiro, especialmente através das questões referentes a estado e mercado nos marcos dos referenciais teóricos trabalhados anteriormente. No segundo grupo de artigos foram reunidos artigos que tratam lateralmente sobre a questão do estado planejador e não têm, na apresentação de seus resumos a pretensão de debater centralmente sobre o protagonismo do estado no processo de desenvolvimento econômico. Estes artigos foram separados em um grupo específico pois, apesar de não serem utilizados para fins da presente dissertação, poderão ser utilizados no seguimento da presente pesquisa, em momentos futuros. No terceiro grupo, foram reunidos os artigos que não interessam aos fins da presente pesquisa por não tratarem e nem pretendem tratar sobre o tema do desenvolvimento econômico brasileiro e nem abordam as questões levantadas como referencial teórico do trabalho. Ao final desse mapeamento, cujos critérios foram descritos acima, no primeiro grupo constaram 77 artigos, no segundo 141 artigos e no terceiro 100 artigos. A separação nos três grupos finalizou o processo de mapeamento de artigos para utilização na presente pesquisa e o resultado por ano pode ser conferido na tabela 4.

TABELA 4 – SEPARAÇÃO DE ARTIGOS POR GRUPOS.

ANO	Nº ARTIGOS GRUPO 1	Nº ARTIGOS GRUPO 2	Nº ARTIGOS GRUPO 3
2011	5	5	4
2012	6	20	6
2013	4	9	7
2014	8	18	9
2015	10	13	12
2016	10	18	15
2017	8	12	13
2018	11	20	6
2019	7	10	8
2020	4	10	12
2021	4	6	8

Fonte: Elaboração própria.

Antes de seguirmos para a descrição da próxima etapa desta pesquisa, cabem alguns comentários a respeito dos primeiros dados obtidos após a etapa de mapeamento e seleção de artigos. Analisando as tabelas percebe-se que há uma concentração maior de artigos com a temática delimitada nesta pesquisa, entre os anos de 2014 e 2018. O ano com maior número de artigos é exatamente 2016, o ano do golpe, e cuja hipótese deste trabalho sustenta que há uma guinada naquele ano, sobre a questão dos rumos do desenvolvimento no Brasil. A concentração de artigos nos anos próximos ao golpe parlamentar de 2016 permanece mesmo após realizada a seleção em três grupos distintos. O grupo 1 – que corresponde aos artigos que serão analisados para fins da presente pesquisa – também concentra os maiores números de publicações com o tema abordado entre os anos de 2014 e 2016. Nesse grupo, o ano de 2018 foi quando, individualmente, encontrou-se mais artigos sobre o tema.

Classificamos também os periódicos pelas suas áreas de conhecimento, conforme a tabela 2. Cabe destacar que a classificação por área de conhecimento foi colhida dos sites dos respectivos periódicos. Ao analisar os que publicaram artigos durante o período analisado, percebemos grau amplo de diversidade entre as áreas de conhecimento dos periódicos cujos artigos serão analisados, porém com certa prevalência das áreas relacionadas às ciências sociais, o que foi associado à filtragem definida pelas áreas de avaliação da plataforma Sucupira/CAPES para a delimitação do objeto analisado na presente pesquisa. Quando partimos para a análise dos dados constantes apenas no grupo 1, procuramos identificar, inicialmente

quais os periódicos que constavam com artigos entre os 77 do grupo em análise e constatamos a seguinte configuração:

TABELA 5 – ARTIGOS E PERIÓDICOS CONSTANTES NO GRUPO 1

TÍTULO DO PERIÓDICO E INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL	NÚMERO DE ARTIGOS CONSTANTES NO GRUPO 1
Revista de Economia Política (Centro de Economia Política)	23
Revista Sociologia e Política (UFPR)	6
Revista de Administração Pública (FGV) Ambiente e Sociedade (Unicamp)	5
Revista Direito (FGV) Caderno CRH (UFBA)	4
Revista de Economia e Sociologia Rural (Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural) Revista Brasileira de Estudos da População (Associação Brasileira de Estudos Populacionais)	3
Gestão & Produção (UFSCAR) Revista Brasileira de Educação (ANPED) Lua Nova (CEDEC)	2
Revista de Administração de Empresas (FGV) Sociologia e Antropologia (UFRJ) Contemporânea (UFSCAR) Revista Brasileira de Ciências Sociais (ANPOCS) Brazilian Political Science Review (ABCP) Ciência & Saúde Coletiva (Associação Brasileira de Saúde Coletiva) Educação & Sociedade (Unicamp) Civitas (PUC-RS) Contexto Internacional (PUC-RIO) Organizações & Sociedade (UFBA) Sociedade e Estado (UnB) Dados (IESP) Revista de História (USP) Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas) Trabalho, Educação e Saúde (FIOCRUZ) Novos Estudos (CEBRAP) Opinião Pública (Unicamp) Sociologias (UFRGS)	1

Fonte: Elaboração própria

Quando nos concentramos apenas no grupo 1, cujos artigos foram lidos e analisados a respeito da temática de que trata a pesquisa, percebemos que entre os periódicos mais recorrentes, se destaca flagrantemente em número de artigos a Revista de Economia Política. Uma análise mais atenta dos dados pode nos levar a constatar que não necessariamente, os termos “desenvolvimento econômico” e “desenvolvimento” e “econômico”, separadamente, fazem parte da linguagem utilizada pelos autores que publicam artigos em revistas que se auto determinam como sociologia. A pequena presença de periódicos com prioridade na área de sociologia entre os que mais publicaram no período analisado, com a temática da pesquisa, e que constam no Grupo 1, pode portanto, indicar o não uso da referida terminologia e, conseqüentemente, ao analisarmos o tema desenvolvimento econômico através da perspectiva apresentada, a maior prevalência da área de economia talvez reflita um distanciamento entre as duas ciências a respeito da gramática utilizada para tratar do mesmo tema. Esta é uma hipótese a ser explorada no decorrer desta pesquisa.

Evidentemente que a presente pesquisa não possui previamente elementos para determinar sobre a produção de sociologia a respeito do tema do desenvolvimento econômico, mas traz a hipótese de que há um distanciamento entre sociologia e economia no que diz respeito à temática do desenvolvimento. Esta hipótese parece se confirmar quando reunimos as determinantes delimitadas para o tema da presente pesquisa, apesar de uma relativa presença de publicações em periódicos na área de sociologia, ciência política ou ciências sociais, quando tratamos especificamente do grupo 1, o grande número de artigos publicados sobre o tema em questão garante um destaque dado às ciências econômicas para o tema estudado e revela, para além da desigualdade óbvia entre os números, uma possível distância entre sociologia e economia no que diz respeito à produção acadêmica sobre desenvolvimento econômico, com maior importância por parte da economia e menor importância por parte das ciências sociais.

O problema central da presente pesquisa é lançar luzes sobre a produção referente ao tema desenvolvimento econômico nos periódicos selecionados a partir dos critérios descritos anteriormente. Portanto, o momento seguinte da pesquisa consistiu na leitura e classificação dos 77 artigos constantes no Grupo 1 de maneira a caracterizar a relação estado e mercado sob a perspectiva do desenvolvimento econômico brasileiro levando em consideração as abordagens anteriores, exploradas nas reflexões apresentadas no quadro referencial teórico da presente pesquisa. O esforço se deu, de maneira mais específica, procurando identificar os desafios ao desenvolvimento econômico, tendo a industrialização como paradigma principal, tal como apontaram os desenvolvimentistas clássicos, porém, no cenário contemporâneo de

crise econômica e aumento da influência dos instrumentos do mercado financeiro sobre as economias. Os artigos serão analisados, portanto, no aspecto referente ao papel do estado como agente indutor e planejador do desenvolvimento econômico – compreendendo ser essa uma questão central para a promoção do desenvolvimento econômico desde o começo da produção desenvolvimentista, mas também hoje, em tempos de financeirização da economia e dos novos paradigmas vividos na modernidade – a partir da reunião das abordagens trazidas nos referidos artigos.

O método desta etapa da pesquisa, portanto, consistiu na leitura e classificação dos artigos no que diz respeito ao protagonismo do estado com relação ao desenvolvimento. A leitura nos artigos, permitiu que houvesse uma nova separação entre eles no que diz respeito à abordagem dos autores sobre a questão do desenvolvimento econômico em três grupos: o grupo A, onde constam os artigos que tratam diretamente sobre a questão delimitada acima pela pesquisa, portanto, sobre a relação entre estado planejador e desenvolvimento econômico, com todos os elementos que essas questões podem abordar, como a industrialização e a financeirização; o grupo B, onde constam artigos que tangenciam a questão, cujo foco não seja necessariamente tratar sobre o assunto, por isso o abordam de maneira superficial, sem concentrar análises sobre os paradigmas do desenvolvimento econômico com foco na industrialização e na questão da financeirização da economia.; e o grupo C, onde foram reunidos os artigos que não tratam nem superficialmente sobre as questões delimitadas a respeito desta pesquisa.

Para fins da continuidade de pesquisa, nos interessa a análise das abordagens e percepções dos artigos do grupo A, que nos permitirá lançar luzes a respeito de como o tema do desenvolvimento, sob a perspectiva dos paradigmas aqui delimitados, é tratado a partir dos periódicos selecionados. Durante a leitura, foram identificadas, para além das reflexões e dos argumentos utilizados pelos autores, as suas áreas de formação, de maneira que possamos também avaliar a respeito de que áreas de conhecimento têm efetivamente se envolvido no debate resgatado pela presente pesquisa. A tabela 6 mostra os resultados preliminares da avaliação dos artigos:

TABELA 6 – DETALHAMENTO DAS CARACTERÍSTICAS DOS ARTIGOS CONSTANTES NO GRUPO 1.

GRUPO (NÚMERO DE ARTIGOS)	PERIÓDICO (NÚMERO DE ARTIGOS)	ÁREA DE CONHECIMENTO (NÚMERO DE ARTIGOS)
GRUPO A (21)	Revista de Economia Política (13)	Economia (15)
	Revista de Sociologia e Política (2)	História (2)
	Revista de Administração Pública (1)	Ciência Política (2)
	Revista Brasileira de Educação (1)	Ciências Sociais (1)
	Dados (1)	Direito (1)
	Revista de História (1)	
	Revista Direito (1)	
	Caderno CRH (1)	
GRUPO B (20)	Revista de Economia Política (4)	Economia (10)
	Revista de Sociologia e Política (2)	Sociologia (4)
	Lua Nova (2)	Direito (2)
	Revista Direito (2)	Ciência Política (1)
	Sociologias (1)	Administração (1)
	Novos Estudos(1)	Relações Internacionais (1)
	Trabalho, Educação e Sociedade (1)	Medicina (1)
	Sociedade e Estado (1)	
	Caderno CRH (1)	
	Revista Brasileira de Ciências Sociais (1)	
	Revista de Economia e Sociologia Rural (1)	
	Revista de Administração de Empresas (1)	
	Revista de Administração Pública (1)	
	Sociologia e Antropologia (1)	
GRUPO C (36)	Revista de Economia Política (6)	Economia (8)
	Ambiente e Sociedade (5)	Administração (5)
	Revista de Administração Pública (3)	Ciências Sociais (5)
	Revista Brasileira de Estudos da População (3)	Sociologia (4)
	Revista de Sociologia e Política (2)	Relações Internacionais (3)
	Revista de Economia e Sociologia Rural (2)	Ciência Política (2)
	Caderno CRH (2)	Educação (2)
	Gestão & Produção (2)	Estatística (2)
	Opinião Pública (1)	Propaganda e Marketing (1)
	Revista Brasileira de Educação (1)	Direito (1)
	Revista Direito (1)	Ciências Exatas e Tecnologia (1)

Cadernos de Pesquisa (1)	Engenharia de Produção (1)
Contexto Internacional (1)	Antropologia (1)
Organizações e Sociedade (1)	Engenharia (1)
Educação e Sociedade (1)	
Civitas (1)	
Brazilian Political Science Review (1)	
Ciência e Saúde Coletiva (1)	
Contemporânea (1)	

Fonte: Elaboração própria com dados dos artigos.

A respeito das informações reunidas na tabela 6, cabem algumas reflexões. A primeira delas a respeito da surpresa que a análise empírica traz, por vezes, ao pesquisador. A expectativa anterior à leitura era de que nos grupos B e C constassem poucos artigos, em função das filtragens anteriores, realizadas através dos resumos. Porém, ainda assim, revelou-se significativa a quantidade de artigos que não trata centralmente sobre o tema do desenvolvimento econômico a partir dos recortes definidos pela presente pesquisa.

Trinta e seis artigos foram direcionados ao grupo C por tratar sobre outros temas e a questão do desenvolvimento econômico apresentada no resumo não ser abordada para além de acessório ou como instrumento ilustrativo para outros assuntos tratados pelos artigos. Neste grupo constam uma diversidade de periódicos. O destaque fica para a participação de artigos escritos por autores e autoras da área das ciências sociais – especialmente quando somamos todas as áreas das ciências sociais – revelando que as abordagens para parte significativa dos autores em ciências sociais cujos artigos foram selecionados, preferiram não tratar diretamente sobre o tema da pesquisa.

Vinte artigos foram direcionados para o grupo B, por tratarem de maneira mais superficial sobre a questão do desenvolvimento econômico nos marcos delimitados pela pesquisa, em detrimento de outros assuntos tratados nos artigos com maior centralidade. Este grupo foi criado com o objetivo de reunir aqueles artigos cuja abordagem sobre o desenvolvimento econômico, apesar de não relacionada diretamente com o tema da pesquisa, podem vir a acrescentar, em momentos futuros, em pesquisas futuras, sobre a questão do desenvolvimento econômico brasileiro em perspectivas diferentes que da industrialização ou da financeirização, que constituem o foco de análise no presente estudo. Neste grupo se revela a maior participação de autores da área da economia, tendência também confirmada pelo perfil dos periódicos.

Vinte e um dos setenta e sete artigos selecionados tratam diretamente sobre o tema definido. No grupo A, a prevalência de periódicos e autores da área da economia, contrasta diretamente com o baixo número das ciências sociais – mesmo quando reunimos ciências sociais e sociologia com ciência política. Deve-se observar também a participação, no debate analisado, de autores das áreas de direito e história. Para além disso, os elementos presentes nos artigos desse grupo serão compartilhados, de modo a compreendermos, para além das informações percebidas até aqui, a característica de um pensamento sobre desenvolvimento econômico refletido através das publicações de artigos em periódicos conforme as delimitações definidas pela presente pesquisa. Sobre os artigos do grupo A, antes de seguirmos, cabe o compartilhamento a respeito do ano de publicação dos artigos: 2012(1), 2013(2), 2014(1), 2015(3), 2016(5), 2017(1), 2018(6), 2019(1) e 2021(1). Não há artigos de 2011 e de 2020 no grupo A. A informação a respeito dos anos dialoga com a hipótese de que o ano de 2016 se constitui em um marco para a questão do desenvolvimento econômico, mas para além disso, traz o elevado número de publicações em 2018, cuja causa, pode estar relacionada com a intensidade do processo eleitoral daquele ano, bem como os efeitos do não retorno das reformas executadas durante o governo Temer. Todavia, não possuímos elementos suficientes para determinar causas para esse número, especialmente pelo fato de geralmente as publicações em artigos, sobretudo os de extratos superiores da CAPES, como os analisados, tendem a não ocorrer exatamente no mesmo período da escrita, cabendo considerar o tempo de submissão com análises, ajustes e demais elementos que fazem parte do processo entre a escrita e a publicação de um artigo acadêmico. Outra pesquisa, talvez, seja necessária para apurar especificamente os fenômenos de 2016 a 2018 no Brasil, o que não é o caso do nosso esforço durante esta pesquisa.

Nos artigos do grupo A há uma diversidade de opiniões sobre a questão do desenvolvimento econômico sob as perspectivas da industrialização, da financeirização e do protagonismo do estado na condução de agendas pró desenvolvimento. Para além dos textos que tratam ou de perceber as características do momento vivido pela sociedade, ou dos atores que influenciam no processo de desenvolvimento, ou dos fatores que determinam ou não a industrialização de um país individualmente, há os textos que tratam centralmente sobre as alternativas ao processo de industrialização, sobre medidas a ser tomadas para a retomada da industrialização e consequente desenvolvimento econômico, e sobre o papel do estado nesse contexto, bem como sobre a influência do mercado financeiro nesse processo. No próximo momento, serão compartilhados alguns trechos dos 21 artigos do grupo A, com breves

comentários sobre suas características, para que ao final possamos desenvolver algumas conclusões. Portanto, seguimos com o compartilhamento das análises.

Em artigo publicado na Revista Sociologia e Política com o título “A economia política do modelo econômico chinês: o estado, o mercado e os principais desafios”, o cientista político Alexandre Guimarães (2012), traz para análise o modo como a China, através das políticas estatais, se constituiu capaz de gerenciar o sistema financeiro. O texto trata especificamente sobre o caso chinês e a particularidade de aliar desenvolvimento industrial e tecnológico com bom desempenho econômico comandado pelo estado que intervém diretamente não apenas sobre as empresas e sobre a produção, mas também sobre o mercado financeiro.

A análise lança olhares ainda desconfiados sobre a sustentabilidade dessa agenda. Quase dez anos depois, as empresas chinesas de atuação internacional parecem estar mais fortalecidas e a China consolidada como grande potência econômica mundial. A saída para o dilema entre desenvolvimento gerenciado pelo estado e o processo de financeirização, no caso chinês se traduz no controle do mercado financeiro pelo estado, conforme podemos constatar com a produção do autor.

Como um caso típico de Developmental State, o Estado chinês transcende amplamente as funções consideradas consensuais pelos economistas: provisão de bens públicos e correção de falhas de mercado. Sua ação está ancorada em políticas voltadas a proteger a indústria nacional, moldar a entrada do capital estrangeiro, induzir a formação de joint ventures e obter condições favoráveis para a transferência de tecnologia. Inspirado no modelo japonês, o governo não mede esforços para produzir grupos empresariais com capacidade tecnológica e competitiva, dado que considera pré-condição para o poder internacional do país. Uma especificidade da China é a capacidade de fazer essa intervenção em um momento do capitalismo menos permissivo à intervenção estatal. (GUIMARÃES, 2012. p. 110)

Na China, os bancos ainda são, em grande parte, estatais, e o Estado mantém um grande controle sobre a alocação dos fluxos financeiros. Da mesma forma, o Estado mantém o controle de grande parte das empresas. Apesar das medidas para estimular a autonomia das empresas estatais e, mesmo, da tentativa de criar-se uma holding dessas empresas, há ainda grande discricção e intervenção do partido comunista e da burocracia. Essa intervenção implica, em algumas ocasiões, a adoção de ações voltadas a fortalecer as empresas e a enfrentar adversidades. Mas, de outro lado, tende a fazer que considerações de outra ordem, ligadas ao interesse do Partido Comunista, interfiram na operação das empresas, tendendo a afetar negativamente a eficiência e a competitividade. (GUIMARÃES, 2012. p.111)

O caso chinês aponta também para as possibilidades e potencialidades da política industrial no momento atual do capitalismo. Há indicações de avanços na base produtiva e tecnológica, destacando-se, além do esforço empreendido, a capacidade de enquadrar o capital estrangeiro e de produzir campeões nacionais com potencial de competição internacional. No entanto, prevalecem dúvidas sobre o grau de sucesso tanto na capacidade de inovação como na de produzir empresas aptas a enfrentar as líderes mundiais nos respectivos setores. Esse aspecto aponta para a necessidade de monitorar o avanço das empresas chinesas tanto na capacidade de registrar patentes

como de disputar os mercados com as empresas multinacionais. (GUIMARÃES, 2012. p. 117)

O economista Luiz Carlos Bresser-Pereira, publicou em 2013 também na Revista Sociologia e Política, artigo com o título “Empresários, o governo do PT e o desenvolvimentismo”, onde avalia o papel do estado durante os governos petistas na relação com empresários no sentido do desenvolvimento. O texto trata diretamente sobre a questão do desenvolvimento econômico tendo o estado como seu promotor em meio ao cenário de financeirização. Defende o protagonismo do estado em aliança com elites e setores produtivos. Para isso, propõe um movimento de pacificação entre empresários produtores, industriais e o estado no sentido da promoção de um desenvolvimento com perspectiva industrializante, em contraposição à lógica de estado mínimo revelada em sua face mais crua e nefasta, através do mercado financeiro.

Começam, porém, a se dar conta de que o que se montou no Brasil foi um processo de captura do patrimônio do Estado, de violência contra os direitos republicanos dos cidadãos, que beneficia menos a burocracia do Estado e mais os rentistas, o setor financeiro, as empresas monopolistas que privatizaram os serviços públicos, e as empresas multinacionais; que, como os trabalhadores e a burocracia do Estado, também eles, empresários industriais, e, mais amplamente, todo o empresariado dos setores produtivos, estão excluídos do pacto atual. Uma das dificuldades que os empresários enfrentam para compreender esse problema está no fato de que uma parte deles se transformou em rentista, seja porque venderam suas empresas a multinacionais, seja porque as conservaram em estado de dormência, enquanto equilibravam suas contas com os rendimentos financeiros. (BRESSER-PEREIRA, 2013. p. 26)

Entre os participantes, o entendimento mais estratégico é o que deve se estabelecer entre os empresários e os burocratas e políticos do Estado. É esse acordo que hoje falta no Brasil, na medida em que os empresários se deixaram influenciar pelo Norte e aceitaram a tese neoliberal de que a fonte de todos os problemas do país está nessa burocracia. Ora, ainda que esta burocracia, como qualquer grupo social, defenda interesses que nem sempre coincidem com os interesses gerais, o fato objetivo é que ela tem um papel estratégico no aparelho do Estado, da mesma forma que os empresários têm um papel estratégico no processo de investimento e de produção (BRESSER-PEREIRA, 2013. p. 27)

Logo, um acordo nacional e a definição de uma estratégia nacional de desenvolvimento só serão possíveis se os empresários e os burocratas de Estado souberem superar suas divergências e desconfianças. O grande desenvolvimento que ocorreu no Brasil entre os anos 1930 e os anos 1970 só foi possível porque esse acordo básico existia. (BRESSER-PEREIRA, 2013. p. 28)

O governo Lula deu os primeiros passos no sentido de construir um acordo nacional desenvolvimentista, a presidente Dilma Rousseff está caminhando mais determinadamente na direção de uma estratégia novo-desenvolvimentista, como se pode ver pela batalha que montou para baixar a taxa de juros e depreciar o real. Entretanto, a depreciação do real só chegará próxima da taxa de câmbio de equilíbrio industrial quando o governo tiver condições políticas de taxar as commodities. Os produtores afinal nada pagarão por isso, porque o que pagarem em imposto lhes será

devolvido sob a forma de depreciação, mas não será fácil estabelecer um imposto dessa natureza no Brasil. (BRESSER-PEREIRA, 2013. p. 29)

O artigo “Finanças públicas no Brasil: uma abordagem orientada para políticas públicas”, do economista Pedro Maciel (2013), publicado na Revista de Administração Pública parte de uma perspectiva decididamente neoliberal, o autor propõe que o estado atue prioritariamente nos setores que por ventura o mercado falhe e que a intervenção estatal tenha impacto positivo. Tomando o liberalismo como valor, o autor parte para a análise da qualidade do gasto público, agitando a necessidade do controle e do rigor para a alocação ótima de recursos, resultando na eficiência de políticas públicas.

Para o autor, o desenvolvimento está ligado a este controle exercido por parte do estado, não do processo todo, mas do esforço na alocação ótima de recursos. Há o elemento de consideração de setores fundamentais para o desenvolvimento, como a educação. Em síntese, se trata de um trabalho que defende o estado como protagonista do controle de sua atuação de modo a permitir o aproveitamento máximo do mercado na luta pela geração de riquezas.

Com base apenas no comparativo internacional, observou-se que o Brasil gasta excessivamente recursos com Previdência, mesmo que a demografia brasileira ainda seja jovem. Essa tendência deverá se deteriorar no médio prazo, o que exigirá reformas nas regras de aposentadoria que converjam para o padrão internacional. Em relação à Saúde, ao Trabalho e à Defesa, foi verificado que o montante de recursos alocados para esses setores segue próximo da média internacional. Já a Educação foi o setor em que se observou a menor alocação de recursos do Brasil em relação aos demais países, o que é agravado quando se leva em consideração o perfil demográfico brasileiro. Ressalta-se que essa análise alocativa não é concorrente com políticas que visam à melhoria de eficiência, eficácia e efetividade do gasto. Dado o tamanho da carga tributária brasileira, verifica-se que há um amplo espaço para melhora da qualidade do gasto em todas as áreas do setor público! (MACIEL, 2013. p. 1240)

A Revista Brasileira de Educação, publicou em 2014, artigo do historiador João Márcio Pereira, com o título “As idéias do poder e o poder das idéias: o Banco Mundial como ator político-intelectual”, onde o autor concentra análise sobre a atuação do Banco Mundial junto às economias nacionais no sentido de influenciar na dinâmica da geopolítica econômica global. O artigo trata sobre o papel do Banco Mundial como instrumento, para além do financiamento de iniciativas estatais, difusor da ideologia neoliberal do estado mínimo. Para isso, o autor relata diversas situações, sendo a mais flagrante delas, no início dos anos 1990 entre os dois maiores acionistas do Banco, EUA e Japão, que apresentavam visões distintas sobre o papel do estado em relação à economia.

O Banco propagava uma visão bancada pelos EUA, de extrema liberalização, estado mínimo e fortalecimento dos instrumentos financeiros, enquanto o Japão exercia seu

desenvolvimento orientado pela forte industrialização e controle do mercado financeiro pelo estado. A polêmica girou em torno de um estudo elaborado pelo Banco, financiado pelo Japão e que reforçou a estratégia de liberalização da economia. Ao nosso estudo, o artigo interessa por localizar um ator importante no sentido de propagar a lógica da financeirização e agitar o fim do processo de intervenção estatal na economia.

Embora o Banco empreste apenas para o setor público, o mundo privado dos negócios tem entrada direta no funcionamento de suas operações. Isso ocorre porque financiamentos concedidos pelo Banco anualmente geram em torno de quarenta mil contratos que envolvem um grande volume de compra e venda de bens e serviços de todo tipo, parte dos quais por meio de licitações internacionais abertas a empresas sediadas nos Estados-membros. Historicamente, as empresas estabelecidas nos países capitalistas mais industrializados abocanharam a maioria esmagadora dos contratos, graças a lobbies bem organizados e silenciosos, que contam com o apoio ativo de seus respectivos governos (Woods, 2006, p. 203). O mesmo vale para os serviços de consultoria privada contratados pelo Banco. (PEREIRA, 2014. p. 82)

O atrelamento da atividade de pesquisa à pauta política impulsionada pelo Banco marca o conjunto da sua produção intelectual, contrariando o discurso de suposta neutralidade técnica veiculado pela instituição. Um dos episódios mais reveladores desse atrelamento foi a elaboração da versão do Banco sobre o desenvolvimento industrial acelerado e prolongado dos países do leste da Ásia (Banco Mundial, 1993). A preparação do estudo foi objeto de uma intensa disputa entre a ortodoxia neoliberal, comandada pelos EUA, e a proposta de desenvolvimento capitalista “orientado pelo Estado”, encabeçada pelo Japão – na época a maior economia industrial do mundo e o segundo maior acionista do Banco e do FMI (Amsden, 1994, p. 630-631). De acordo com os dirigentes japoneses, o sucesso do capitalismo nipônico e de países como Taiwan e Coreia do Sul se sustentava, em particular, na forte regulação sobre o setor financeiro e numa política industrial cujo sistema de incentivos incluía, entre outros componentes, crédito público subsidiado a indústrias estratégicas intensivas em tecnologia. (PEREIRA, 2014. p. 89)

Pesquisa e política são inseparáveis no cotidiano do Banco e a mediação entre elas é feita, sobretudo, pelo dinheiro. Se o Banco Mundial fosse apenas um intermediário financeiro, o seu staff atual de mais de dez mil funcionários poderia ser reduzido a apenas um décimo (Kapur, 2006, p. 159). Na verdade, o dinheiro sempre funcionou como instrumento para fazer circular, internalizar e institucionalizar o produto principal: ideias e prescrições políticas – produzidas ou avalizadas por ele – sobre o que fazer, como e para quem, em matéria de desenvolvimento capitalista. A institucionalização de ideias e prescrições políticas exige, por sua vez, a criação, organização e a manutenção de um clima político e intelectual hospitaleiro pelo mundo afora, razão pela qual o Banco investe bastante em relações públicas, pesquisa, atividades de formação profissional e articulação com instituições internacionais, agências bilaterais, órgãos públicos e organizações nacionais privadas nos Estados-membros. (PEREIRA, 2014. p. 96-97)

O artigo “O Estado (de Bem-Estar Social) como Ator do Desenvolvimento: Uma História das Ideias”, de Celia Kerstenetzky e Jaques Kerstenetzky (2015), autores das áreas de ciência política e economia, respectivamente, apresenta análise sobre a relação do Estado com a promoção da condição de bem estar, sob a perspectiva do Estado de Bem-Estar Social. O artigo apresenta uma longa reflexão a respeito da condição de bem estar promovida pelo estado

ao longo da história e lança mão de três estudos de caso para analisar as concessões e relações, fluxos e contrafluxos de forças que incidem sobre a condição do estado de bem estar, seja pela lógica desenvolvimentista ou não. A condução da discussão por um conceito amplo de desenvolvimento, leva a crer ser possível a construção de novas percepções de bem estar mesmo diante das contendas entre mercado e estado, sem apontar diretamente para saídas específicas, deixando em aberto para estudos seguintes. Porém, no decorrer do texto apresenta observações pertinentes sobre a relação entre bem estar e desenvolvimento.

Porém, a crescente percepção de insucesso da arquitetura desenvolvimentista conduzida pelo Estado em países tardios e medida em termos de catch up econômico é a senha para a produção de novas interpretações e contrastes ao longo das últimas décadas do século XX e início do século XXI. (KERSTENETZKY, C; KERSTENETZKY, J, 2015, p. 582)

Em termos abstratos, o conceito de desenvolvimento proposto por Sen, ao proporcionar uma referência para se pensar a noção genérica de bem-estar, procura capturar a plasticidade de significados. O desenvolvimento é expansão das possibilidades de realização humanas, e, portanto, libertação das constrictões sociais que a tolhem. O conceito, porém, não lista as realizações nem especifica as suas condições de possibilidade. Seu maior atrativo é justamente delegar a fixação de conteúdos e condições à deliberação democrática – implicitamente acomodando a natureza plural e até certo ponto incomensurável do “bem”, isto é, os propósitos do desenvolvimento (p.ex., consumo, participação, equidade, sustentabilidade). (KERSTENETZKY, C; KERSTENETZKY, J, 2015, p. 605-606)

O economista Pedro Rossi (2015), teve seu artigo “Política cambial no Brasil: um esquema analítico”, publicado pela Revista de Economia Política, onde analisa o mercado financeiro brasileiro a partir da política cambial e da interferência da especulação sobre o mercado, agindo de maneira contrária ao desenvolvimento econômico brasileiro com a prevalência do chamado mercado futuro em direção única. A conclusão do texto é que o modo como se comporta o mercado financeiro brasileiro atrapalha diretamente a construção de uma perspectiva de desenvolvimento para o país, por se comportar de maneira concentrada nos lucros a curto prazo e agir com racionalidade relativa e voltada aos próprios interesses. O autor aponta como saída a regulação do mercado financeiro pelo estado.

Em particular, o mercado de derivativos se torna disfuncional para o desenvolvimento econômico quando a especulação e a arbitragem se tornam as motivações dominantes para a operação desse mercado. Esta seção argumenta que o mercado futuro de câmbio brasileiro se enquadra nessa perspectiva. (ROSSI, 2015. p. 712)

Essa capacidade de administração da taxa de câmbio pode ser observada no segundo semestre de 2012, em particular entre 04/07 e 12/11 de 2012, quando a taxa de câmbio flutuou no intervalo entre R\$/US\$ 2,00 e 2,05, o que constitui sua menor volatilidade desde o abandono do regime de bandas cambiais em 1999. As medidas regulatórias instituídas sobre o mercado de derivativos e o mercado interbancário reduziram a especulação pela apreciação do real e permitiram ao banco central o manejo da taxa

de câmbio com intervenções (vendas e compras) e swaps (tradicional e reverso), que mostraram impacto mais efetivo na formação da taxa de câmbio e na dissuasão do mercado financeiro em suas empreitadas especulativas. Nesse curto período, o real se desgarrou do ciclo de liquidez e deixou de estar correlacionado com outras moedas, com o índice de commodities e com outras variáveis financeiras. Contudo, a eficiência desse aparato regulatório foi restrita a conter a especulação pela apreciação da moeda brasileira e nada dificultou a montagem do circuito especulação-arbitragem na direção inversa, no sentido da depreciação do real, estruturado a partir das posições compradas em dólar futuro. Tampouco essas medidas de política cambial assinalaram para uma regulação mais profunda do mercado de câmbio que permita diminuir substancialmente a assimetria de liquidez e a atividade especulativa no mercado futuro. (ROSSI, 2015. p. 723-724)

Nesse sentido, uma taxa de câmbio menos volátil e mais adequada para o desenvolvimento econômico brasileiro passa por mudanças na institucionalidade do mercado de câmbio. Em particular, essas mudanças dependem de uma regulação do mercado de derivativos que permita reduzir as posições especulativas nesse mercado, associadas principalmente aos estrangeiros e aos investidores institucionais nacionais, conforme identificado neste trabalho. Essa regulação, por sua vez, passa por uma inevitável redução da liquidez desse mercado e por uma transferência gradual de liquidez para o mercado à vista, que pode ser ampliado tanto no que se refere aos atores relevantes, quanto no que se refere aos instrumentos. Por fim, a transição para um padrão de flutuação cambial menos volátil e mais adequado ao crescimento é uma opção política que se apresenta como crucial para as necessidades brasileiras, uma vez que um padrão de flutuação instável e sujeito a distorções financeiras é incompatível com o desenvolvimento econômico. (ROSSI, 2015. p. 726)

O artigo “The structuralist tradition in economics: methodological and macroeconomics aspects”, dos economistas Fabrício Missio, Frederico Jayme Jr. e José Oreiro, publicado em 2015 também pela Revista de Economia Política. Os autores promovem um resgate da tradição estruturalista do pensamento econômico e sua atuação na América Latina, bem como as perspectivas de abordagem para o desenvolvimento. A discussão se encaminha para a caracterização de um estruturalismo dos tempos atuais, pós reformas neoliberais, que conviveria com as reformas e com a lógica do estado mínimo.

As contribuições do texto seguem no sentido de construir sínteses entre processos anteriores distintos, de maneira a apontar uma nova percepção do estruturalismo nas condições da realidade econômica do período em que foi publicado, concluindo sobre a condição não suficiente do apenas industrializar para a promoção do desenvolvimento, mas atentando para a questão dos valores agregados ao tipo de produção industrial dos países latino-americanos, apontando para a necessidade de investimento na indústria de tecnologia de alto valor agregado, de modo a garantir competitividade internacional às economias da região.

Starting from this understanding, neo-structuralist thought proposes the adoption of a new economic model based on a ‘systemic competitiveness’ driven by inter-capitalist competition and managed by the State, in a context of macroeconomic stability, commercial openness and financial deregulation. This new model shares several elements with the preceding structuralist thought, mainly when it admits that the

condition of underdevelopment in Latin America cannot be explained by exogenous distortions induced by economic policy but by historical and endogenously structural factors. (MISSIO, JAYME JR, OREIRO, 2015, p. 262)

Considering that Latin American economies have already reached a considerable level of industrialization, the key matter is the understanding that structural heterogeneity also manifests itself intra-sectorially. In terms of the previous model, this implies that the dualism is manifested in the industrial sector, for instance, by the presence of a technology-intensive goods producing segment (i.e., outputting high aggregate value) in contrast to a low technology segment (i.e., one outputting low aggregate value). Indeed, industrialization by itself is not capable of fulfilling the role originally attributed to it, since industrializing becomes a necessary, albeit not sufficient, condition to ensure development. That is, the type of industrialization is essential, especially that which prioritizes the production of technology-intensive goods. Therefore, the condition for overcoming underdevelopment problems goes through the necessity of establishing a new model based on competitiveness and on a better external insertion, especially that centred on the production of the aforementioned segment of products. (MISSIO, JAYME JR, OREIRO, 2015, p. 263)

O artigo, “Assaltando a pobreza: política e doutrina econômica na história do Banco Mundial (1944-2014)”, também do historiador João Márcio Mendes Pereira, publicado em 2016 pela Revista História, promove um levantamento cronológico da trajetória do Banco Mundial, seus principais programas e a difusão da ideologia dominante na instituição entre as nações e governos clientes, de modo a orientar os rumos do capitalismo pela ótica ortodoxa e liberal.

A utilidade do texto para a pesquisa reside na identificação das mudanças de agenda em meio ao cenário, especialmente pós anos 1980, de financeirização da economia, mas essencialmente nos momentos pontuais de convergência de interesses entre o capital internacional e agendas historicamente ligadas aos movimentos e organizações populares e à esquerda na América Latina e no Brasil, como a agenda de combate a pobreza, que implicou, inclusive em ações do próprio Banco Mundial no Brasil no sentido de auxiliar e financiar políticas de distribuição de renda. O texto auxilia na compreensão da fluidez de interesses que ora são convergentes, ora divergentes entre o Banco Mundial e outros atores dos estados nacionais, com foco no Brasil.

No final de 1989, representantes das principais forças que impulsionavam a liberalização econômica na América Latina realizaram nos Estados Unidos um balanço geral da situação. Registrou-se entre eles o acordo amplo sobre as reformas de política econômica em curso na região. O receituário tomou a forma de um decálogo de prescrições e foi batizado de Consenso de Washington. Elaborado sobre os escombros do muro de Berlim e embalado pelo discurso da vitória final do capitalismo e da democracia liberal, o decálogo foi apresentado como produto da suposta “convergência universal” em torno da condução da política econômica entre “todos os economistas sérios”, servindo para enquadrar os governos dos países da periferia a um programa centrado na liberalização da economia e na reorientação do Estado como provedor de regras que garantissem a segurança e a rentabilidade dos negócios privados. Não se tratava de uma teoria acadêmica, mas de um paradigma

político internacional liderado pelo Banco Mundial e pelas demais instituições financeiras multilaterais e moldado por forças políticas, econômicas e intelectuais. (PEREIRA, 2016. p. 256-257)

A obsessão com o livre mercado e o efeito derrame deu o tom das prescrições do banco até o final da década de 1990, quando crises econômicas nos principais “mercados emergentes” pauperizaram rapidamente milhões de trabalhadores e o ceticismo sobre as receitas clichês da instituição aumentou, agudizando as pressões sobre o banco vindas de todos os lados – inclusive de dentro dele próprio. (PEREIRA, 2016. p. 265)

Após os ataques de 11 de setembro de 2001, o governo americano empurrou o binômio segurança e humanitarismo para o centro da agenda do Banco Mundial, colando “pobreza” à “instabilidade global”. O resultado foi uma síntese entre a agenda de liberalização econômica, o combate à pobreza e a guerra contra o terrorismo. Expressão desse movimento tem sido o engajamento cada vez maior do banco na reconstrução de Estados “falidos” e na securitização do desenvolvimento. Tais Estados se caracterizam por alta instabilidade política, conflitos internos ou transfronteiriços graves e paralisação ou colapso da autoridade pública e do sistema de tomada de decisões (...) Vendidos como uma nova geração de programas sociais por terem melhor focalização, custos administrativos mais baixos e combaterem as causas da transmissão intergeracional da pobreza, os programas de transferências monetárias condicionadas, por princípio transitórios, tornaram-se bastante usuais em inúmeros países pobres e de renda média desde o início dos anos 2000, e o banco teve papel importante nessa difusão. No Brasil, por exemplo, o Bolsa Família contou com o assessoramento e financiamento do banco e é por ele considerado exemplar. Assim, a política de transferência monetária condicionada cumpre o papel de inserir crescentemente os mais pobres no consumo, com base na ideia de que cabe ao Estado desempenhar papel ativo no fortalecimento do mercado, configurando o que alguns denominam de “neoliberalismo inclusivo”. (PEREIRA, 2016. p. 262-263)

A Revista de Economia Política, publicou o artigo “The sources for orthodox and heterodox trade and industrial policies in Brazil”, de Jan-Ulrich Rothacher (2016). O texto analisa a influência das disputas políticas na condução das políticas econômicas no Brasil – com foco nas questões econômicas ortodoxas e heterodoxas – que vieram a resultar no estado de recessão vivenciado em 2016. O autor revela que o elevado grau de intervenção dos interesses privados, muitas vezes de curto prazo, bem como as pressões de trabalhadores organizados levaram a uma mistura instável de políticas das mais diversas naturezas na procura de atender interesses muitas vezes conflitantes entre si, por parte do governo brasileiro. Colocando o próprio governo na condição de salvador de empresas e não na condição de apontar caminhos para o desenvolvimento em uma linha definida.

The neoliberal policies have been the outcome of the analysis of the cost-structure by different industries and companies, rather than part of an ambitious micro-economic reform package by the government. To lower the break-even costs they prodded the government towards substantial unilateral tariff cuts in the upstream industries. This explains why there have been nearly as many liberalizing as protectionist policies in Brazil as a response to the global financial crisis (Gawande et al. 2011, p. 40). This lobbying explains why the “neoliberal” piecemeal deregulations of imports have been continued by the Workers’ Party in Brazil, despite its presumed ideological penchant towards developmentalist ideas. (ROTHACHER, 2016. p. 598)

This empirical observation supports the notion that businesses galvanized the government into action, rather than the other way around. The current palpable discontent with economic growth tipping into recession and with reports over the festering corruption scandals, could, however, thrust the need for a thorough reform on the government's agenda. Electoral concerns could re-surface as a driving factor of thorough reform drive if the government wants to reboot Brazil's anemic economy. For the 1990s, Baker (2009, p. 264), Armijo (2005, 2013) and Armijo & Faucher (2010, p. 71) found plausible and encouraging evidence that the initiatives and the continued commitment by the Brazilian policymakers for and to the Real-Plan, and its survival after Lula da Silva's electoral victory can be explained by the support of the broad masses for stable price levels and the constituents' dissatisfaction with the recurrent economic crises and cronyism. These reforms could then be pushed through, even if they offend vested interests. But in the past decade, the government's policies have been tangled in a web of interests that are often dissenting, which further complicated the already onerous trade and tax regime, as the administration sought to placate each of these interests by distributing sweeteners in form of industry-specific tax exemptions. (ROTHACHER, 2016. p. 599)

A Revista de Economia Política também publicou o artigo “A taxa de câmbio como instrumento do desenvolvimento econômico”, de Lauro Mattei e Thaís Scaramuzzi (2016). O artigo trata sobre a importância da política cambial para o desenvolvimento nacional brasileiro afirmando que os governos não tratam a política cambial como fator determinante no processo de desenvolvimento, em função de que uma desvalorização cambial, no curto prazo traria efeitos indesejados, apesar de no longo prazo se revelar capaz de fortalecer as exportações, especialmente se focadas no setor de tecnologia. O artigo também constata o processo de desindustrialização e a aposta na política cambial para uma retomada industrial.

Em economias em desenvolvimento, todavia, a configuração econômica provoca sobreapreciações crônicas e cíclicas da taxa de câmbio que impactam de forma permanente o desenvolvimento econômico, uma vez que uma moeda apreciada cronicamente não permite que a indústria nacional chegue a um patamar de competitividade equivalente àquele atingido pelas indústrias dos países já desenvolvidos. (MATTEI, SCARAMUZZI, 2016. p. 728)

Ou seja, se durante todo o século XX o caminho para o desenvolvimento foi proteger a indústria através da substituição de importações, o caminho atual para continuar o desenvolvimento seria seguir o exemplo dos países asiáticos e trabalhar com uma taxa de câmbio competitiva que fosse capaz de estimular as exportações de bens de média-baixa intensidade tecnológica, gerando empregos e abrindo um possível caminho para a especialização tecnológica. (MATTEI, SCARAMUZZI, 2016. p. 730)

Estas informações permitem concluir que a taxa de câmbio tem efeito significativo sobre a pauta de exportações do país, principalmente sobre o segmento de alta tecnologia, mostrando que a política cambial poderia ser eficiente no desenvolvimento econômico brasileiro, caso estimulasse maior presença destes itens de alta tecnologia no comércio externo do país. (MATTEI, SCARAMUZZI, 2016. p. 744)

Neste cenário, o país corre o risco de apresentar uma especialização produtiva primária assentada na produção de bens agropecuários e produtos extrativos minerais, concomitantemente a uma desestruturação do setor secundário, dada a baixa capacidade de desenvolvimento tecnológico do setor industrial, especialmente do

ramo da indústria de transformação. O somatório desses dois fatores poderá ter impactos bastante negativos sobre o desenvolvimento econômico e social do conjunto da nação. Este processo pode estar sinalizando uma desindustrialização precoce do país, pois o Brasil nem chegou a desenvolver plenamente a sua indústria e já sinaliza um potencial retorno ao papel de exportador de bens primários e de commodities baseadas na extração de recursos naturais. (MATTEI, SCARAMUZZI, 2016. p. 746)

No Artigo “Sectoral capabilities and productive structure: An input-output analysis of the key sectors of the Brazilian economy”, de Nelson Marconi, Igor Rocha e Guilherme Magacho, publicado na Revista de Economia Política, os autores analisam as características da economia brasileira a partir dos seus principais setores produtivos. No decorrer do estudo, percebe-se que apesar dos esforços no sentido da industrialização, a economia brasileira é muito dependente da exportação de commodities e que esta fonte econômica não representa sustentabilidade no longo prazo. A saída para o emplacamento decorrente do forte protagonismo do setor de exportação de commodities é sugerida através de investimentos nos setores de manufatura, que segundo dados apresentados, possuem maior capacidade de contribuir com o desenvolvimento econômico do país.

This analysis intends to show that the Brazilian economy adopted a development strategy based on the manufacturing sector in the past. In more recent years, Brazil has turned to a primary export-led strategy. (MARCONI, ROCHA, MAGACHO, 2016. p. 479)

These sectors have a high potential to turn final demand into production both within themselves and in their upstream supply chain. These results emphasise the importance of focusing development strategy on consolidating a production structure in which supply chains are organised so that final demand can boost the remainder of the economy. Therefore, the analysis of the Brazilian production structure clearly shows that sectors related to manufacturing products can boost the economy to a greater extent than other sectors due to their linkage effects on other sectors of the economy. Efforts to promote a dynamic production structure must be associated with a development strategy that considers the advantages of a production structure oriented toward expanding manufacturing. Interpretations of the recent growth of Brazil’s economy that are based on the expansion of “commoditised” and nontradable sectors or on the country’s comparative advantages limit the understanding of the complex factors that boost an economy. Therefore, a development strategy that guarantees high growth rates over the long term should recognise the importance of a productive structure oriented toward manufacturing, even if this sector is boosted by primary commodities, such as the petroleum industry. (MARCONI, ROCHA, MAGACHO, 2016. p. 488-489)

O economista João Paulo Magalhães (2016), publicou o artigo “Crescimento clássico e crescimento retardatário: um novo enfoque para políticas de desenvolvimento” na Revista de Economia Política. O artigo dialoga sobre as possibilidades de desenvolvimento econômico pelo paradigma da industrialização. Argumenta que a desindustrialização brasileira é, em parte,

fruto do não aproveitamento no processo de estabelecer investimentos nos setores de tecnologia.

O caminho para superar a desindustrialização seria o investimento na indústria de tecnologia, o que se torna muito difícil no caso do Brasil, tendo em vista que o setor já foi ocupado pela indústria de outros países. O autor conclui que o Brasil caminha para a especialização em commodities e que esse modelo não sustenta o desenvolvimento, o que fará o país caminhar no sentido de um “semidesenvolvimento”, de crescimento lento.

O sucesso dos países asiáticos, em sentido oposto, mostra como políticas de desenvolvimento, corretamente conduzidas em termos de mercado, evitam esse resultado. Ou seja, como, esgotadas as oportunidades de substituição de importações, a insuficiência do mercado interno pode ser compensada, sem maiores dificuldades, através das exportações. Estas não só proporcionaram a esses países o mercado requerido pelo tamanho mínimo das unidades produtivas, como para o PIB crescer no ritmo exigido pela eliminação do atraso econômico. Na sua fase de substituição de importações, os países asiáticos condicionaram a manutenção das vantagens proporcionadas a empresas nacionais, ao alcance por elas de níveis internacionais de competitividade. Diante disso, esses países passaram, sem maiores dificuldades, de um crescimento baseado no mercado interno para outro em que o mercado externo tem papel fundamental. Ou seja, as dificuldades decorrentes do tamanho mínimo das unidades produtivas e do esgotamento do mercado representado pelas importações substituíveis foi solucionado pela complementação com exportações, do insuficiente mercado interno. Em casos como os da Coreia do Sul e Taiwan, o atraso econômico foi praticamente eliminado. Em outros países da área, o processo se acha em rápido andamento. Ponto a ser sublinhado é que essas exportações se concentraram em bens de tecnologia avançada e alto valor adicionado por trabalhador, atividades que devem ter peso significativo na economia para que um país atinja o pleno desenvolvimento. (MAGALHÃES, 2016. p. 10)

A economia brasileira, ao ignorar a centralidade do mercado no crescimento retardatário, caminha hoje no sentido oposto do desejável. Ou seja, para uma crescente especialização em “commodities” agrícolas e industriais, atividades de baixo valor adicionado por trabalhador e demanda de lento crescimento a prazos médio e longo, que lhe garantirão, na melhor das hipóteses, um semidesenvolvimento. (MAGALHÃES, 2016. p. 12)

O artigo “Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil”, de Celio Hiratuka e Fernando Sarti (2017), publicado na Revista de Economia Política, trazem como elemento de novidade nas análises até aqui, a característica das pressões externas aos processo de industrialização e consequente desenvolvimento no Brasil. Para além das abordagens que tratam sobre a necessidade de regulação do mercado financeiro, os autores lançam luzes para as disputas internacionais que influenciam diretamente na condição de estabelecimento de indústrias para além das commodities no Brasil.

Serão destacadas a seguir quatro tendências que julgamos fundamentais para organizar a análise das transformações que vêm ocorrendo na estrutura produtiva global nos últimos anos. Com poderá ser visto, essas transformações estão inter-relacionadas, porém optou-se por apresentá-las de maneira separada para maior clareza na exposição de cada uma delas. A primeira diz respeito à reorganização das estratégias globais de organização da atividade produtiva por parte das ETN e como isso afetou as possibilidades de desenvolvimento industrial. A segunda está associada ao surgimento da China como grande fornecedora mundial de produtos manufaturados. A terceira diz respeito à continuidade da concentração no domínio de conhecimento tecnológico por parte das grandes ETN. Finalmente, a quarta refere-se ao recente lançamento de políticas ativas por parte de diversos países para recuperar sua atividade industrial e fomentar a inovação em novas áreas e setores econômicos. (HIRATUKA, SARTI, 2017. p. 197)

A intensificação da concorrência em nível global significou para as empresas líderes uma estrutura mais flexível e mais focada no domínio e controle sobre ativos intangíveis, ao mesmo tempo em que parte considerável das atividades produtivas mais commoditizadas foram segmentadas, externalizadas e transferidas para países em desenvolvimento, especialmente na região asiática. A combinação dessas estratégias com políticas ativas de desenvolvimento por parte de alguns destes países, com destaque para a China, criou um ambiente onde surgiram novos competidores com capacitações produtivas e manufatureiras diferenciadas para produção com baixo custo em diversos setores e etapas das cadeias produtivas, ao mesmo tempo em que as empresas líderes globais dos países centrais acentuam seu esforço para desenvolver, adquirir e dominar os ativos-chave, capazes de manter o comando sobre as cadeias de valor internacionais, reforçando barreiras à entrada nessa dimensão superior. (HIRATUKA, SARTI, 2017. p. 204)

Esse ambiente de concorrência acirrada se tornou ainda mais feroz depois do início da crise global em 2007-2008. O lento crescimento da demanda mundial a partir de então tem tornado a busca por mercados e a necessidade de ocupação de capacidade uma alavanca poderosa para estimular a competição e a mobilização de vários instrumentos para a conquista de market-share por parte de empresas e países. Além disso, uma das consequências da crise foi a crescente discussão dentro de diferentes países sobre a necessidade de retomar de maneira mais firme a capacidade de produção manufatureira e o avanço da inovação em áreas consideradas estratégicas. Os países centrais, em especial, buscaram estimular o desenvolvimento de novos setores, mercados e áreas tecnológicas. (HIRATUKA, SARTI, 2017. p. 204)

A Revista de Economia Política também publicou o artigo “The structuralist revenge: economic complexity as an important dimension to evaluate growth and development”, onde os autores Paulo Gala, Igor Rocha e Guilherme Magacho desenvolvem sobre a diversidade dos produtos fabricados e exportados pelos países e a relação entre essa diversidade e a capacidade de desenvolvimento econômico. A afirmação final é de que a diversidade na indústria, conforme já afirmavam os estruturalistas, é um indicador positivo para o desenvolvimento econômico.

O artigo, portanto, resgata a percepção estruturalista no campo da economia no sentido de fortalecer investimentos no campo da manufatura e, especialmente na manufatura de característica tecnológica avançada, de modo a constituir motor para o desenvolvimento nacional no caso dos países latino-americanos, entre os quais, evidentemente, o Brasil.

Both Anglo Saxon and Latin American structuralism strands stressed that economic development is narrowly linked to a radical transformation of the productive structure of an economy in favour of the manufacturing sector to overcome underdevelopment. Structuralism states that a dynamic process of industrialisation is a necessary condition for increasing employment, productivity and income per capita and, consequently, reducing poverty. According to this approach, the process of economic development involves a shift of production from low productivity to high productivity sectors where increasing returns to scale prevail. The data provided by the Atlas of Economic Complexity strengthen assertions made by structuralist theorists. In other words, it is an empirical breakthrough that supports propositions of classical economists where manufacturing and productive sophistication are the drivers of sustainable and thriving economic dynamism. (GALA, ROCHA, MAGACHO, 2018. p. 234)

Our empirical results show that export complexity is important to explain convergence and divergence among countries. The results revealed that when developing countries export baskets are similar in terms of complexity, it generates convergence among countries in terms of income. On the other hand poor exports basket in terms of complexity, such as in Argentina or Nigeria, causes divergence in terms of income. The higher the complexity of developing countries export basket, the higher the probability of income convergence with high income countries. (GALA, ROCHA, MAGACHO, 2018. p. 235)

O artigo dos economistas Victor Cruz e Marcelo Curado (2018), com o título “Crossing boundaries: an assessment to the influence of post-Keynesianism on developmental macroeconomics”, foi publicado também na Revista de Economia Política e lança as luzes do estruturalismo pós-keynesiano para localizar características, alcances e limites do novo desenvolvimentismo. Um esforço bibliográfico semelhante ao da primeira parte da presente pesquisa foi realizado, chegando à conclusão de que a lógica do novo desenvolvimentismo em pouco difere do desenvolvimentismo clássico.

Um dos elementos de distanciamento é que o desenvolvimentismo clássico focava suas análises no problema da demanda como ponto de partida para o problema da industrialização. O novo desenvolvimentismo, por sua vez, concentra na questão da oferta, atrelado ao câmbio o problema central da industrialização no Brasil contemporâneo. Bresser-Pereira é apontado como o principal representante do novo desenvolvimentismo no Brasil.

Furthermore, despite the dissimilarity in the way they interpret the capitalist dynamics, the objective assigned to government intervention is the same: conduct the market and guarantee macroeconomic stability. (SILVA, CURADO, 2018. p. 626)

Finally, the policy prescriptions are, except in some specific means, aimed essentially at the same end. Its core shifts, transiting between the fiscal policy for one and the exchange rate policy for the other, but the proposals gravitate around harmonic propositions. These propositions are: a) a balanced fiscal budget; b) the interest rate as a device of both stabilization and investment encouragement; c) the administration of the exchange rate (striving for the industry’s competitiveness); d) reasonable inflation (with divergent mechanisms of control); and e) solid foundations for the

industrial prosperity. Accordingly, post-Keynesian proposals crossed the boundaries of post-Keynesianism and conditioned the establishment of developmental macroeconomics. (SILVA, CURADO, 2018. p. 626-627)

O artigo “Explorando os laços do capitalismo no Brasil: a forma e o conteúdo das estratégias de governança corporativa da BNDESPAR”, de Sarah Marinho (2018) e publicado pela Revista Direito, analisa a participação da BNDESPAR no mercado financeiro, procurando compreender os objetivos a atuação de uma empresa estatal no interior do mercado de ações, bem como revelar, através do mapa de investimentos e participações em outras empresas, a direção dos investimentos estatais no mercado financeiro.

Essa abordagem é permeada pela percepção de que ao atuar no mercado financeiro através de empresas públicas, de interesse do estado, o estado amplia sua margem de intervenção sobre a economia. Para além disso, a autora sustenta que o novo desenvolvimentismo é constituído por uma síntese entre o intervencionismo do desenvolvimentismo e o liberalismo do período subsequente. A defesa é da atuação de um ativismo de Estado em meio ao mercado financeiro.

As operações in action mostram que utilizando o mesmo tipo de ferramenta societária a BNDESPAR pode fazer mais do que incentivar a negociação pública das companhias da sua carteira no mercado de capitais. Isso sugere que as melhores práticas de governança corporativa determinam mais a forma das estratégias societárias do que os interesses que elas podem instrumentalizar em seu conteúdo. Se existe mesmo algo como um estado desenvolvimentista no Brasil, os mecanismos de governança corporativa podem definitivamente ser uma ferramenta para o ativismo estatal. (MARINHO, 2018. p. 850)

Nas economias em transição, o desafio da governança corporativa é mitigar a capacidade do Estado de utilizar companhias privatizadas como veículo para execução de política pública. Isso ocorre porque os gestores estatais normalmente permaneceram após as privatizações e participações minoritárias ou golden shares foram mantidas – o que inibe a atração de investimento privado, que prioriza o desempenho financeiro em função da política pública. (MARINHO, 2018. p.853)

A despeito dos resultados e das externalidades positivas que podem estar associados a tais investimentos, as companhias em que eles ocorreram certamente não estão entregues às forças do mercado. Isso oferece um espaço concreto para um ativismo estatal capaz de influenciar a estratégia de empresas privadas e públicas no Brasil, mostrando que o Estado dos anos 2000 ainda pode ser bastante desenvolvimentista. Pesquisas futuras teriam de se debruçar sobre a política por trás dessas participações societárias e sobre as conquistas das empresas que as receberam, para avaliar o sucesso desse ativismo estatal dos anos 2000. (MARINHO, 2018. p. 878)

A Revista de Economia Política publicou também em 2018, o artigo “Developmental macroeconomics: a post-keynesian assessment”, onde os autores apontam limites na área da economia para o arcabouço novo desenvolvimentista de Bresser-Pereira, argumentando que não necessariamente existe uma tendência à sobreapreciação do câmbio no Brasil e que o

caminho para consolidar o novo desenvolvimentismo como tradição, passa por aprofundar as reflexões, no campo da economia, sobre a problemática da industrialização.

Os autores avaliam como promissor o esforço de síntese do novo desenvolvimentismo, no que tange ao Estado participar ativamente do processo de desenvolvimento, mas ressaltam que os caminhos para isso precisam ser avaliados e desenvolvidos com mais profundidade.

As we stressed, the most-known empirical observation does not grant an undoubtable conclusion about the real ER tendency in LME. So, as DM does not furnish a theory about the long-term determinants of tradable and non-tradable goods' prices and as the relevant literature has several models to interpret the evolution of these relative prices' in the LME, all asserting the real ER long-run devaluation, DM should change its argument, without swapping their conclusions though. We believe it would be better for DM to argue that the LME's ADD would build two situations up: (i) pushing the real ER to its current account equilibrium level and so creating a barrier to the development of the MI – DM's argument; (ii) in the LME, the real ER levels of MI and current account equilibriums depreciate over time whereas the market real ER cyclically oscillates around these two levels. Lastly, since the reasons explaining the process of reducing national savings, and the substitution between national and external savings, are mistaken, as the previous Section of this paper showed, we suggest for DM to abandon this issue. (RESENDE, TERRA, 2018. p. 93)

O Caderno CRH, publicou artigo do economista Luiz Filgueiras, com o título “Padrão de reprodução do capital e capitalismo dependente no Brasil atual”, onde se discute sobre padrões de acumulação de capital vindos da teoria marxista da dependência, atualizando os padrões na forma de conceito e o batizando de padrão de desenvolvimento capitalista. O objetivo do texto é analisar os padrões de acumulação no Brasil, de modo a compreender os desafios conjunturais do momento da escrita do artigo.

O artigo também classifica o padrão liberal periférico de acumulação no Brasil. Constitui-se numa crítica marxista sobre o processo de desenvolvimento no Brasil e a relação entre capital e mercado. Apesar de não aprofundar sobre as soluções para a condição do desenvolvimento econômico brasileiro, traz um diagnóstico da realidade baseado no conceito desenvolvido através da referência na teoria da dependência em um esforço de atualização.

O Estado se fragilizou financeiramente e perdeu capacidade de financiar e regular a economia e de operacionalizar políticas macroeconômicas – apesar de seu resgate parcial e momentâneo nos governos Lula e Dilma. O modo de financiamento da acumulação se modificou radicalmente: investimentos estrangeiros diretos e empréstimos internacionais foram substituídos por investimentos estrangeiros nos mercados financeiros (Bolsa de Valores e Título da Dívida pública); e o financiamento estatal reduziu-se drasticamente – o que resultou em forte queda da taxa investimento em relação ao PIB. A estrutura de propriedade e a distribuição de renda (entre capital e trabalho) e da riqueza não se alteraram, apesar da redução momentânea da pobreza absoluta e de uma pequena melhora na distribuição da renda do trabalho durante os Governos Lula e Dilma. No total dos rendimentos das diversas frações do capital

(lucros, juros e aluguéis), o capital financeiro aumentou sua participação na apropriação da mais-valia. (FILGUEIRAS, 2018. p.529)

No entanto, a crise mundial do capitalismo deflagrada em 2008, com a consequente piora da conjuntura internacional, bem como o impeachment de Dilma e a retomada das contrarreformas neoliberais a partir daí desmentiram categoricamente essa ilusão. A crise inicialmente dificultou e, depois, acabou por inviabilizar a continuação da flexibilização do tripé macroeconômico e a compatibilização dos interesses divergentes das distintas frações do capital e dos distintos setores populares. Na esteira da persistência da crise internacional, o capital financeiro voltou a ter protagonismo mais ativo e exigiu o retorno da aplicação rígida do tripé macroeconômico como política econômica permanente de Estado. Abriu-se, então, uma disputa entre a burguesia cosmopolita e a burguesia interna pelo comando do Estado e de suas políticas, que veio a culminar com a derrota da segunda, impulsionada pelo golpe de Estado operacionalizado através do impeachment da Presidente e o retorno, já no Governo Temer, da agenda neoliberal em sua face mais radical. (FILGUEIRAS, 2018. p. 531)

Seguindo a leitura dos artigos publicados no ano de 2018, a Revista de Economia Política publicou artigo de título “A formal assessment of new-developmental theory and policy”, dos economistas Ariel Dvoskin e Germán Feldman. O texto defende a política de alterações cambiais para influenciar na competitividade dos produtos internacionais de uma nação hipotética, estimulando a produção manufaturada na nação em questão. O apontamento de saída para a questão da desindustrialização em cenário de financeirização, passa, segundo os autores, por uma política de desvalorização cambial.

Once differential rents are admitted, we have shown that export duties are a more efficient tool to neutralize the Dutch Disease than the imposition of a tax on the primary sector production costs, since the former extracts rents from the owners of natural resources without necessarily increasing the domestic price faced by workers. At this juncture, one must stress, however, that distributive conflict may also emerge from the resistance of rentiers who may exert sufficient political power to hinder the policy of exchange rate differentiation. If in the light of our framework we now return to the more general discussion about the role of the exchange rate as a tool for sustained economic growth, one should warn that setting the exchange rate at the industrial equilibrium level seems to be a necessary yet not a sufficient condition for industrial development. In particular, once the viability of the sector is ensured, the rise of exports will depend on the “extent of the market”, i.e., on the evolution of global effective demand. And given this level, it is clear that the industrial exports of a particular economy can increase only to the extent that there is a simultaneous fall in the level of exports of her competitors, and this will imply “exporting unemployment” to her trade partners. Thus, one should expect that in response to devaluation in the domestic economy, competitors devalue their own currencies as well, thereby starting a currency war that ends up in a zero-sum game. At the global level, on the other hand, we should also expect that if a significant group of nations simultaneously devalue their currencies to promote exports, the growth rate of global output decelerates, due to the negative influence that the exchange rate exerts on the real wage. And this effect will tend to diminish the level of exports of all the economies involved in trade. It could be therefore concluded that exchange rate policy seems to be more effective to counteract negative shocks, such as devaluations pursued by trade partners or the tendency towards reprimarization, than as an effective tool for economic development. (DVOSKIN, FELDMAN, 2018. p. 411-412)

No artigo “Exchange rate policy, class conflict and economic development from Furtado’s view”, publicado pela Revista de Economia Política em 2019, os autores refletem sobre as percepções de Celso Furtado em textos de sua obra, especialmente os mais próximos de 2004, quando da morte do autor, para alertar para os elementos políticos da questão cambial. Os autores sugerem o estímulo à industrialização através da alteração na política de taxa de câmbio do Brasil.

Nevertheless, there are few papers discussing the relation between exchange rate policy and class conflict. These views have not yet been incorporated into current analysis. According to Furtado, these are key issues to understanding development matters. Concerning the current Brazilian debate, there are two main questions in relation to exchange rate policy: i) it is necessary to understand how an appreciation exchange rate policy benefits different social classes and how it shapes the growth strategy pattern; and ii) the academy needs to broaden and deepen discussion on this topic. Following Amico and Fiorito (2013), we identified at least two growth strategies (not necessarily new) under dispute in Brazil. The first refers to the growth strategy led by the financial and primary sector, based on financial deregulation and trade integration through primary exporters. Invariably, this option is accompanied by exchange rate appreciation. From the 1990s onward, exchange rate appreciation has played a dual role: it prevented inflation pressures and increased real wages. In other words, exchange rate appreciation, which lasted for a relatively long period, helped inflation control as well as weakened urban workers-capitalists conflict, since real wages rose and allowed for the consumption of imported goods. To a certain extent, this exchange rate policy depends upon a positive (and significant) difference between a domestic and external interest rate. Furthermore, a high interest rate helps to control inflation. Nonetheless, exchange rate appreciation increases wage costs in dollars, so that domestic production lost competitiveness. Consequently, it now depends on the increase of productivity in the export sector or nominal wage reductions. In Brazil, since wage rigidity is high, this strategy hampers exchange rate devaluation, which, combined with a high interest rate; prevents a sustained growth of aggregate demand. The economy is stuck in a low growth trap, relying on external capital flows and prices commodity cycles. (BARBOSA, MISSIO, JAYME JR., 2019. p.35)

An alternative strategy, called “industrial developmentalism”, is based on competitive exchange rates. There is a lower degree of financial deregulation (and capital controls can be used to diminish financial openness), in order to keep a competitive and stable real exchange rate. In this sense, exchange rate dynamics do not depend only on interest rate policy. Authorities keep policies to maintain a competitive real exchange rate instead of raising the interest rate to stimulate capital inflows. On the one hand, these devaluations diminish wage costs measured in dollars and increase employment in export sector. On the other hand, it raises wage goods prices, having a negative impact on real wages. In this context, it is possible that workers demand better nominal wages, pushing up inflation. The challenge is to conciliate policies that enhance growth, but at the same time put pressures on inflation, which increases workers’ dissatisfaction. Due to inflation memory and exchange rate populism, after the 1994 stabilization, the Brazilian Central Bank has been complacent with exchange rate appreciation. Although this strategy helped to control inflation, it caused industrial employment to fall and the substitution of domestic production by import goods. In the long run, it can generate a vicious cycle, leading to external constraints, abrupt nominal exchange rate devaluation, inflationary spiral, depression of real wages and new distributive conflicts. (BARBOSA, MISSIO, JAYME JR., 2019. p.36)

O artigo que encerra nossas análises foi publicado em 2021 pela Revista de Economia Política, com o título “Credit constraints and structure: a theoretical model of extractivism and

slow-growth dynamics”. Os autores indicam como caminho para o aumento de produtividade e industrialização, a flexibilização das taxas de juros. O estudo de caso é sobre a Colômbia e não sobre o Brasil. Apesar disso, os autores indicam ser uma estratégia para economias em desenvolvimento. Além da flexibilização do crédito, seriam necessárias políticas de estímulo ao emprego, bem como atenção com o setor primário, para evitar a *commoditização* da economia.

The first conclusion drawn from our theoretical model is that relaxing credit restrictions increases productivity, capital accumulation and growth of the modern sector but, however, supplementary policies are required in order to also increase formal labour. This seemingly paradoxical result is actually logical, because of the following. On the one hand, expanded credit increases capital intensity. But, on the other hand, it also increases labour productivity, a labour-saving process. So, it is possible the latter effect is stronger than the former and thus workers have to remain in the informal sector in spite of modern sector growth. From the dynamic analysis of this paper we showed that if the extractive sector growth is higher than the sustainable growth rate of the modern sector, the economy will converge to a certainly undesirable “growth path”, in which only the extractive sector is increasing. This result follows from the fact that the extractive sector growth is exogenous, with negligible linkages to the local economy. The second finding of our theoretical inquiry is that the probability of ending up in this undesirable scenario decreases when credit restrictions are relaxed. (GOMÉZ-RAMÍREZ, GARZA, 2021. p. 552)

Poderíamos determinar quatro tipos de classificação para os artigos analisados, sendo que alguns deles possuem características de mais de um dos seguintes tipos de classificação. Há os artigos que a) tratam diretamente sobre as saídas para a questão do desenvolvimento pela via da industrialização, os que b) se constituem como críticas a algum conceito ou percepção de desenvolvimentismo, os que c) se concentram na identificação de atores e influências de forças sobre o processo de desenvolvimento e, d) as análises de casos externos que podem apontar influências sobre o desenvolvimento brasileiro. Para facilitar a exposição sobre os artigos a partir de agora, os trataremos por números, conforme indica a tabela 7.

TABELA 7 – NUMERAÇÃO DOS ARTIGOS PARA AVALIAÇÃO.

NÚMERO	TÍTULO DO ARTIGO	AUTORES	ANO DE PUBLICAÇÃO
1	A economia política do modelo econômico chinês: o estado, o mercado e os principais desafios	Alexandre Guimarães	2012
2	Empresários, o governo do PT e o desenvolvimentismo	Luis Carlos Bresser-Pereira	2013

3	Finanças públicas no Brasil: uma abordagem orientada para as políticas públicas	Pedro Maciel	2013
4	As idéias do poder e o poder das idéias: o Banco Mundial como ator político-intelectual	João Márcio Pereira	2014
5	O Estado (de Bem-Estar Social) como Ator do Desenvolvimento: Uma História das Ideias	Célia Kerstenetzky e Jaques Kerstenetzky	2015
6	Política cambial no Brasil: um esquema analítico	Pedro Rossi	2015
7	Indigenous people, socio-environmental conflict and post development in latin The structuralist tradition in economics: methodological and macroeconomics aspects.	Fabricio Missio, Frederico Jayme Jr., José Oreiro	2015
8	Assaltando a pobreza: política e doutrina econômica na história do Banco Mundial (1944-2014)	João Márcio Pereira	2016
9	The sources for orthodox and heterodox trade and industrial policies in Brazil	Jan-Ulrich Rothacher	2016
10	A taxa de câmbio como instrumento do desenvolvimento econômico	Lauro Mattei e Laura Scaramuzzi	2016
11	Sectoral capabilities and productive structure: An input-output analysis of the key sectors of the Brazilian economy	Nelson Marconi, Igor Rocha e Guilherme Magacho	2016
12	Crescimento clássico e crescimento retardatário: um novo enfoque para políticas de desenvolvimento	João Paulo Magalhães	2016
13	Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil	Celio Hiratuka e Fernando Sarti	2017
14	The structuralist revenge: economic complexity as an important dimension to evaluate growth and development	Paulo Gala, Igor Rocha e Guilherme Magacho	2018

15	Crossing boundaries: an assessment to the influence of post-Keynesianism on developmental macroeconomics	Victor Silva e Marcelo Curado	2018
16	Explorando os laços do capitalismo no Brasil: a forma e o conteúdo das estratégias de governança corporativa da BNDESPAR	Sarah Marinho	2018
17	Develontal macroeconomics: a post-keynesian assessment	Marco Resende e Fabio Terra	2018
18	Padrão de reprodução do capital e capitalismo dependente no Brasil atual	Luiz Filgueiras	2018
19	A formal assessment of new-developmentalism theory and policy	Ariel Dvoskin e Germán Feldman	2018
20	Exchange rate policy, class conflict and economic development from Furtado's view	Lucio Barbosa, Fabricio Missio e Frederico Jayme Jr.	2019
21	Credit constraints and structure: a theoretical model of extractivism and slow-growth dynamics	Leopoldo Gomez-Ramirez e Nestor Garza	2021

Fonte: Elaboração própria.

Entre os que tratam de casos externos, como no caso dos artigos 1 e 21, a indicação sobre a maior influência do Estado na gestão da economia no sentido de atuar sobre as imperfeições do mercado, corrigindo-as e promovendo a industrialização, é flagrante. Tanto no caso chinês, como no caso colombiano o papel do Estado é determinante, seja para exercer o controle sobre o mercado financeiro permitindo que haja competitividade para exportações, como na análise sobre o caso chinês, seja na força estatal para flexibilizar as taxas de juros, ampliando o acesso ao crédito no caso colombiano. Em ambas as perspectivas, as medidas têm como objetivo a industrialização, como paradigma para o desenvolvimento.

Nos casos de artigos onde há o interesse central em identificar os atores e as influências sobre o processo do desenvolvimento, cabe destacar que há diferentes perspectivas sobre o tema do mercado financeiro. Em alguns artigos, como no caso do 16, há uma exaltação ao papel do mercado financeiro implícito na análise e a indicação da necessidade de o Estado se submeter a regulamentações do mercado de modo a não competir de maneira injusta no mercado financeiro. A ideia de que a própria participação do Estado no mercado financeiro já representa, segundo o artigo, um aumento da participação do Estado no conjunto da dinâmica social. A ideia do texto é dialogar com a perspectiva de que a atuação de empresas estatais no mercado

financeiro é importante para a geração de divisas, mas carece de regulamentação. A regulamentação proposta, ou os parâmetros para uma regulação indicativa vão no sentido de uma posição de pressão para a diminuição da participação do Estado na relação Estado-Mercado.

A mesma tendência é apontada pelos autores dos artigos 4 e 8, sobre a atuação do Banco Mundial, ao percebê-lo como agente de pressão para a execução do receituário neoliberal do consenso de Washington, mesmo que identificando uma alteração na linha do banco especialmente após 2001, no sentido de adotar também a agenda de diminuição da pobreza. Os artigos, no caso revelam o papel de pressão para isso e não se posicionam no sentido de avaliar para o que deveria efetivamente ser a atuação, portanto consistem em diagnósticos sobre a influência de naturezas distintas exercida pelo Banco Mundial no padrão nas políticas sociais e econômicas das nações, especialmente das subdesenvolvidas.

Os artigos 7 e 14 abordam a questão do estruturalismo, destacando a importância da diversidade da matriz produtiva para a consecução de uma agenda de desenvolvimento econômico com bons resultados, mas atentando também para o caráter diverso do processo político para a condução do desenvolvimento. Ao apontar que o desenvolvimento econômico será fruto, se possível, de reformas para estimular a indústria, mas também com ajustes que dialoguem com o mercado financeiro, o artigo 7 caminha no sentido de reforçar uma questão que permeia a maioria dos artigos analisados e consiste na procura de elementos capazes de constituir convergência entre os interesses populares representados pelo Estado, e os privados, representados pelo mercado no sentido do desenvolvimento nacional. O artigo 14, ao apontar para uma vingança estruturalista na conjuntura do momento da escrita, revela os limites da agenda de dominação do mercado financeiro sobre as economias nacionais e nos faz atentar, ao associar a leitura com as dos outros artigos, para a relação entre o setor exportador de commodities no Brasil e sua intensa relação com o capital financeiro. Não é objetivo deste estudo centrar avaliações sobre essa relação, porém ela se revela como particularmente decisiva para o não desenvolvimento de políticas para a industrialização de média e alta tecnologia no Brasil. Cabendo aprofundar as leituras no sentido de perceber as raízes dessa relação e suas implicações diretas sobre a realidade social e econômica no Brasil.

O artigo 9 lança luzes para a questão das ambiguidades na condução da política econômica durante os governos do PT, na tentativa de atender interesses diversos e no curto prazo, apontando para a necessidade de reforma de modo a controlar pressões do mercado sobre as ações estatais. Desta forma o texto percorre um trajeto que chega a um ponto crucial

identificado em alguns textos, conforme pudemos perceber na análise realizada anteriormente: para a plena consecução de políticas públicas no sentido do desenvolvimento econômico brasileiro, se faz necessário lançar mãos de medidas capazes de controlar o poder da influência do mercado financeiro sobre a gestão do Estado em função da consecução de políticas de médio e longo prazo capazes de promover a industrialização, mas que não necessariamente atenda aos interesses imediatos do mercado.

Cabe destacar o artigo 15, que guarda semelhanças com o esforço da presente pesquisa ao buscar identificar as características do novo desenvolvimentismo brasileiro. O texto identifica a tendência dos novos-desenvolvimentistas à aposta na industrialização através da exportação de manufaturados ligados à área da tecnologia. Para isso ser possível, os novos-desenvolvimentistas apontam a necessidade de promover desvalorização cambial, de modo que os produtos possam gozar de competitividade no tumultuado mercado externo. Estas características novo-desenvolvimentistas são confirmadas pelos artigos 2, 6, 10, 11, 12, 13, 19 e 20, que desenvolvem sobre os possíveis caminhos para a industrialização brasileira. Muitos elegem o mercado financeiro como principal fator dificultador da condição de um desenvolvimento industrializante em nossos dias e, por essa razão, devem-se desenvolver mecanismos nacionais de controle do mercado financeiro.

Dentre esses, o artigo 6 promove diagnóstico didático ao identificar gargalos e atores dificultadores do processo de desenvolvimento da indústria de manufatura tecnológica no Brasil. O autor aponta, como conjunto desses artigos, para a utilização da política cambial como estratégia para fornecer à indústria nacional de tecnologia competitividade no mercado externo. A aliança de classes contra os interesses do mercado financeiro e em favor da industrialização, proposta pelo artigo 2, segue no caminho de fortalecer a incompatibilidade entre industrialização e mercado financeiro nos dias atuais. A disputa política também faz parte da análise do artigo 13, que aponta no sentido de que a decisão de industrializar exportando tecnologia para desenvolver envolve necessário controle sobre o mercado financeiro. O artigo alerta para as pressões externas contrárias no sentido dessa pretensa industrialização. As pressões para a manutenção do país como exportador de commodities também são analisadas pelo artigo 12, que a aposta na industrialização a partir da exportação de manufaturados representa um conflito com o setor de exportação de commodities, que tem inclusive, segundo o texto, superado a disputa por poder no Brasil, empurrando o país para um caminho de crescimento lento e instável. Mesma percepção trazida pelo artigo 11, que busca a saída industrializante para escapar da hegemonia do mercado de commodities. Os artigos 10, 19 e 20

concentram a alternativa para o desenvolvimento industrializante na alteração da política cambial, desvalorizando o câmbio, convivendo com suas consequências de curto prazo, como diminuição de salários, mas colhendo os frutos de longo prazo, com uma indústria crescente. Esta revelou-se ser uma aposta consistente de um grupo significativo de autores atentos às questões do desenvolvimento no universo analisado.

Os artigos 5, 17 e 18 trazem críticas à questão do possível novo desenvolvimentismo. O artigo 5 questiona se o desenvolvimento deve mesmo estar atrelado à questão da industrialização e lança luzes sobre outros aspectos do Estado de bem estar, tão procurado no desenvolvimentismo. Este é um paradigma percebido não apenas na leitura do artigo, como também em setores minoritários da luta política brasileira, que questionam se a industrialização no cenário em que vivemos é mesmo uma alternativa sustentável e caminha ou não ao encontro do bem estar. O artigo 17 concorda com a lógica geral do novo desenvolvimentismo de buscar, através do protagonismo do Estado coordenar o processo de industrialização para exportação de bens de tecnologia através da redução de câmbio, mas aponta as fragilidades, no campo da economia, dos argumentos apresentados pelos desenvolvimentistas, sugerindo argumentos diferentes para os mesmos caminhos. Ou seja, concorda com a necessidade de fortalecimento da indústria de manufatura tecnológica para apontar no sentido do desenvolvimento, mas aponta limites no argumento que defende que a política cambial por si seria responsável por garantir boas condições para a prosperidade desse setor industrial. O artigo 18 é uma crítica marxista realizada através do esforço de resgate dos teóricos da dependência sobre os novos padrões de acumulação de capital no Brasil. O texto apresenta um bom diagnóstico sobre a pressão dos interesses privados, capaz de localizar os espaços onde se concentram pressões no sentido contrário à agenda de desenvolvimento.

Diante do exposto cabem algumas considerações: o único caminho identificado como estratégia para a consecução de uma agenda de desenvolvimento econômico industrializante, com protagonismo do Estado e atento às questões dificultadoras do mercado financeiro e defendida por mais de um autor é o chamado novo-desenvolvimentismo, cujos elementos são trazidos em muito por Bresser-Pereira. Porém as saídas apresentadas pelo autor e pelos demais novo desenvolvimentistas, em sua grande maioria economistas, como vimos anteriormente, oferecem uma saída para a questão da industrialização que apesar de considerar os conflitos da política, desenvolve pouco sobre os possíveis efeitos sociais e políticos que as medidas representam. Os autores estão concentrados nos elementos econômicos do desenvolvimento nacional ao perceber que há um elemento a ser resolvido, que conforme percebemos, se trata

da desindustrialização e da necessidade de retomar a industrialização, especificamente referente a indústrias de médio e alto grau de tecnologia, de maneira a inserir o mercado do país em posição privilegiada nas disputas internacionais. A receita para a superação desse problema e que é apresentada por diversos autores, em síntese, passa centralmente pela alteração da taxa de câmbio no sentido da desvalorização, de modo a garantir competitividade à nova indústria tecnológica brasileira no mercado internacional.

Há, porém, um outro problema relacionado às questões que se pôde presenciar diante das leituras para este trabalho. Ao que parece, o interesse dos economistas para a questão do desenvolvimentismo caminha no sentido óbvio de medidas puramente econômicas, capazes de calcular consequências sociais para as políticas adotadas, como a cambial, no caso analisado, porém se revelam incapazes de aprofundar sobre as consequências sociais das decisões econômicas tomadas no sentido da aposta para a industrialização no setor de tecnologia. Para além disso, a percepção do desenvolvimento econômico concentrada em apenas um elemento, como no caso da industrialização de bens de tecnologia, vai de encontro com o próprio conceito de desenvolvimento econômico que passa por diversos fatores não apenas de manutenção ou alteração de indicadores econômicos, mas sociais. Afinal, há uma finalidade de bem estar no processo de industrialização agitada pelos desenvolvimentistas desde o surgimento da tradição e que parece ter pouca relevância nos textos analisados. Diversificar a matriz produtiva de uma nação é um esforço que transcende as ciências econômicas e se faz necessário com a contribuição de diversas áreas de conhecimento. Evidentemente que não se pode deixar de destacar a pertinência e a importância da pauta da industrialização focada em setores de tecnologia, dado até mesmo o volume considerável de produções nesse sentido, mas há uma carência em avaliar com profundidade as naturezas e consequências sociais das medidas econômicas agitadas.

Uma desvalorização cambial traria consequências como a chamada curva em J, onde o período inicial representa alta de preços nos bens importados sem que haja similares nacionais mais baratos, conforme esperado no médio e longo prazos. Além disso, numa economia como a brasileira, diante de todos os cenários analisados, a disputa política em torno desse cenário poderia ser capaz de gerar grave crise econômica durante período longo, ou mesmo nem deixar que o ciclo da curva se complete. Crise econômica, conforme pudemos constatar através das leituras, geralmente implica em alta de desemprego e agudização de conflitos sociais. Que conflitos seriam decorrentes, quais as condições para a defesa através do Estado das referidas

políticas, em que se constitui a narrativa social de medidas econômicas para o desenvolvimento. Essas e tantas outras questões carecem de apontamentos na bibliografia analisada.

Além desses elementos, cabe destacar que a contradição entre interesses de Estado e de Mercado, o que existe é a contradição entre os interesses dos que ora gerem o Estado e os interesses do mercado. Poderíamos resgatar uma série de autores que em algum momento revelaram essa característica, dada a clareza dela para as ciências sociais, mas sintetizamos com a seguinte avaliação.

É verdade que, uma vez atingido um tal sistema (liberalismo econômico), mesmo aproximadamente, é cada vez menos necessário um certo tipo de intervenção. Todavia, isto não quer dizer que sistema de mercado e intervenção são termos mutuamente exclusivos. Enquanto esse sistema não é estabelecido, os liberais econômicos apelarão, sem hesitar, para a intervenção do estado a fim de estabelecê-lo e, uma vez estabelecido, a fim de mantê-lo. O liberal econômico pode, portanto, sem qualquer contradição, pedir que o estado use a força da lei; pode até mesmo apelar para as forças violentas da guerra civil a fim de organizar as precondições de um mercado auto-regulável.” (POLANYI, 2000. p. 181)

Portanto, não se trata de uma contradição entre mercado e Estado, conforme a literatura prevalentemente ligada às ciências econômicas pode deixar a entender, mas de uma contradição entre atores e grupos sociais que gerenciam de maneira protagonista o Mercado e o Estado distinta ou indistintamente. As disputas e relações entre esses atores efetivamente possuem, portanto, a capacidade de influenciar sobre a agenda de um possível desenvolvimento econômico brasileiro. Cabe, portanto, nova investigação, no sentido de perceber as avaliações feitas no âmbito do desenvolvimento econômico sobre os atores e as forças políticas e sociais que atuam na questão da disputa sobre o desenvolvimento econômico a partir de uma perspectiva mais aprofundada sobretudo a partir da ótica das ciências sociais, pois a presente investigação nos revelou abordagens que quando não apenas superficialmente, sequer aprofundam sobre a diversidade de elementos que podem influenciar na questão do desenvolvimento econômico brasileiro.

As variáveis são diversas e cabe análise sobre elas de modo que o caminho do novo desenvolvimentismo seja mais que uma tradição contemporânea nas ciências econômicas. A conclusão, após as leituras, portanto, pode ser sintetizada na identificação de uma prevalência dos autores no sentido da adoção de estratégias novo desenvolvimentistas e também de controle dos interesses do mercado financeiro sobre o Estado. Porém, a produção acadêmica no universo analisado carece de abordagens capazes de avaliar sobre as consequências sociais das saídas apontadas pelo novo desenvolvimentismo.

5 CONCLUSÃO

O presente esforço percorreu um trajeto iniciado na análise da produção desenvolvimentista sobre o Brasil e nas demais produções sobre o desenvolvimento econômico que influenciaram na construção de um pensamento para o desenvolvimento no Brasil. Procuramos trilhar a ordem cronológica no levantamento bibliográfico de leituras clássicas ou não que nos auxiliassem na tarefa de definir os elementos centrais para o desenvolvimento brasileiro em sua quadra histórica. No segundo momento da pesquisa, analisamos diretamente a produção brasileira e publicada em periódicos com interesse sobre o tema, para fins de perceber quais as características de um possível pensamento brasileiro sobre desenvolvimento econômico difundido através dos principais periódicos nas áreas de sociologia e ciência política e relações internacionais.

Pudemos, inicialmente, resgatar as diversas abordagens que percebem a noção de desenvolvimento econômico do Brasil a partir dos anos 1930 e 1940, a partir disso pudemos perceber as transformações que acompanharam o as formulações a respeito do desenvolvimento econômico que tratam diretamente ou influenciam sobre o caso brasileiro. Em seguida concentramos a análise na bibliografia a respeito do período em torno do golpe de 2016, na pretensão de identificar as forças e elementos que atuaram naquele processo, tendo como hipótese que a dinâmica de como deveria atuar o Estado no sentido do desenvolvimento econômico brasileiro estaria, naquele momento, em disputa. E este foi o marco temporal que nos baliza para entrar a fundo na questão central do presente trabalho: o que a produção acadêmica brasileira do período, nos principais periódicos teria a dizer sobre a questão do desenvolvimento?

Para procurar as respostas para esta pergunta, trabalhamos com artigos selecionados a partir dos filtros que permitiram uma análise à luz das ciências sociais, especialmente da sociologia e da ciência política sobre a questão do desenvolvimento econômico no Brasil. Este esforço nos colocou em contato com 318 artigos publicados nos 60 periódicos analisados durante o período de recorte da pesquisa. Dentre esses, que traziam a questão do desenvolvimento econômico já no resumo, 77 tratavam efetivamente sobre desenvolvimento econômico e destes após a leitura, destacamos os 21 que tratam sobre desenvolvimento econômico a partir da perspectiva da industrialização e do bem estar social, procurando avaliar as contradições que a bibliografia sobre o período do golpe de 2016 nos revelou, a saber: industrialização, mercado financeiro e Estado planejador.

Após a análise, pudemos identificar as características da produção acadêmica do período com foco nos temas determinados pela pesquisa e percebemos a conformação de uma percepção mais ou menos coesa sobre a questão do desenvolvimento brasileiro pretensamente nos marcos do desenvolvimentismo atualizado para as condições conjunturais do presente, o chamado novo desenvolvimentismo. Este pensamento cuja caracterização ainda carece de elementos para determiná-lo efetivamente como uma tradição, percebe as relações de força entre os atores que disputam o poder do Estado e diante disso, propõe uma saída industrializante para o Brasil, majoritariamente através de ajustes na política cambial no sentido da desvalorização da moeda nacional brasileira para a garantia da competitividade dos produtos da indústria tecnológica nacional nos mercados interno e externo, de modo a inserir competitivamente a indústria tecnológica brasileira no cenário internacional e dessa forma fortalecer um processo de industrialização.

Paralelamente, os novo desenvolvimentistas atentam para a necessidade de diversificação da matriz produtiva brasileira, especialmente pela característica de dependência histórica da exportação de commodities, fator que no médio e longo prazo tende a manter as taxas de crescimento pequenas e o país distante da competitividade no mercado internacional protagonizado por itens manufaturados e com alto grau de tecnologia agregados. A busca básica dos novo-desenvolvimentistas, portanto, é por solucionar o problema da industrialização de alto valor tecnológico agregado. Ocorre que este processo de industrialização é anunciado pelos próprios novo-desenvolvimentistas através de uma desvalorização da moeda nacional. As consequências sociais e políticas dessa medida e das demais que acompanham o pensamento dos autores não são avaliadas com profundidade, cabendo até mesmo questionamentos sobre a viabilidade ou não de uma formulação que se propõe como alternativa.

O novo-desenvolvimentismo, conforme anunciava Bastos (2012) – cuja tese a respeito do novo desenvolvimentismo se confirma com a presente pesquisa – tem uma efetiva concentração de suas reflexões sobre os elementos econômicos relacionados a taxas de juros e câmbio, de modo a promover um desenvolvimentismo exportador do setor privado. Evidentemente que seria natural esperar análises mais áridas do ponto de vista sociológico vindas daqueles que se afirmam novo desenvolvimentistas, especialmente pela concentração de estudos nas áreas puramente econômicas. O esforço no sentido de construir pontes entre as duas abordagens do desenvolvimentismo no século XXI às quais Bastos se refere, pode acrescentar elementos ao debate sobre o desenvolvimentismo no Brasil, especialmente se não realizado de

quase que somente à luz das ciências econômicas – característica constatada com a análise realizada neste trabalho – mas em esforço de outras áreas de conhecimento.

Percebemos, portanto, que as ciências sociais, especialmente a sociologia e a ciência política, aparentemente têm campo aberto para atuar no sentido do debate sobre o desenvolvimento brasileiro. Especialmente a partir da relação entre a economia e a sociologia. Ao que pareceu durante o estudo, os artigos que ficaram entre os 21 selecionados, majoritariamente foram formulados por economistas que têm pouco interesse em aprofundar sobre as raízes e consequências das questões políticas e sociais decorrentes de reflexões no campo da economia que podem se transportar para as ações do Estado. Essa característica, por si, revela o imenso campo que as ciências sociais possuem para atuar de maneira, inclusive a reativar a positiva relação entre as ciências sociais e econômicas que rendeu formulações determinantes para todo o pensamento social brasileiro, a exemplo da teoria da dependência.

A realidade dá sinais de que os tempos vividos refletem a cada dia a liquidez apontada por Bauman (2001) não apenas no campo das relações sociais, mas também no campo das relações econômicas, onde a falta de ligações sólidas entre empregadores e empregados característica das reformas realizadas nos países da periferia durante os últimos anos parece apontar para novos paradigmas a influenciar toda a sociedade. Parece ser papel também das ciências sociais debruçar suas atenções para os recentes paradigmas do capitalismo contemporâneo como a uberização ou a desindustrialização e fazê-lo construindo pontes com as demais áreas de conhecimento. No caso do presente estudo, o possível – e necessário – aprofundamento de diálogos com as recentes produções nas ciências econômicas sobre a questão do desenvolvimento econômico pode render frutos satisfatórios para a compreensão da realidade social e econômica brasileira além de lançar luzes para a condição de subdesenvolvimento no século XXI.

REFERÊNCIAS

- ABELEZ, Martín, Esteban PÉREZ Caldentey e Sebastián VALDECANTOS (eds.) (2018), “**Estudios sobre financierización en América Latina**”, Libros de la CEPAL, n° 152 (LC/PUB.2018/3-P), Santiago, Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- ARCANJO, José Estevão Machado. **Neoestruturalismo x neoliberalismo**. Campinas, Mimeo 1996.
- BARBOSA, Lucio; MISSIO, Fabricio; JAYME JR., Frederico. Exchange rate policy, class conflict and economic development from Furtado’s view. In. **Revista de Economia Política** 154 (1), 2019.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social-desenvolvimentismo. In. **Economia e Sociedade**, v. 21, Campinas: UNICAMP, 2012.
- BAUMAN Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 2001.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. O desenvolvimento do pós-guerra até meados dos anos 60. In. **O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa: palestras** – Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento e Caixa Econômica Federal, 2011.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. In. **Economia e Sociedade**, v. 21, Campinas: UNICAMP, 2012.
- BOITO JR., Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Fórum Econômico da FGV- -SP. 2012.
- BOITO JR., Armando. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. In. **Revista Lumen**, v. 2, n. 3, São Paulo: UNIFAI, 2017.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do ISEB e da CEPAL à Teoria da Dependência. Em Caio Navarro de Toledo, org. (2005) **Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Editora Revan: 201- 232, 2005.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Empresários, o governo do PT e o desenvolvimentismo. In. **Revista de Sociologia e Política** V.21, N ° 47: 21-29. Set. 2013.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Teoria novo desenvolvimentista: uma síntese. In. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, pp.145-165, jul.-dez. 2016.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica**. Quarta Edição. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.

CEPAL. **Transformacion productiva com equidade: la tarea prioritaria del desarrollo de America Latina y el Caribe em los años noventa.** Santiago de Chile: CEPAL, 1990.

CEPAL. **Equidad y transformación productiva: um enfoque integrado.** Santiago de Chile: CEPAL, 1992. Disponível em:
http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2352/S9200160_es.pdf?sequence=2&isAllowed=y

CEPAL. **La equidade em el panorama social de América Latina durante los años ochenta.** Santiago de Chile: CEPAL, 1992.

CURADO, Marcelo. Industrialização e desenvolvimento: uma análise do pensamento econômico brasileiro. **Economia e Sociedade.** Campinas. v. 22, n. 3, p. 609-640, dez. 2013.

DVOSKIN, Ariel; FELDMAN, Germán. A formal assessment of new-developmentalism theory and policy. In. **Revista de Economia Política.** 38 (3), 2018.

FILGUEIRAS, Luiz. Padrão de reprodução do capital e capitalismo dependente no Brasil atual. In. **Caderno CRH,** Salvador, v. 31, n. 84, p. 519-534, Set./Dez. 2018.

FIORI, José Luís. **História, estratégia e desenvolvimento:** para uma geopolítica do capitalismo. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2014.

FONSECA, P.C.D. (2015). Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: Calixtre, A.B. et al. (orgs.). **Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro.** Brasília: IPEA, p. 29-78.

FRANK, André Gunder. **Nueva visita a las teorías latinoamericanas del desarrollo:** un ensayo de reseña participativo. Nueva Sociedad, nº 113, Caracas, mayo-junio. 1991.

FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.** 3ª edição. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 32ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GALA, Paulo; ROCHA, Igor; MAGACHO, Guilherme. The structuralist revenge: economic complexity as an important dimension to evaluate growth and development. In. **Revista de Economia Política.** 38 (2), 2018.

GENNARI, Adilson Marques. **História do pensamento econômico.** - São Paulo : Saraiva, 2009.

GOMÉZ-RAMÍREZ, Leopoldo; GARZA, Nestor. Credit constraints and structure: a theoretical model of extractivism and slow-growth dynamics. In. **Revista de Economia Política.** 41(3), 2021.

GUIMARÃES, Alexandre. A economia política do modelo econômico chinês: o estado, o mercado e os principais desafios. In. **Revista de Sociologia e Política**. V.20, nº44: 103-120. Nov. 2012.

HIRATUKA, Celio; SARTI, Fernando. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil. In. **Revista de Economia Política** 37 (1), 2017.

IPEA. **Perspectivas do desenvolvimento brasileiro** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - Brasília : Ipea, 2010.

IPEA. **Estado, instituições e democracia : desenvolvimento** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília : Ipea, 2010.

KERSTENETZKY, Celia; KERSTENETZKY, Jaques. O Estado (de Bem-Estar Social) como Ator do Desenvolvimento: Uma História das Ideias. In. **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 58, no 3, 2015.

LEITE, Marcos V.C.; Novos horizontes para o desenvolvimento com igualdade no Brasil: desafios em um mundo em transformação. In. M. V. Chiliatto Leite (org.), **Alternativas para o desenvolvimento brasileiro: novos horizontes para a mudança estrutural com igualdade** (LC/TS.2019/27), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2019.

MACIEL, Pedro. Finanças públicas no Brasil: uma abordagem orientada para as políticas públicas. In. **Rev. Adm. Pública**. Rio de Janeiro 47(5):1213-1241, set./out. 2013.

MAGALHÃES, João Paulo. Crescimento clássico e crescimento retardatário: um novo enfoque para políticas de desenvolvimento. In. **Revista de Economia Política** 36 (1), 2016.

MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. 3 . ed. São Paulo / Petrópolis, Polis / Vozes, 1984.

MARCONI, Nelson; ROCHA, Igor; MAGACHO, Guilherme. Sectoral capabilities and productive structure: An input-output analysis of the key sectors of the Brazilian economy. In. **Revista de Economia Política**, 36 (3), 2016.

MARINHO, Sarah. Explorando os laços do capitalismo no Brasil: a forma e o conteúdo das estratégias de governança corporativa da BNDESPAR. In. **Revista Direito GV**. São Paulo: V.14. Nº.3. pag. 847-885. Set-dez 2018.

MARINI, Rui Mauro. **América Latina: dependência e integração**. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. **O Capital - Livro I – crítica da economia política**: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTEI, Lauro; SCARAMUZZI, Laura. A taxa de câmbio como instrumento do desenvolvimento econômico. In. **Revista de Economia Política** 36 (4), 2016.

MISSIO, Fabricio; JAYME JR., Frederico; OREIRO, José. Indigenous people, sócio-
environmental conflict and post development in latin The structuralist tradition in economics:
methodological and macroeconomics aspects. In. **Revista de Economia Política** 35 (2), 2015.

PAULA, Luiz Fernando de; SANTOS, Fabiano; MOURA, Rafael. **O Projeto Desenvolvimentista dos Governos do PT**: Uma avaliação integrada de economia e política. In. 43º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu-MG, 2019. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/st-11/st12-8/11702-o-projeto-desenvolvimentista-dos-governos-do-pt-uma-avaliacao-integrada-de-economia-e-politica?path=43-encontro-anual-da-anpocs/st-11/st12-8> (Acesso em 23/11/2021)

PEREIRA, João Márcio. As idéias do poder e o poder das idéias: o Banco Mundial como ator político-intelectual. In. **Revista Brasileira de Educação** v. 19 n. 56 jan.-mar. 2014.

PEREIRA, João Márcio. Assaltando a pobreza: política e doutrina econômica na história do Banco Mundial (1944-2014). In. **Revista História**. (São Paulo), n. 174, p. 235-265, jan.-jun., 2016.

POCHMANN, Márcio. Desafios do desenvolvimento brasileiro. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 705-722, jul.-set. 2013.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PRATES, Daniela; FRITZ, Bárbara; PAULA, Luiz Fernando de. Uma avaliação das políticas desenvolvimentistas nos governos do PT. In. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 21, pp. 187-215, jul.-dez. 2017.

PREBISCH, Raúl. **Interpretação do processo de desenvolvimento econômico**. 1950. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/viewFile/2394/252>

PROGRAMA DE GOVERNO 2002. **Coligação Lula presidente**: um Brasil para todos. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/programagoverno.pdf>

PROGRAMA DE GOVERNO 2007-2010. **Coligação Lula Presidente**. Disponível em: http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/Programa_de_governo_2007-2010.pdf

RESENDE, Marco; TERRA, Fábio. Developmental macroeconomics: a post-keynesian assessment. In. **Revista de Economia Política**. 38 (1), 2018.

ROSSI, Pedro. Política cambial no Brasil: um esquema analítico. In. **Revista de Economia Política**. 35 (4), 2015.

ROSSI, Pedro. **Regime macroeconômico e o projeto social-desenvolvimentista**. Brasília: IPEA, 2015.

ROTHACHER, Jan-Ulrich. The sources for orthodox and heterodox trade and industrial policies in Brazil. In. **Revista de Economia Política**. 36 (3), 2016.

SANTOS, Theotônio dos. **Teoria da Dependência: Balanços e Perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2015.

SCHWARZER, Helmut. **A Cepal: a teoria clássica e a proposta de transformação produtiva com equidade social**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Curitiba: UFPR, 1993.

SILVA, Victor; CURADO, Marcelo. Crossing boundaries: an assessment to the influence of post-Keynesianism on developmental macroeconomics. In. **Revista de Economia Política**. 38 (4), 2018.